

Uma História com Estórias no Feminino
O Último Cais e A Deusa Sentada de Helena Marques

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Maria Rute Martins Fernandes

MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS



UNIVERSIDADE da MADEIRA
A Nossa Universidade
www.uma.pt

março | 2016

T.M.
80
FER Uma
AED-R

UNIVERSIDADE DA MADEIRA
BIBLIOTECA

História com Estórias no Feminino
O Último Cais e A Deusa Sentada de Helena Marques

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Maria Rute Martins Fernandes

MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS

ORIENTADORA
Ana Isabel Ferreira da Silva Moniz

Uma História com Estórias no Feminino.

***O Último Cais e A Deusa Sentada* de Helena Marques**

Maria Rute Martins Fernandes

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade da Madeira para a obtenção do
grau de Mestre em Estudos Linguísticos e Culturais.

Orientadora:

Professora Doutora Ana Isabel Ferreira da Silva Moniz

Universidade da Madeira

2016

AGRADECIMENTOS

Não seria possível concluir a presente dissertação se não tivesse tido o contributo, o incentivo, a disponibilidade e a dedicação da Professora Doutora Ana Isabel Moniz que, na qualidade de orientadora, desde a nossa primeira conversa e durante todo o percurso de investigação, me fez acreditar na concretização do presente projeto. A esta mulher e excelente profissional o meu eterno agradecimento.

Agradeço também à minha família, em particular, ao meu marido Francisco, pela sua compreensão em momentos difíceis no decorrer deste trabalho de investigação, mas também pelo seu carinho, dedicação, solidariedade e companheirismo que revelou até ao *terminus* desta etapa. A ele a minha eterna gratidão.

Devo também um especial agradecimento aos meus dois filhos, Luís Filipe e Marta Sofia, que sempre acreditaram em mim, partilharam saberes e, acima de tudo, me deram força para seguir em frente. A ambos o meu eterno reconhecimento.

Por fim, desejo ainda agradecer a todos aqueles que direta ou indiretamente me ajudaram na tomada de decisão de conceber esta dissertação de Mestrado, após um longo período de afastamento dos meios académicos, permitindo-me deste modo desfrutar de uma valiosa experiência.

A todos muito obrigada.

Ao meu marido e aos meus filhos.

RESUMO

A presente dissertação dedica-se à análise da produção ficcional de Helena Marques, com particular incidência em *O Último Cais* e *A Deusa Sentada*, de modo a problematizar algumas das temáticas mais recorrentes do imaginário da autora, numa perspetiva comparatista.

Incidindo sobre o universo feminino, este estudo analisa a condição da mulher na Ilha da Madeira, no período que compreende o século XIX e XX, evocando realidades sociais, históricas, culturais e ideológicas que deixam entrever algumas das raízes socioculturais da escritora e o seu contributo literário na exposição da condição da mulher na busca da sua afirmação numa sociedade patriarcal e, assim, de uma nova identidade.

Na galeria dos retratos femininos apresentada por Helena Marques, depreende-se, em particular, entidades ficcionais que representam a mulher subjugada pelo poder patriarcal, e circunscrita a uma cláusula insular e cultural, mas também a mulher lutadora, emancipada e profissionalmente bem-sucedida, que anuncia a mudança da sua condição, a mulher do século XX.

Palavras-chave: Helena Marques, Ilha , Memória, Identidade feminina.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to discuss the female universe in two of the fictional works by Helena Marques *O Último Cais* and *A Deusa Sentada*, while at the same time it briefly portrays Madeira Island during the period between the 19thC and 20thC, by evoking social, historical, cultural and ideological realities. On the other hand, it shows the socio-cultural roots of the writer and her literary contribution to expose the status of women at that time.

“A history with stories in the feminine”, it highlights, within the insular literature, one other feminine voice, which, through its fictional production, denounces the woman’s struggle in pursuit of a new identity. Through the gallery of female portraits, we can depict the housewife, removed and subdued by the patriarchal power, confined to an island, but also the hardworking, emancipated and professionally successful woman, a 20thC woman.

Key Words – Helena Marques, Island, Memory, Female Identity

ABREVIATURAS UTILIZADAS

DN – *Diário de Notícias*.

DS – *A Deusa Sentada*.

EDTL – *E-Dicionário de Termos Literários, de Carlos Ceia*.

IV – *Íbis Vermelhos*.

TP – *Terceiras Pessoas*.

UC – *O Último Cais*.

ÍNDICE

Introdução	9
I - Entre Facto e Ficção	13
1. Helena Marques: a mulher, a jornalista, a escritora.....	13
2. A Ilha da Madeira no final do século XIX e princípio do séc. XX.....	18
2.1. Helena Marques e a Ilha.....	21
2.2. Raízes, memória e identidade.....	39
II - A narrativa ficcional: estórias no feminino	50
1. A educação e os valores tradicionais.....	59
1.1. Casamento, maternidade e família.....	65
2. Vozes de mudança: protagonismo no feminino em <i>O Último Cais</i> e <i>A Deusa Sentada</i> de Helena Marques.....	78
2.1. A busca de identidade.....	88
2.2. A rutura com estereótipos.....	95
III - Do passado ao presente	101
1. A Ilha da Madeira, hoje: das ideias às ações.....	101
2. A transformação do papel da mulher no seio familiar e social.....	103
Considerações Finais	113
Bibliografia	116

INTRODUÇÃO

Direcionando a nossa investigação para a obra de Helena Marques, propomo-nos dedicar, num primeiro momento, à prática ficcional da autora, de modo a considerar a problematização de algumas das temáticas mais recorrentes do seu imaginário, no âmbito da Literatura Comparada Contemporânea.

O presente projeto de dissertação surgiu da leitura dos romances *O Último Cais e A Deusa Sentada*, há cerca de uma década. A abordagem do universo feminino bem como o período sociocultural madeirense de meados do século XIX e inícios do século XX cedo atraíram a nossa atenção. Neste sentido, através da presente investigação é nosso propósito investigar mas também divulgar a autora e a Ilha da Madeira, bem como sublinhar a dimensão do universo feminino e das suas fragilidades retratadas na narrativa. Procuraremos também considerar a existência (ou não) de alterações significativas no papel da mulher, na época retratada por Helena Marques até à atualidade.

O Último Cais, livro publicado em 1992 e galardoado com vários prémios em Portugal¹, propõe “experiências de leitura múltiplas, envolvendo o leitor numa complexa rede de tempos e personagens” (Buescu, 1994:248). As recordações, as tradições, os hábitos e costumes e uma eventual experiência de claustrofobia insular poderão ser captados pelo leitor num livro escrito na maturidade da autora após ter-se reformado da sua atividade como jornalista, profissão que ocupou ao longo da sua vida. Através dos seus relatos, Helena Marques tende a revelar os seus princípios e ideais

¹ Prémio Revista Ler/ Círculo dos Leitores; Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores; Prémio Máxima-Revelação, Prémio Bordallo de Literatura da Casa da Imprensa.

sobre a história da humanidade e sobre o lugar da mulher numa sociedade essencialmente patriarcal. Incidindo numa personagem feminina, a protagonista Raquel, este romance permite dar a ver a perspetiva da autora sobre o modo como sempre encarou a mulher e o lugar que esta ocupa numa sociedade em que a condição de se nascer mulher lhes reservava o quinhão de “esperar. Dentro de casa. Fiando” (UC: 25). Por outro lado, a tentativa de a autora recriar uma época passada, séculos XIX e XX, descrevendo aspetos de cariz realista da vida quotidiana de uma classe burguesa num determinado espaço temporal e geográfico, poderá levar o leitor a considerar a presente narrativa como romance realista. Esta classificação é também proposta por Helena Buescu quando se refere “ao percurso sinuoso das personagens que se entrecruzam, em momentos cronologicamente diferentes da ação [...] não-coincidentes com a instância da narradora, o que retoma o padrão por assim dizer tradicional do romance dito realista” (Buescu, 1994:248).

O Último Cais tende a transmitir a mensagem de que “a vida se faz com e por amor” (Rector, 2001: 172), já que “a inovação da autora é mostrar que a mulher pode ser feliz, sempre que toma o destino em suas próprias mãos” (*idem*: 175). Sublinhe-se a preferência da autora pelo século XIX, justificada pelo facto de, na sua perspetiva, ter sido nesse século que se começaram a operar mudanças significativas na vida da mulher que posteriormente contribuíram para sua emancipação, como se poderá confirmar, em particular, em *A Deusa Sentada*.

Podemos também referir que *O Último Cais* centraliza a sua ação em torno de uma tríade de significados: memória, Ilha da Madeira e mulher, temas que são transversais a toda a sua produção escrita, mas com particular incidência em *A Deusa Sentada*. Neste âmbito, é ainda de salientar a problemática da memória que emerge pela voz de um narrador na primeira pessoa, que se faz ouvir no início do romance, bem

como em momentos dispersos da narrativa, para depois dar voz a um narrador na terceira pessoa. Esta complexidade da presença do narrador que tem subjacente a questão da memória pode ser entendida como um artifício literário no diálogo:

Helena Marques não deixa, assim, de manter em aberto um diálogo com os tempos e com os lugares que emergem à superfície da sua memória, num diálogo que deixa transparecer as marcas da sua identidade através do reencontro com os mesmos tempos e com os mesmos espaços outrora percorridos pelo eu. (Moniz, 2015: 222)

Com o propósito de fazer sobressair a questão da identidade feminina, tema aglutinador na trilogia temática, estruturamos a presente dissertação em três capítulos principais. Assim, no sentido de melhor se tentar compreender as raízes da diegese, o primeiro capítulo, intitulado “Entre Facto e Ficção”, de cariz biobibliográfico, é dedicado à apresentação de Helena Marques, mulher, jornalista e escritora, bem como à Ilha da Madeira. Procuraremos ainda descortinar algumas características da Ilha da Madeira no final do século XIX e início do séc. XX, em articulação com os presentes romances, *O Último Cais* e *A Deusa Sentada*, coadjuvados pela leitura de ideias e considerações publicadas em jornais públicos, revistas e conferências, demonstrando ainda o modo como a autora se socorre deste espaço geográfico para fazer passar a sua perspetiva e experiências de vida no espaço insular.

O segundo capítulo intitulado “A narrativa ficcional: estórias no feminino”, apresenta-se como o capítulo dedicado ao universo feminino da obra, onde pretendemos dar particular atenção à ambiência das personagens, procurando ainda demonstrar que “Cada mulher nessa ilha apresenta uma característica peculiar, todas juntas formam um quadro representativo da mulher do século XIX, em Portugal, mas

com marcas universais” (Rector, 2001: 173). Neste sentido, é também nosso objetivo sublinhar que cada mulher caracterizada poderá ser entendida como um protótipo da sociedade pré-moderna, com a relevância de que em todas se assiste a uma clara procura da identidade individual. Procuraremos também tecer algumas considerações sobre a condição feminina e o seu comportamento sociocultural moldado pelo isolamento da ilha.

O terceiro capítulo, intitulado “Do Passado ao Presente”, procurará dar continuidade ao capítulo anterior - reflexão sobre a identidade feminina -, embora seja nossa intenção analisar a sua evolução sobre um prisma comparativo. Julgamos entender que acima da densidade psicológica de cada personagem, o registo da sociedade se mostra mais forte. Pretendemos também salientar que no *Último Cais* se cruzam valores de tradição com os valores precursores da modernidade. Estas mudanças assentam em transformações de âmbito educacional, social, cultural e económico que posicionaram a mulher num patamar de quase igualdade com o homem, sobretudo em termos profissionais e de estatuto social. Neste sentido, é nossa intenção procurar demonstrar essa “inversão”, na medida em que a mulher já não parece depender tanto do homem, já que se emancipou e conseguiu encontrar o seu caminho, a sua essência, numa sociedade alicerçada em valores e tradições.

Nas considerações finais, procuraremos justificar a presença da ilha da Madeira e o seu impacto na vida de Helena Marques e o modo como as personagens femininas das suas narrativas poderão dar a ver essa ligação através de eventuais laivos autobiográficos que se diluem em múltiplas estórias separadas pelo tempo.

I – Entre Facto e Ficção

“Criar não é imaginação, é correr o grande risco de se ter a realidade.”

Clarice Lispector

1. Helena Marques: a mulher, a jornalista e a escritora

O Último Cais, o primeiro romance de Helena Marques, de 1992, tem como cenário a Ilha da Madeira, espaço geográfico das suas raízes. A escolha deste cenário para situar a sua primeira criação literária, revelando ao leitor a ilha da Madeira tal como era então, durante os séculos XIX e início do século XX, leva-nos a acreditar que a autora tinha como propósito enaltecer o espaço insular que a viu crescer.

De família madeirense e apesar de ter vivido grande parte da sua vida na Ilha, Helena Marques não nasceu no Funchal, mas em Lisboa, mais precisamente em Carcavelos, no dia 17 de maio de 1935. Por razões circunstanciais, “O seu pai trabalhava numa empresa inglesa de telecomunicações com escritórios na ilha e no Continente. Um dia a família fez as malas e deixou o Funchal para trás, rumo à capital. Anos mais tarde Helena nasceu” (Bernardes, 1993: 5-8). Aos três meses foi levada para o Funchal, cidade onde realizou os seus estudos primários e secundários. Não fez curso universitário, pois a cidade não tinha ainda universidade, e lá viveu até 1971. Cresceu à beira do porto, e assim do mar, na rua da carreira, nº 214, e foi na cidade que os seus

sonhos de menina se transformaram em sonhos de mulher. Os romances que escreve assim o parecem dizer. No Funchal, iniciou a carreira profissional de jornalista, ingressando no *Diário de Notícias*, em Março de 1957, carreira que abraçou durante 36 anos, tornando-se posteriormente diretora-adjunta desse matutino. Em 1986, recebeu o prémio de jornalista do Ano atribuído pela revista *Mulheres*. Na Madeira, em 1958, casou com Rui Camacho, um madeirense também jornalista de profissão. Foi mãe de quatro filhos, três dos quais se tornaram, também, profissionais de jornalismo.

Helena Marques sempre se mostrou uma mulher consciente do tempo e do espaço em que vivia. Movidada por um enorme desejo de independência e de liberdade, deixaria o espaço insular, mudando-se com a família para Lisboa, em 1971. Escolheu para viver os arredores de Lisboa, mais concretamente Parede. As saudades do mar e das montanhas da ilha conduziram-na até Sintra para concretizar o sonho de viver no campo. Contudo, a experiência não lhe parece ter sido positiva, já que Helena Marques sentia dificuldade em gerir o percurso casa-trabalho, razão pela qual optaria por fixar-se em Oeiras - uma zona silenciosa e calma, local onde ainda hoje reside.

Lisboa trouxe-lhe o reconhecimento como jornalista. Num primeiro momento, foi trabalhar para *A Capital*, jornal onde já antes exercia a função de correspondente da Madeira, tendo aí permanecido dois anos. Trabalhou ainda no *Jornal do Comércio*, *República e Luta*, ingressando posteriormente no *Diário de Notícias* de Lisboa, e tornando-se num dos quadros da empresa no período 1978 a 1992. Foi nesse matutino que exerceu diversas funções, desde redatora, subchefe de redação, chefe de gabinete editorialista a diretora adjunta, em 1986. Durante esse período, recebeu também alguns prémios profissionais, de que poder ser exemplo, em 1986, o prémio de Jornalista do Ano, promovido pela revista *Mulher*. Em 1992, aposentou-se do *Diário de Notícias*, tendo-se então dedicado a outro tipo de escrita: a escrita de ficção. Contudo,

ainda depois da aposentação, exerceu durante algum tempo o cargo de chefe de redação da revista feminina *Marie Claire*. O jornalismo tinha ocupado uma grande parte da sua existência.

Sobre o acontecimento mais importante da sua carreira como jornalista e como cidadã, Helena Marques referiu a revolução do 25 de abril, em Lisboa, um acontecimento marcante em termos profissionais porque assinalava o fim da censura, um marco significativo não só em termos de cidadania, de conquista da liberdade e da democracia, mas também da liberdade de expressão.

Helena Marques revelou-se, assim, uma mulher de sucessos. De jornalista de imprensa diária a romancista, de mulher, mãe e esposa, a sua vida tem sido sempre multifacetada e onde não têm faltado as causas públicas. Da associação do planeamento familiar da Madeira à UNICEF, a ex-jornalista sempre deu o seu contributo na defesa dos direitos humanos, em particular, dos direitos da mulher, assumindo-se até como feminista, no sentido moderado da sua definição.

Mulher de uma grande força interior e com um grande sentido de justiça, ambição e coragem, Helena Marques viria assim a publicar, aos 57 anos um livro, o seu primeiro livro, *O Último Cais*, em 1992, ponto de partida para muitos outros até à data: *A Deusa Sentada* (1994); *Terceiras Pessoas* (1998); *Contos das Ilhas* (1999); *Os Íbis Vermelhos da Guiana* (2002); *Ilhas Contadas* (2007); *O Bazar Alemão* (2010).²

Com *O Último Cais* concretizou o seu desejo de escrever um livro que falasse de mulheres e da Ilha da Madeira. Um livro que perpetuasse as memórias de infância e as felizes recordações da ilha. Não uma obra autobiográfica, nem um diário que contasse a história da sua família, mas sim um livro que revelasse a história de uma sociedade, das suas gentes e da sua forma peculiar de estar na vida. O pretexto para a

² Todas as suas obras foram publicadas em Portugal pela editora D. Quixote. Alguns dos seus livros estão traduzidos em alemão, búlgaro, romeno, castelhano e grego.

criação desse livro viria a ser desenhado a partir de um diário de bordo, objeto pertencente à sua família e tema com que abre o seu primeiro romance. Esse diário de bordo pertencera a um dos seus bisavós, médico, que fizera várias comissões de serviço na Armada na costa de Moçambique. Esse diário, que se encontrava na posse da sua irmã, constituía um registo em primeira mão, escrito pela mão do próprio bisavô. Trata-se de um objeto do mundo factual que lhe viria despertar a curiosidade, fazendo-a questionar-se e posteriormente levando-a a investigar sobre “o que teria levado um homem a deixar a mulher e os filhos, de vez em quando, abandonar a família, a terra, a casa, os doentes para ir viajar” (Marques, DN: 1993).

Numa entrevista concedida a Maria Teresa Horta ao *Diário de Notícias* de Lisboa, Helena Marques confidencia o protagonismo dado à ilha da Madeira, em *O Último Cais*, referindo-a como a principal personagem do seu livro:

A Madeira é fundamentalmente a grande personagem do meu livro. Nele tento explicar, também às pessoas o que é viver numa ilha... uma coisa bastante complicada que marca profundamente quem passou por uma experiência dessas. Viver numa ilha não é viver num continente.³

Sublinhe-se que na quase totalidade da produção literária de Helena Marques, a memória, a Ilha da Madeira e os seus lugares desempenham um papel preponderante. Um facto justificado pela escritora, no decorrer do ciclo de conferências “ler e depois?”, realizado pela Universidade da Madeira, em 2005:

³ “*Último Cais*: a serenidade da escrita”. In *Diário de Notícias de Lisboa* - Caderno 2, 1992 (pp.2-4).

Estou de acordo, naturalmente, quando me referem o papel que a memória e os lugares desempenham nos meus livros. O passado sempre me interessou e sempre considerei fundamental saber de onde venho e de quem venho, na convicção de que esse conhecimento me explica e me permite entender-me melhor [...].

Além das memórias familiares, a insularidade também marca, acentuadamente, os meus livros. [...] As ilhas, todas as ilhas – e a Madeira não é exceção – possuem um duplo e poderoso fascínio: aquele que é sentido a partir de fora e oferece uma face mágica [...]; e aquele que é sentido a partir de dentro e quotidianamente confirmado, mas cuja face mágica revela, sem disfarce, o alto preço por que se fez pagar, ou seja, as pesadas limitações dos seus condicionamentos geográficos, sociais e culturais. (Marques, 2005: 171-172)

Sublinhe-se ainda que o fascínio que a autora diz sentir pelas ilhas, e neste caso particular sobre a ilha da Madeira, reporta-se na narrativa *O Último Cais* no espaço temporal do século XIX, tempo resgatado pela sua memória. Nesta obra, Helena Marques apresenta um grupo social privilegiado, que se substancia na família de Raquel e Marcos Vaz de Lacerda. Apesar de se afirmar como um romance da contemporaneidade, esta diegese tende a aproximar-se do “realismo queirosiano [que] tem como principal objeto e destino a média e a alta burguesia” (Saraiva, 1955: 1082). Em *A Deusa Sentada*, Helena Marques dá continuidade à trama de *O Último Cais*, na procura das raízes familiares, tornando-a numa espécie de herança de identidade. Cerca de um século depois, a ação deste romance que se parece situar na década de 90 face à referência de informações históricas, como por exemplo, as eleições húngaras (DS: 120), as primas Laura e Matilde materializam o desejo de Raquel, deslocando-se a Malta à procura das suas origens. À semelhança de *O Último Cais*, a narrativa inicia-se através do processo de analepse com a referência ao acidente de aviação que ocorreu na ilha da Madeira, em novembro de 1977, que vitimaria os pais de Laura, Bi e Mathew. A descoberta realizada pelas protagonistas de *A Deusa Sentada* corporizam o corte do

cordão umbilical com a primeira narrativa, *O Último Cais*, anterior às memórias de uma geração que vivenciou a revolução do 25 de Abril.

2. A Ilha da Madeira no final do século XIX e princípio do séc. XX

“A Madeira é um encanto. Ilha dos Amores, a Verdadeira.”

António Nobre

“Aquele ângulo do Funchal [Café Golden Gate] era, entre as esquinas do Mundo, um dos mais dobrados, em todos os dias do ano, pelo espírito cosmopolita do século.”

Ferreira de castro



Winston Churchill¹

Ao longo do século XIX, a Madeira, e em particular, o Funchal, ficou conhecido como uma estância de turismo terapêutico face ao número de visitantes que procuravam esse espaço geográfico para convalescença de doenças pulmonares. Julgamos útil assinalar que a escolha desse destino se devia à bonomia do clima em que se acreditava ser benéfico para a saúde, mas também às guerras liberais europeias que condicionavam os acessos às estâncias terapêuticas do sul da França e de Itália, desviando assim esse fluxo turístico para a Madeira.

Numa entrevista concedida a Carla Batista, Helena Marques confirma ao leitor a exposição mediática da Madeira, durante o século XIX, ilha que acolheu inúmeros visitantes da aristocracia europeia: “Havia sempre muita gente interessante que passava no Funchal em grandes navios, artistas de cinema, das artes plásticas, escritores.[...]. A Madeira era um cais onde aportava imensa gente fascinante”.⁴ .

A passagem de personalidades ilustres pela ilha, que aí terão deixado registo da sua presença, contribuiu para o seu enaltecimento. De figuras da aristocracia destacam-se a imperatriz consorte do Brasil, segunda esposa de Pedro I, Amélia de Beauharnais e da sua filha, a princesa Maria Amélia; do futuro Imperador do México e da sua mulher, a princesa Carlota da Bélgica, a Imperatriz Sissi, da Áustria e o Rei D. Carlos I, o único rei português que visitou a ilha da Madeira em 1901, assim como o imperador Carlos I da Áustria; de homens da alta finança e figuras públicas de destaque, salientamos o Príncipe de Gales e Churchill. A nível intelectual, avultam escritores nacionais e estrangeiros, de que podem ser exemplo Castilho, Júlio Dinis (que terá redigido na Madeira as *Pupilas do Senhor Reitor*), Antero de Quental, Bulhão Pato, Afonso Lopes Vieira, António Nobre e Olave Bilac, um dos mais consagrados

⁴ Helena Marques à *JJ*. Entrevista concedida a Carla Batista, julho-setembro de 2001(p 58).

escritores e poetas brasileiros, Ferreira de Castro, Raul Brandão, entre outros. Todas estas personalidades residiram temporariamente na Madeira, algumas em unidades hoteleiras, mas que cedo se revelaram insuficientes para hospedar tantos visitantes. A alternativa terá sido as quintas, que já existiam desde a época colonial, e que eram em maior número do que os hotéis, tendo sido colocadas ao serviço do turismo na área do Funchal.

As quintas eram, na sua maioria, propriedade de madeirenses e comerciantes estrangeiros, sobretudo ingleses, que as construíram aquando da sua fixação na ilha. Por outro lado, o surgimento de uma indústria de cruzeiros marítimos que se expandiu no Atlântico ao longo da primeira metade do século XX, fazendo escala na Madeira, contribuiu para uma maior exposição deste espaço insular junto da nobreza europeia e, por conseguinte, para a necessidade de construção de novas unidades hoteleiras.

Com a Segunda Guerra Mundial, o fluxo marítimo para o porto do Funchal diminuiu. Contudo, pela ilha passavam alguns dos transatlânticos que faziam escala no porto para deixar alguns ingleses e alemães abastados que fugiam da guerra e que se fixaram na zona sul da ilha. Por outro lado, e durante esse período, a Madeira foi espaço de lazer para militares alemães que procuravam um pouco de divertimento no decorrer das suas atividades militares. Como consequência do escasso movimento marítimo e da redução do número de turistas, a maioria dos hotéis do Funchal e do Monte acabaria por encerrar. Com eles extinguiu-se a linha do caminho-de-ferro, construída em particular para os turistas em 1943, uma vez que já não se justificava a sua manutenção. A Madeira viria a recuperar o seu polo turístico com o *terminus* da guerra em 1945 e, cumulativamente, com o aparecimento dos meios de transporte aéreos. As quintas que se encontravam ao serviço do turismo deixaram de ser casas

turísticas e em seu lugar surgiu uma nova tipologia hoteleira, de modo a acolher um leque diversificado de turistas. Construiu-se o aeroporto e, a partir de então, a Madeira abriu-se para o mundo moderno, facto que continua até aos dias de hoje.

2.1. Helena Marques e a Ilha

A literatura, no seu intrincado processo de recriação da realidade, procura alicerçar a trama das suas estórias nas referências espaço-temporais do real factual. Já Heidegger, na sua reflexão sobre a ontologia existencial em *L'Être et le Temps*, refere a temporalidade como a dimensão essencial do ser humano, como lugar da sua compreensão e da sua explicação.⁵ Talvez assim se possa compreender que no universo ficcional de Helena Marques a maioria das suas referências à História da Madeira, sobretudo nos séculos XIX e XX, referidas no capítulo anterior, poderão ser encontradas em *O Último Cais* e em *A Deusa Sentada*, ao longo das narrativas, sob o olhar particular da autora como consequência das suas experiências e memórias, sobretudo da infância e juventude.

O Último Cais, o primeiro romance de Helena Marques, afigura-se-nos com um propósito bem delineado: apresentar a ilha da Madeira ao leitor, a sua história a sua natureza e clima, os seus hábitos, costumes e tradições, num período histórico que sempre fascinou a autora: o século XIX, época em que centra a ação, sem deixar de manifestar uma sua preferência por considerar esse século um período de grandes inovações:

⁵ Cf. Martin Heidegger, *L'Être et le Temps*. Paris: Gallimard, 1964.

O século XIX fascina-me muito ... Foi uma época em que se deram grandes passos gigantescos na humanidade: Portugal aboliu a pena de morte, o século em que luta pela abolição da escravatura. E foi quando as mulheres trabalharam pelas lutas antiesclavagistas que se deram conta da sua própria escravidão e deram os primeiros passos para a sua emancipação como cidadãs.”⁶

Espaços, tempos e memórias que passaram para as linhas da escrita de Helena Marques, demonstrando o lugar relevante que a problemática do tempo ocupa na sua obra e que se traduzirá pela sua memória individual e pela da História, corroborada pelas sucessivas digressões retrospectivas e reflexões sobre determinados períodos e factos da História bem delimitados, de que podem ser exemplo a Segunda Guerra Mundial e o movimento pelo sufrágio feminino, iniciado no Reino Unido, com expressão em Portugal a partir de 1976 com A Nova Constituição da República, que permitiu o direito ao voto feminino sem restrições.

Acresce, à compreensão da temporalidade, a sua relação de mútua implicação com o espaço, através das representações de lugares trabalhados pela memória. Uma perspectiva que vai ao encontro da de Bakhtine quando refere o conceito de cronótopo utilizado pelas ciências matemáticas:

Dans le chronotope de l’art littéraire a lieu la fusion des indices spatiaux et temporels en un tout intelligible et concret. Ici, le temps se condense, devient compact, visible pour l’art, tandis que l’espace s’intensifie, s’engouffre dans le mouvement du temps, du sujet, de l’Histoire. Les indices du temps se découvrent dans l’espace, celui-ci est perçu et mesuré d’après le temps. [...] Nous appellerons chronotope ce qui se traduit par «temps-espace»: la corrélation essentielle des

⁶ Helena Marques em entrevista concedida a Catarina Sá de Fernandes e Maria do Carmo Freitas. In jornal *Notícias da Madeira*, 3 de novembro de 1993 (p.5).

rappports spatio-temporels, telle qu'elle a été assimilée par la littérature" (Bakhtine, 1978: 237).⁷

A escrita de Helena Marques parece assim revelar esse prolongamento dos elementos espaço-temporais, essenciais para a compreensão do Homem, encarando-o, assim, na sua natureza em termos de existência.

O espaço ilhéu constitui uma referência dominante na produção de Helena Marques, já que se apresenta na maioria dos seus romances como o cenário de eleição. Em *O Último Cais*, a referência a esse lugar torna-se mais evidente à medida que o leitor avança na leitura. Pela voz da autora, o leitor tende a sentir que também ele percorre diversos locais da ilha e respira a sua atmosfera, a sua história. Por outro lado, o facto de Helena Marques ter vivido parte da sua vida numa ilha, “em permanente isolamento mas [...] em frequente contacto com as mais diversas pessoas que navios traziam de outros horizontes e que partiriam dias ou semanas depois, deixando palavras, ideias, testemunhos”,⁸ configurou-se-lhe, como uma valiosa experiência para a criação da presente narrativa, proporcionando ao leitor uma ligação igualmente forte com o mar. Em “Raízes no mar”,⁹ confia o seu fascínio pelo mar justificando a sua origem, o lugar onde nasceu, Carcavelos, espaço de praia e mar. Posteriormente, a sua deslocação para a ilha, local onde permaneceu por 36 anos, fê-la ligar-se ainda mais ao

⁷ “Ce terme est propre aux mathématiques; il a été introduit et adapté sur la base de la théorie de la relativité d’Einstein. Mais le sens spécial qu’il y a reçu nous importe peu. Nous comptons l’introduire dans l’histoire littéraire presque (mais pas absolument) comme une métaphore. Ce qui compte pour nous, c’est qu’il exprime l’indissolubilité de l’espace et du temps (celui-ci comme quatrième dimension de l’espace). Nous entendrons chronotope comme une catégorie littéraire de la forme et du contenu sans toucher à son rôle dans d’autres sphères de la culture”. Mikhaïl Bakhtine. 1978. *Esthétique et théorie du roman*. Paris: Gallimard, p. 237.

⁸ MARQUES, Helena. “Um livro de torna-viagem.” In *Jornal de Letras*, agosto de 2005.

⁹ MARQUES, Helena. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 8 de outubro de 1997 (p.42).

mar, ao ponto de o mesmo dar “corpo”¹⁰ à sua escrita. Uma preferência que vai ao encontro de Torcato Sepúlveda quando afirma: “ Suspeita-se de que quem nasce numa ilha nunca mais sai de lá”¹¹, dando o eterno sentimento de pertença ao seu espaço geográfico de uma ilha.

Na perspetiva de António Carlos Diegues, ¹²o fascínio pela ilha é intemporal. A multiplicidade de significados que lhe foram atribuídos ao longo dos tempos é visível no seu estudo dedicado a este tema. Nele aborda a questão da ilha como um espaço mítico, “refúgio ou paraíso”(Diegues:1998:4), povoado por um imaginário que ora encanta ou amedronta, fonte de inspiração na literatura e culturas europeias. Nos nossos dias, esse fascínio parece permanecer e regista-se na narrativa de registo insular que continua a ter uma forte presença na literatura, constituindo objeto de debates e eventos culturais que extravasa o próprio espaço geográfico insular. É de salientar que a palavra insularidade tende a ser problematizada de diferentes formas por vários escritores insulares, de que podem ser exemplo Horácio Bento de Gouveia, Herberto Helder e Natália Correia. Na perspetiva Helena Marques,

As ilhas, todas as ilhas – e a Madeira não é exceção – possuem um duplo e poderoso fascínio: aquele que é sentido a partir de fora e oferece uma face mágica [...]; e aquele que é sentido a partir de dentro e quotidianamente confirmado, mas cuja face mágica revela, sem disfarce, o alto preço por que se fez pagar, ou seja, as pesadas limitações dos seus conhecimentos geográficas, sociais e culturais (Marques,2005:173).

¹⁰ *Id Ibidem*

¹¹ MACEDO, João Torcato Sepúlveda. “ As ilhas femininas”. In *Livros* 21-27 de abril de 2007

¹² Autor de *Ilhas e Mares – Simbolismo e Imaginário*. Neste livro regista o estudo dedicado à simbologia das ilhas em diferentes momentos da história, sublinhando três principais causas: a interação humana com o mar, a insularidade e a ilheidade.

Para a autora, a ilha é também sinónimo de memórias, de passado e de saudade, uma constatação que se traduz nas suas narrativas ficcionais, em particular em *O Último Cais* e *A Deusa Sentada*, através das constantes referências e incursões históricas ao passado, imbuídas de um sentimento saudosista pela casa mãe, a ilha, que o tempo transformou. Esse conflito de temporalidades, entre passado e presente, entre encanto e desencanto, entre mar e terra estão bem presentes nas estórias das entidades ficcionais da narrativa, com particular destaque, na história de Raquel e de Marcos.

Resgatando a semântica dos títulos que dão nome às narrativas que são objeto desta dissertação, *O Último Cais* tende a revelar-se uma designação simbólica e metafórica, já que exprime relatos de memórias e relatos de viagens, que emergem na diegese em dois momentos: o primeiro capítulo, intitulado “Diário de Bordo”, é referido pela narradora para apresentar ao leitor o marido de Raquel. Esta primeira referência ao título da obra encontra-se relacionada com a estrutura da narrativa, toda ela construída através do recurso estilístico da analepse. Deste modo, pela voz de um narrador, Marcos Vaz Lacerda chega até nós, nos últimos dias da sua vida:

Marcos vivia então na Penha, numa casa sobranceira ao porto, instalara cadeiras de *deck* na varanda, estendia-se ao sol olhando os barcos através dos seus potentes binóculos, velho marinheiro na ponte de um navio ancorado, à espera de chegar ao seu último cais (UC:9).

Saliente-se que o narrador recorda-nos que está a contar uma história através da memória de outra narradora, Carlota, bisneta de Marcos e Raquel: [...] “estou a ser injusta, Carlota interessara-se por mim, contara-me incansavelmente histórias e memórias desse tempo donde eu provinha afinal [...] Carlota recordava-se de Marcos

numa época em que ele era já um velho senhor tranquilo, as barbas muito brancas [...]” (UC:9).

O segundo momento surge no último capítulo, dando título ao mesmo. Aqui, o narrador encerra a narrativa com a morte do protagonista masculino. É na casa da Penha que Marcos, já viúvo de Raquel e a viver em união de facto com Luciana, aguarda pela chegada da morte, o “último cais”, contemplando o porto do Funchal:

Marcos [...] passava as tardes na varanda, estendido numa cadeira de *deck*, a manta de viagem sobre as pernas, os binóculos sem préstimo ao alcance da mão, faltava-lhe o ânimo para assestá-los sobre os vasos de guerra, os paquetes e os navios costeiros que enxameavam a baía (UC:182); No limiar da varanda, Clara murmura “O pai adormeceu” [...] (UC:182 e 190).

Assim, “o cais”, título que não deixará de estabelecer relações com a temática da viagem, metaforizada pelo percurso viático, pela existência que na diegese dá forma e sentido às entidades ficcionais, revela-se como o esperado momento de reencontro entre os protagonistas, já num outro lugar, num outro mundo para além do terreno.

Por sua vez, o título tende a reenviar o leitor para um universo náutico, metáfora do espaço da ilha, Madeira, onde se centra a narrativa, e que se relaciona com a profissão de Marcos, enquanto médico voluntário na marinha, viajando com frequência para fugir ao isolamento, “sobretudo fuga do tédio, do consultório, do hospital, dos doentes, das visitas obrigatórias, dos passeios sempre iguais, das conversas sem surpresa, das mesmas caras e das mesmas cenas ano após ano” (UC: 25), deixando Raquel entregue à sua solidão:

Feliz Marcos que pode quebrar a monotonia e fugir, ser médico da Armada por um ano sempre que a claustrofobia da ilha atinge o ponto de sufocação. E eu? pergunta-se Raquel, debruçada à janela da casa do Vale Formoso, à janela onde se debruça todos os dias de toda a sua vida (UC:25).

A palavra “cais” surge também na intervenção de Raquel, no momento do seu desembarque na cidade de Georgetown, após a única e fatídica viagem marítima que realizaria na companhia do seu marido, após longos quarenta e três dias de travessia do oceano: “Habituada a viver numa cidade portuária onde barcos de todos os tipos e calados entravam e saíam diariamente, Raquel não se sentiu confrontada com qualquer novidade, afinal um cais é sempre um cais, em qualquer parte do mundo – ou não será?” (UC: 93).

Para Marcos Vaz Lacerda, marido de Raquel, as viagens realizadas como “médico-cirurgião voluntário em navios de guerra afetos à estação de Moçambique [...] incumbidos da missão de fiscalizar e impedir o tráfico de escravos” (UC:8) poderão traduzir no romance a sua estratégia individual para escapar temporariamente à pacatez da ilha. No seu íntimo, Marcos também as reconhecia como uma fuga temporária à claustrofobia da ilha, fuga “consentida” por Raquel, e temporária, mas sempre uma “fuga egoísta”, ato que nem ele próprio parecia saber explicar:

Como explicar-lhe [a Mrs Doyle], se nem sabia explicar a si próprio, que era apenas voluntário, que abandonara deliberadamente a família [...] que o fizera já várias vezes e que nem neste momento de remorso e solidão, ousava assegurar que não voltaria a desejar partir? (UC: 18).

A tomada de consciência só seria admitida por Marcos, invadido pelo sentimento de culpa que o assaltaria após a morte de Raquel, quer como homem quer como médico, resultando na sua morte psicológica. A súbita e precoce partida da sua mulher provocar-lhe-ia um desinteresse pelo futuro, apenas atenuado pela presença de Clara e pela responsabilidade de a educar, filha que nasceu do complicado parto que roubaria a vida a Raquel: “Vivo agora um dia de cada vez, tornei-me perito em viver um dia de cada vez, se não fosse o crescimento de Clara teria perdido a noção do rolar dos anos, não os ouço nem os vejo, o futuro deixou de interessar-me, as viagens aborrecem-me” (UC: 151).

Enquanto protagonista da narrativa, Marcos, revela-se uma personagem com considerável densidade psicológica. Enquanto marido de Raquel faz parte da sua vida, vive para ela e receia perdê-la, daí as suas fugas: “Raquel dizia que eu fugia do tédio, talvez fugisse do tédio mas o tédio não era Raquel, penso agora que fugia do pavor, interiorizado mas não apercebido, de engravidá-la, fugia daquela quase morte em que a vi soçobrar quando nasceu o nosso terceiro filho, fugia afinal do que veio a acontecer [...]”(UC:151).

A presente revelação de Marcos tende a colocá-lo numa posição de anti-herói, contrariada pela missão de educar Clara, quando se deixa levar pelas suas carências viris e faz amor com a sua mulher sem tomar precauções, na madrugada de regresso a casa, pondo em risco a vida de Raquel caso voltasse a engravidar. Uma atitude que poderá ser entendida não só como uma atitude de dominação masculina, mas também de irresponsabilidade, sendo ele médico e tendo consciência de que a mulher não poderia voltar a engravidar devido às graves complicações vividas no último parto. Contudo, o egoísmo de Marcos associado ao remorso fá-lo refletir sobre “as limitações da ciência [...] porque ainda não foi descoberta, em nenhum laboratório,

por nenhum investigador, a droga que acciona os mecanismos do parto” (UC:151). A morte da sua mulher e o seu sofrimento leva-o a problematizar questões de ordem deontológica, mas também de índole religiosa que se opunha ao desenvolvimento da ciência no que diz respeito à contraceção: “o cônego diz que os homens pecam contra si próprio e não contra Deus, não se pode pecar contra Deus” (UC: 152).

“Na muralha da sua solidão” (UC:111), Marcos irá prosseguir com a sua vida e renovar o seu amor junto de Luciana, assinalando, conseqüentemente, o fim do seu processo migratório que “como velho marinheiro na ponte de um navio ancorado”, espera chegar “ao seu último cais” (UC: 9).

A morte de Raquel e a descrição pormenorizada das suas exéquias fúnebres permitirá ao leitor uma reflexão sobre a envolvência social da época num determinado espaço geográfico que por ser pequeno reflete também a pequenez das suas gentes:

O cemitério encheu-se, parecia que o Funchal viera despedir-se maciçamente de Raquel Paços Villa, de Raquel Vaz de Lacerda, estavam as famílias de um lado e de outro, os primos próximos e distantes, os criados, os vizinhos e os conhecidos, os colegas de Marcos, os cônegos do cabido da Sé, as freiras dos colégios onde eram educadas as meninas da família, e os curiosos, os inúmeros curiosos que frequentam funerais e casamentos com a mesma irreprimível e legítima apetência de entretenimento com que frequentam o teatro, a ópera ou os concertos, já que todos fazem parte da vida em sociedade, e nas ilhas, mais do que noutra local, as pessoas alimentam-se umas das outras até aos limites da saciedade e da decência (UC: 113).

Julgamos pertinente assinalar que este episódio espelha uma imagem da sociedade insular, na sua avidez por qualquer acontecimento social que viesse quebrar as amarras do silêncio e do isolamento. Desse modo, um funeral poderá tornar-se num

grande acontecimento social porque permite envolver gratuitamente toda a comunidade, sobretudo quando o defunto é uma figura carismática, ou alguém com estatuto social. O exibicionismo que poderá decorrer deste ato doloroso, mas também do poder económico e social, pode ser entendido como um desejo anónimo da comunidade de ver e de ser visto, tal como acontece em outros eventos públicos. Essa conduta alicerçada nas convenções sociais da época permite demonstrar uma eventual pobreza de valores, traduzida pela sofreguidão passível de ser lida por “bisbilhotice”, visível também no episódio do casamento de Constança, talvez como consequência do isolamento geográfico e da escassez de novidades. Uma perspetiva que vai ao encontro da voz crítica de Catarina Raquel sobressai no cortejo fúnebre de Raquel que “conjeturara, com involuntário cinismo, se toda aquela magnificência se destinava realmente a homenagear Raquel ou era apenas exibição de quem deixava o nome gravado a ouro nas fitas roxas” (UC: 112).

Numa outra leitura, este episódio poderá revelar ainda a desigualdade social da época, já que na área do lazer o povo não tinha acesso às festas que aconteciam nos hotéis ou nas ostentosas residências da Madeira, na sua maioria propriedade de estrangeiros. A imagem do escasso poder económico da burguesia e a pobreza do povo é captada pelo olhar de Norton de Matos, o jovem oficial do estado-maior, que numa carta endereçada a sua mãe, aquando da sua missão militar na ilha, a descreve, afirmando que “a primeira sociedade daqui, no meio da qual tenho vivido, é muito distinta, muito amável, e recebe admiravelmente em suas casas, postas com um gosto raro e fino. Sente-se, porém que [...] não há fortunas consideráveis na Madeira, a não ser na mão dos ingleses, e através do luxo das receções, transluz a penúria da vida de todos os dias, da vida íntima.”¹³

¹³ Nepomuceno, Rui. “Norton de Matos”. In <http://ruinepomuceno.blogspot.pt/2010/02/madeira-na-vida-de-norton-de-matos.html> .Consultado em 20 de janeiro de 2015.

A temática da insularidade como expressão literária impõe-se em outros romances de Helena Marques, em que a ilha volta a ocupar um lugar central. Em *A Deusa Sentada*, a ilha, nas suas múltiplas possibilidades, simboliza a procura da identidade, uma “espécie de Paraíso” (DS: 27) de energia vital do sujeito. Laura e Matilde, as protagonistas dessa busca, dão resposta à dúvida da sua bisavó Raquel, de *O Último Cais*, quando partem para Malta, uma outra ilha, e descobrem que o seu trisavô André Villa já se chamara André Vella, mas que determinadas circunstâncias da vida o fizeram mudar de Vella para Villa, aquando da sua fixação na Ilha da Madeira, no já remoto século XVIII. Por outro lado, o enigma das suas raízes parece transformar *A Deusa Sentada* numa narrativa de tipologia de romance de aventuras, cuja ação principal se desenrola na capital da ilha de Malta, La Valletta. Helena Marques parece também querer fazer sobressair a história de Malta, o seu passado, “terra de incessante migração” (DS:110), através de depoimentos de personagens autóctones e das visitas aos monumentos realizadas por Laura e Matilde. O binómio entre passado e presente volta a repetir-se em *A Deusa Sentada*, mas com um outro propósito: fechar o ciclo da procura das raízes que se iniciara em *O Último Cais*, através de Raquel. Para Laura, o conhecimento pelo passado era também fundamental:

Pessoalmente, tenho de confessar-me muito mais seduzida pelo passado, afinal é ele que me justifica, é nele que me reencontro e entendo, é apoiada nele que me projecto no futuro. Não concebo, aliás, que se possa viver sem conhecimento do passado de que se emanou (DS: 100).

Assim, a deslocação à Ilha de Malta permite às primas Laura e Matilde empreender uma viagem pelo espaço exterior mas também pelo da sua interioridade, ao

permitir-lhes encontrar as suas raízes e também a sua força interior, desdobrada no simbolismo da figura feminina no templo de Hagar Qim,

[que] é a de uma mulher sentada, pés e mãos minúsculos, reduzidos a uma mera sugestão, toda a força emana dos poderosos troncos e coxas, os joelhos estão dobrados lateralmente e repousam no chão afastados um do outro, o pé esquerdo aflorando a perna direita, numa posição cheia de placidez a que só a linha dos ombros bem erguidos imprime altivez e dignidade. (DS: 147)

Na perspectiva de Monica Rector, “Malta é como a pequena Deusa Sentada, Malta é a própria Deusa Sentada”¹⁴. A mulher portuguesa é esta deusa sentada, “ensinando o seu povo a resistir e a preservar os valores tradicionais e também lucidamente, a distinguir e a assimilar os valores que os outros iam deixando”.¹⁵

Também em *Ilhas Contadas*, único livro de contos de Helena Marques publicado até à data, o espaço insular apresenta-se, na maioria dos casos, como a porta de saída para a descoberta do mundo, do amor e da vida, demonstrando que a ilha proporciona uma introspeção que poderá levar à procura de um outro *modus vivendis*, uma perspetiva igualmente partilhada por João de Melo, escritor também ele oriundo das ilhas, quando se pronuncia acerca da escrita de diversos autores insulares. João de Melo afirma que “As nossas literaturas são portas de saída da “ilha” para o “mundo”¹⁶. Nesta afirmação parece haver uma ténue perceção da clausura insular a que os seus habitantes estão sujeitos. Partilham desse sentimento, a título de exemplo, Herberto Helder, Horácio Bento de Gouveia, José António Gonçalves, Maria Aurora Carvalho Homem, entre muitos outros. Mas parece ser em Helena Marques que João de Melo

¹⁴ Rector, Mónica. “Helena Marques”. In *www.vidaslusofonas.pt*. Consultado a 04-02-2016

¹⁵ *Id Ibidem*

¹⁶ Melo, João de. “O Complexo de Ítaca nas Literaturas Insulares, Açores, Madeira e Cabo Verde”. In *Camões Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, nº6. julho-setembro de 1999.

encontra uma maior visibilidade da reclusão insular: “Recordo trechos do romance de Helena Marques, *O Último Cais*, livro de partidas e regressos, tão belo e tão medularmente insular como nenhum outro até agora escrito sobre a Madeira”(*Ibidem*) afirma João de Melo, uma perspetiva que se poderá articular com o tema da emigração, recorrente na literatura de cariz insular, como expressão da sua identidade.

Trata-se de um fenómeno que atingiu a ilha da Madeira, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, assim como também as ilhas dos Açores, tendo como principal destino as antigas Antilhas Britânicas e o Brasil. A partir do século XX, esse surto migratório ter-se-á deslocado para os países industrializados da Europa Ocidental, tais como França, Alemanha, Luxemburgo, Suíça, entre outros. Em todo o caso, a Madeira está bem presente na história da emigração, como uma constante das suas gentes:

Da Madeira saíram muitos emigrantes em busca de melhores condições de vida, atraídos por terras de oportunidades e de recursos aparentemente inesgotáveis, levando na mala a alma da tradição cultural da sua região, uma identidade transplantada que o ilhéu, quando deslocado, sempre insiste em levar consigo como forma tornar menos difícil o mais aceitável o seu desenraizamento. (Moniz, 2006 :21)

Sublinhe-se que a diáspora portuguesa entre os séculos XIX e XX é marcada por diversas causas: económicas, sociais, culturais, políticas e religiosas. A pluralidade deste movimento, com raízes no século XV, ligada maioritariamente a imposições de sobrevivência, tem visibilidade em *O Último Cais*, através das conversas entre Marcos e o cónego Nicolau. Nessa época, séculos XIX e XX, a emigração portuguesa procurou fixar-se em espaços geográficos longínquos de que África, Brasil e

as colónias britânicas podem ser exemplo: “Sabe, primo, que continua a aumentar a emigração para Angola [...] e também seguiram emigrantes para as ilhas Sandwich e continuam a seguir para o Brasil e para a colónia britânica da Guiana.” (UC:141)

É de destacar ainda que esta colónia recebeu inúmeros emigrantes madeirenses, sobretudo homens rurais, que iam trabalhar nas plantações da cana de açúcar, e outros que “a expensas suas”(Marques, 2005: 175), partiam para fazer “fortuna no negócio do rum (então genericamente denominado, no funchal, por *rum shops*) ou na área da importação-exportação”(Id *Ibidem*). Neste grupo inseriam-se os jovens bem-nascidos, ou seja, os que eram oriundos de famílias burguesas e que tinham alguma capacidade económica para tentarem a sua sorte.

É também curioso como a história familiar de Helena Marques se encontra ligada à Guiana, estabelecendo assim mais um laço entre o real factual e a ficção.

No que pessoalmente me toca, sei que o meu bisavô paterno fez uma viagem à Guiana como médico de bordo, acompanhado de minha bisavó que se encontrava grávida e que, por razões de prudência, não regressou com o marido à Madeira. O meu bisavô voltou à Guiana no navio seguinte e trouxe, então, a mulher e a criança recém-nascida, que viria a ser a minha avó. (Marques, 2005:175)

A Guiana surge então como um espaço geográfico de eleição para a história da emigração madeirense, na época novecentista. Curiosamente, é também para Guiana que Raquel Vaz Lacerda vai viajar na companhia do marido, numa deslocação de serviço como oficial da Marinha. Para Raquel, essa viagem significava a concretização de um sonho: viajar. Sabemos que a ilha de Malta era o seu destino de eleição, porque era lá que estava a história do seu trisavô, as raízes dos seus

antepassados: “André Villa trocara Malta pela Madeira [...]. André era, então, muito jovem”(UC:24). Raquel não concretizaria esse sonho, será Matilde e Laura, já no segundo romance, *A Deusa Sentada*, que darão continuidade a esse projeto, realizando-o e assim fechando um ciclo iniciado no primeiro livro da autora.

Poder conhecer La Valetta surgia então como o grande desejo de Raquel, pois assim encontraria respostas às perguntas que inúmeras vezes formulara: “Que experiências teria vivido, que passado lhe dera origem, que motivara a sua migração, como seria - pergunta-se Raquel - esse avô desconhecido que deixara negócios de vinhos, tapetes turcos, pratas antigas e livro italianos?” (UC:25).

Mas, partir para a Guiana também se apresentava um desafio para Raquel, já que nunca tinha viajado. Apesar de o mar também exercer sobre ela o grande fascínio que herdara dos seus antepassados, Raquel reconhecia-o como um inimigo cujas fronteiras líquidas implacavelmente a enclausuravam. Todavia, sabia que tinha chegado a sua vez:

Entra a bordo do Saint Simon, com um sentimento de irrealidade. “É autêntico, já não sou Penélope, já não sou a que fica fiando e tecendo[...], vou viajar avô, vou viajar, o pacote está ali ao largo, o destino não é Malta mas não faz mal, talvez depois, nunca se sabe, pois não?, vamos à Guiana, avô, estou tão absolutamente feliz! (UC: 86).

Viajar até a Guiana fora também um projeto da autora aquando da escrita de *Os Íbis Vermelhos*, em 2002, tal como fizera com outros cenários dos seus livros, âncoras reais inseridas num universo de estórias concebidas intencionalmente para chamar a atenção do leitor. Porém, visitar a Guiana não chegaria a passar de um projeto que Helena Marques explica: “Em relação à Guiana, confesso que desisti da viagem

pelo receio do seu clima equatorial, com altas temperaturas e elevadíssimos níveis de humidade. Se tivesse menos vinte anos...”(Marques: 2005:174).

Uma realidade passível de ser constatada nas sucessivas conversas do cónego Nicolau com o seu primo Marcos, mostrando que o fenómeno da emigração se afigura intemporal, sendo legítimo referir que este facto advém de outras ocorrências conjunturais que o tornam cíclico:

Até André, primo, André não parece disposto a voltar para o Funchal. Também quer emigrar de certo modo, embora não para longe. Um dos professores que o orienta no estágio em Lisboa falou-lhe da grande falta de médicos que se verifica nos Açores e André está tentado a fazer uma experiência por dois ou três anos. (UC:141)

A preocupação do cónego Nicolau sobre os fluxos migratórios parece encontrar ecos em pleno século XXI. Após um passado áureo de conquistas e de descobertas, o país vê-se confrontado com a partida massiva de jovens qualificados que vão à procura de novas oportunidades, uma vez que o seu país, aquele que os viu nascer, não parece ser capaz de lhes dar recursos para os fixar. Ecos cujas raízes se encontram na presente narrativa no momento em que Nicolau questiona: “Marcos, que futuro espera a Madeira se as gerações mais jovens e empreendedoras, de todos os estratos sociais continuam a abandoná-la?” (UC : 141).

Considerando as variáveis migratórias do passado e confrontando-as com as do presente reconhecemos que a emigração de hoje se afirma diferente. O processo de globalização dos nossos dias leva a que as deslocações para os mais diferentes e recônditos lugares do mundo sejam mais frequentes e mais apetecidas, até porque em

meados dos séculos XIX e XX, o fenómeno de viajar “não era tão fácil, nem tão simples, como se tornaria mais tarde” (Marques, 2005: 174).

Uma outra perspetiva da emigração, o soltar definitivo das amarras da terra natal poderá ser visível na referência à família Passos, nomeadamente na figura de John R. dos Passos, filho de emigrantes com origem na Vila de Ponta do Sol, e primo de Raquel, que um dia partiu rumo aos Estados Unidos. O sentimento de curiosidade pela terra natal do seu progenitor é evidente nesta entidade ficcional, embora não deixe de ser curioso o facto de não saber falar a sua língua, como se poderá ler no seguinte excerto:

Os Passos encontravam-se hospedados no Reid’s Hotel, o melhor dos *palaces* da Madeira, onde Jack recuperava de uma operação a que fora submetido em Londres. E John R, aproveitava a viagem para concretizar o velho projecto de visitar a pequena vila da Ponta do Sol na costa ocidental da ilha, donde partira seu pai, Manuel, rumo aos Estados Unidos, setenta anos atrás. Haviam sido, justamente, os Passos de Ponta do Sol quem – incidental e tardiamente, *hélas* ... -- mencionara o ramo da família que vivia no Funchal e se ligara aos Villas, no século XVIII. “And so, here we are!”, exclamara John R. que não falava português mas cuja exuberância e loquacidade atestavam o domínio dos genes latinos. (UC : 186)

A problemática dos (des)afetos às raízes descortina-se ironicamente em *O Último Cais* no destaque que a autora concede na sua narrativa à família Passos. Através deste exemplo, Helena Marques parece delinear um traço da sociedade que se desapega das suas raízes, que não transmite aos filhos e aos netos o sentimento de pertença às origens. É através de Clara que essa crítica se revela quando a personagem encontra pela segunda vez “o pequeno Jack”(UC:187), entretanto conhecido a nível internacional como John dos Passos, descendente de um emigrante madeirense da vila da Ponta do Sol, e que voltaria à ilha décadas mais tarde, já na qualidade de um

reputado escritor americano. Ao ler o seu livro biográfico, Clara descobrira que John dos Passos apenas dedicara umas linhas à Madeira, lugar das suas origens, através da referência às lagartixas dos jardins do hotel, não revelando qualquer informação sobre a ilha onde nascera o seu avô:

Clara cruzou-se com ele [John dos Passos] , inesperadamente, nesse mesmo Reid's Hotel. Havia-se tornado, inevitavelmente, uma leitora apaixonada da sua obra, teve um impulso alvoroçado de aproximar-se e dizer-lhe “Jack lembra-se ...” mas preferiu guardar-se de uma conversa que poderia ser decepcionante, era natural que Jack tivesse esquecido, não teria mais de oito ou nove anos na altura”. [...] Foi depois desse episódio que leu avidamente um dos menos conhecidos livros de Jack, *The Best Times* uma espécie de biografia onde a primeira viagem do autor à terra de seus avós lhe merecia apenas uma dezena de linhas, algumas das quais dedicadas às lagartixas dos jardins do hotel. (UC: 187)

Por outro lado, a atitude de Clara em hesitar aproximar-se do famoso escritor para interpelá-lo, apesar de o ter conhecido durante a sua infância, parece querer ilustrar o comportamento do povo ilhéu, retraído e tímido que não ousa espontaneamente interagir com os visitantes, limitando-se a observá-los e a seguir alguns costumes. Sublinhe-se as influências estrangeiras sobre *o modus vivendis* dos insulares que se refletem em vários domínios: na decoração do mobiliário das suas casas, no guarda-roupa das senhoras, na educação dos seus filhos, na gastronomia e nas festas e convívios.

A decoração da casa de Raquel “os jarrões da Companhia da Índias [...], “*o sideboard*, longo de três metros [...], a tapeçaria oriental trazida de Malta no século XVIII” (UC:135) podem ser exemplo dessas influências. Marcos era um grande apreciador do mobiliário inglês, chegando a encomendar peças para a sua casa:

Ludovina prepara o banho da senhora, enchendo a grande banheira de cobre [...], que Marcos mandara vir de Inglaterra [...] juntamente com o sideboard Hepplewhite, as cadeiras Chippendale, os sofás Georgian e a grande cama de colunas e dossel onde Raquel tem dormido sozinha nos últimos doze meses e durante as clílicas ausências de Marcos ao longo dos dezasseis anos de casamento. (UC: 28).

2.2. Raízes, memória e identidade.

“Sou madeirense, por várias razões: por educação, por família, por tudo. As minhas raízes estão lá.”

Helena Marques

A afirmação que serve de epígrafe ao presente subcapítulo impõe-se como testemunho da identidade insular de Helena Marques. Foi neste espaço geográfico que a autora cresceu e se tornou mulher, casou e teve filhos, e onde deu início à sua carreira profissional na área do jornalismo com que ocuparia a sua vida ativa, que, posteriormente continuaria no espaço continental. Todavia, Helena Marques reconhece que um dia a ilha se tornou demasiado pequena. O cordão umbilical insular teve que ser cortado em prol de uma vida com melhores condições, mas ficaram os laços, cordões fortes que a fazem voltar sempre que pode à sua casa, ilha-mãe,

demonstrando dessa forma que não se consegue libertar da força da ilha, prisioneira do mar.

[A ilha] É muito mais. Ninguém se liberta de uma ilha. Eu decidi deixar a Madeira e viver em Lisboa e não estou nada arrependida. Lisboa é a minha terra hoje em dia, o sítio onde eu gosto de estar. Vou ainda à Madeira esporadicamente porque tenho lá a minha mãe. [...] A Madeira que eu guardo, que me marcou e que viverá comigo até ao fim é a Madeira da minha infância – a cidade onde cresci, onde viveram os meus pais. E os meus avós, as figuras marcantes da minha vida. A Madeira faz parte de mim, não consigo me libertar.¹⁷

Trata-se de uma ligação constante que se mantém presente graças às memórias que conserva da Madeira da sua infância. Numa entrevista concedida a Ivo Caldeira, a escritora ao falar dos seus livros elogia a expressão de Maria Lepecki “novo ser” para designar “um novo livro”. De acordo com Helena Marques, “o ser, deve obedecer à receita de Manuel Poppe, segundo o qual um livro só é autêntico quando um escritor realmente se confessa”. Partindo desse princípio, Helena Marques confessou-se: “Nos meus livros, há de facto, muitas memórias. Sinto um fascínio pela Madeira de uma certa época”¹⁸.

A palavra “memórias” não parecer ter uma definição consensual porque esbarra com outras precisões teóricas que diferenciam dois tipos de memória. Paula Morão, referindo-se a Castelo Branco Chaves explicita o seguinte:

¹⁷Marques, Helena. “Helena Marques. Trabalho do coração”. In *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Lisboa, n. 537, p. 10-11, 20 out.1992. Entrevista concedida a Maria João Martins. Disponível em http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103632/ferreira_jc_dr_assis.pdf?sequence=1 Consultado em outubro de 2015.

¹⁸ Helena Marques: “Helena Marques: Não tenho tempo a perder”. In *Diário de Notícias*, Funchal. 2 de julho de 1995 (pp..10-11).

para este Autor há por um lado o documento histórico e (...) humano a partir do que foi diretamente observado e sentido, e por outro lado, o texto que quer “traçar um vasto panorama do seu tempo” com o memorialista presente em pano de fundo, “a um dos extremos da composição”, como nos auto-retratos inseridos nos painéis oficiais diminuindo o valor documental por haver “partes da composição que não foram nem vividas nem observadas pelo memorialista (Morão,1993: 17)

O interesse pela memória e pela reconstrução do passado tornou-se num tema particularmente polémico a partir da última década do século XX, face ao fenómeno da globalização. Em *O Último Cais*, a autora transmite ao leitor o sentimento sobre memórias familiares e a insularidade, revelando os pesados condicionamentos do quotidiano numa ilha, decorrentes da sua experiência de vida insular. Porém, tendo em conta que a autora relata alguns acontecimentos a partir de recordações, é nosso entender questionar a possibilidade de uma existência desconstruída de padrões e identidades. Sublinhe-se que criação de *O Último Cais* nasceu “de um sentimento pelas pessoas que habitaram os primeiros anos de vida da escritora”.¹⁹

Embora Sofia Paixão considere que “As memórias constituem-se igualmente como artifícios ficcionais, sendo o autor uma personagem de um universo essencialmente fictício”,²⁰ em Helena Marques parece estatuir-se uma ligação entre real e imaginário confirmada pela sua ligação à memória de experiências vividas. Uma perspectiva que vai ao encontro da afirmação de Ana Isabel Moniz quando afirma que

¹⁹ In “Trabalho do coração”. In *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Lisboa, n. 537, 20 out.1992 (p. 10-11),. Entrevista concedida a Maria João Martins.

²⁰ Paixão, Sofia. “Memória”. In *E-Dicionário de Termos Literários* (EDTL), coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9, <<http://www.edtl.com.pt>>. Consultado em 10-08-2015.

A ficção, no seu complicado processo de constituição literária, não deixa de estabelecer relações com a vida de todos os dias, no modo vacilante como liga a história à intriga e ao contexto espaço-temporal, oferece uma concepção do romance como objecto de ficção. (Moniz, 2010: 535)

Nesta perspetiva, podemos situar a quase totalidade da obra de Helena Marques, e em particular os dois romances que constituem o objeto da nossa investigação, como uma consequência das muitas histórias que ouvira em criança e que guardara na sua memória:

Cresci, pois, rodeada de muitos Velhos, Velhos maravilhosos e surpreendentes, que me contaram muitas histórias e me legaram uma memória longuíssima _ tão longa, na verdade, que sempre me deu a ilusão de recordar, eu própria, factos passados muito antes do meu nascimento, de tal maneira tinha sido forte, viva e colorida a narração desses episódios. (Marques, 2005:172).

A conjugação dos planos temporais, passado e presente, contribuiu para a construção de uma identidade que dá forma e sentido ao imaginário da autora no modo de recuperar tempos vividos e dos quais guarda feliz memória: “Acho que a Madeira foi um lugar maravilhoso para se viver, as pessoas eram tão simpáticas, tão agradáveis, o ambiente era profundamente civilizado”.²¹

Um ambiente passível de ser encontrado em *O Último Cais* no qual se recordam episódios de uma sociedade abastada que vivia no espaço circundante do Funchal, embora Helena Marques faça questão de frisar, numa entrevista concedida ao

²¹ Helena Marques em entrevista concedida a Catarina Sá Fernandes e Maria do Carmo Freitas. In *Notícias da Madeira*, 3 de novembro de 1993 (p.5) .

Notícias da Madeira, que nessa época não era o dinheiro que demarcava o estatuto da família, mas sim o brasão familiar:

A Madeira como todos os meios pequenos, ilhas e cidades interiores, comporta um tipo de sociedade fechada, em que existe um certo clima de restrição [...] A Madeira de antigamente tinha estratos sociais muito demarcados. Havia as pessoas bem nascidas e as outras todas, e quem não era bem nascido não tinha acesso a um certo número de coisas. Não era uma questão de dinheiro, mas de nascimento.²²

Trata-se de uma reflexão que transparece no universo ficcional da autora, ao revelar uma sociedade estratificada em dois grupos sociais: as grandes famílias brasonadas e o resto da população. Por outro lado, em *O Último Cais*, é possível descortinar-se a existência de um outro grupo, o dos estrangeiros, que se fixavam na Madeira por razões de natureza diversa, e que mantinham uma relação de proximidade com os ilhéus, influenciando-os com os seus hábitos e costumes e, assim, lhes imprimindo novas formas de estar. Desse grupo destacam-se os britânicos, referidos também em *Os Íbis Vermelhos da Guiana*, de 2002, e até mesmo alguns alemães, mencionados, em particular, em *O Bazar Alemão*, publicado em 2010. Também há referência a militares que se estabeleceram temporariamente na Madeira por influência das tropas britânicas aquando da ocupação da ilha, no início do século XIX, como nos dá conta o texto:

²² Helena Marques em entrevista concedida a Catarina Sá Fernandes e Maria do Carmo Freitas. In *Notícias da Madeira*, 3 de novembro de 1993 (p.5) .

[...] fora nessa agitada segunda metade do século XVIII que também haviam chegado ao Funchal os primeiros ingleses, esses que dariam origem a verdadeiras dinastias de madeirenses britânicos ou britânicos madeirenses fiéis às suas duas ilhas, a das brumas e a do sol. Com eles o chá regressou a terras portuguesas começou hábito. e prática diários. Trouxeram também tradições e estilos de vida, a High church e os Harden partida, e um incomparável sentido de home, de casa(...).chegaram instalaram-se, lançaram raízes e empresas e muitos se distinguiram pelo futuro fora como comerciantes de vinho e ship Chandlers, banqueiros, hoteleiros, pioneiros de turismo, construtores navais, criadores e exportadores de bordados, agentes de navegação, introdutores do futebol, do tênis e do golfe. (UC:24).

A autora não deixará aqui de referir que o Funchal viria a adaptar-se, de modo gradual, a essas influências, algumas iniciadas no remoto século XVIII, e que deixariam marcas profundas na sociedade insular até aos dias de hoje.

A enorme vontade de Raquel viajar, sonho que acalentava desde sempre, é partilhada pelos anónimos ilhéus. Talvez por essa razão se possa explicar que a chegada de navios ao cais era “dia de festa” (UC: 21) para todos, na medida em que surgia uma oportunidade para socializar e receber as encomendas e o correio. Na opinião do historiador Alberto Vieira, as obras efetuadas ao porto do Funchal impulsionaram vida à cidade de modo que a partir de 1840 o porto tornou-se no principal polo de atração. Refere ainda que Raul Brandão, na sua passagem pela ilha, havia referido que “quando chegava o vapor a cidade ganhava vida, quando eles partiam a cidade parecia que adormecia”²³. Assim, os barcos e o telégrafo eram amados pelas gentes, porque materializavam as suas “pontes para o mundo” (UC:21).

A evocação das Quintas Madeirenses, residências de particulares, algumas temporariamente transformadas em alojamento turístico, constituem também parte das memórias da identidade insular referidas por Helena Marques em *O Último*

²³²³ Vieira, Alberto. In <http://www.dnoticias.pt/actualidade/madeira/400853-ha-100-anos-o-porto-do-funchal-abriu-a-cidade-ao-mar>. Consultado em 15-08-2015.

Cais. No que diz respeito às quintas, Bulhão Pato, na sua primeira estada na Madeira, em agosto de 1950, acompanhado pelo segundo Conde de Carvalhal, ficou alojado na Quinta do Palheiro, “célebre pelos faustosos almoços, jantares e bailes.”²⁴ No seu poema *Paqueta*, recorda as suas experiências na Madeira e o deslumbramento pela natureza. Também a escritora Maria Lamas, na sua obra *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*, dedicou um longo capítulo do seu livro²⁵ ao estudo das Quintas da Madeira, demonstrando a sua admiração por estas habitações românticas e ajardinadas.

Para Helena Marques, a referência à casa apresenta-se como tónica dominante na sua escrita, já que é nela que se acolheram as personagens, imprimindo-lhes vida e refúgio: “[...] as casas marcam todos os meus livros pois nelas são narrados momentos importantes dos episódios de vida das suas entidades ficcionais”.²⁶

Assim, os fragmentos descritivos que têm por cenário as casas, “casas subindo nas encostas, trepadeiras subindo nas casas” (UC:19), parecem traduzir as raízes sociais das famílias, o percurso e a sua ligação à terra natal. A casa de Raquel bem como de Constança são residências que não só simbolizam histórias de vida opostas, como também perfis de personagens que amam e sofrem. A casa de Constança, a Quinta das Tílias, situada no Monte, é descrita como uma casa fria, sem calor humano, à semelhança de Constança, uma mulher “dura e fria como os penedos, impermeável à humidade – e à humanidade” (UC:29), um modo de ser que poderá ser explicado pelo malogro sentimental que marcaria para sempre a sua vida. A casa que fora herança de sua mãe, abrigara-a e ao seu marido, mas não por muito tempo, o que nos leva a inferir na frieza do espaço um indício do futuro sofrimento e solidão de Constança, numa quase antecipação da vida de clausura, revolta e tristeza que caracterizariam para

²⁴ Nepomuceno, Rui. *A Madeira vista por escritores portugueses – Séc. XIX – XX*. Coleção 500 anos, nº6. Edição Empresa Municipal “Funchal 500 Anos”, 2008.

²⁵ Lamas, Maria. *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*. Editorial Eco do Funchal, 1996

²⁶ Helena Marques. In *Diário de Notícias*, 25 de Maio 2002.

sempre a sua vida, após o malogro sentimental do seu casamento com Frederico de Magalhães. As Tílias que adornavam o jardim, árvores fortes e de grande longevidade, parecem conduzir o leitor para um *locus amoenus* que ironicamente acolhe a amargura da personagem.

A Casa do Vale Formoso, Quinta da Saudade, casa de Raquel e Marcos e mais tarde de Benedita e Afonso, é a primeira quinta referida em *O Último Cais*. Situada numa encosta sobranceira ao mar, é descrita pela autora como uma casa solarenga com enorme jardim que se estendia “até à balaustrada de ferro fundido que o limita e prende e donde tombam buganvílias roxas, madressilvas e jasmims sobre os taludes do pomar” (UC:23). A paisagem sobre o mar parecia descortinar o seu desejo de viajar, os seus sonhos, mas também a sua solidão. A variedade das plantas que ornamentava os jardins e as estufas demarcava forte presença britânica na ilha.

As quintas revelam uma construção particular que se faz sentir na observação de Raquel sobre as pitorescas casinhas de prazer, que a protagonista do romance, num misto de admiração e interrogação, comenta a designação que lhe fora atribuída. Porém, a narradora sublinha que a escolha está explicada oficialmente e sem ambiguidade, tendo em conta que “prazeres são os jogos, o xadrez, o dominó, o loto, o bilhar; e o afastamento da casa principal deve-se ao facto de proporcionar janelas sobre a estrada, um meio de distração, de ver quem passa, os carros de bois que sobem ou descem, os cavaleiros que galopam pela frescura das manhãs. (UC:29)

No seu estudo publicado na Revista *Islenha*, Paulo Freitas explica que “Casinhas de prazer” é uma expressão que

parece ser velha no tempo e o primeiro a pronunciar-la teria sido o incansável viajante que foi Marco Polo, ao descrever os jardins do palácio de Kubla Klan em Xandu, a norte de Pequim, no meio dos quais se erguia uma “casa-de-prazer, pavilhão em forma de tenda, com tecto em bambu, sustidos em

colunas, cuja característica especial teria sido o poder ser deslocada de um para outro sítio, a bel prazer do imperador.²⁷

Significa que a imagem do jardim oriental acabaria por inspirar os jardins dos palacetes europeus que, a partir do século XVIII, passam a ostentar pavilhões semelhantes. Uma construção que chegaria à Madeira, trazida possivelmente pelos ingleses, embora as influências orientais marcassem a história do povo português. Em todo o caso, na Madeira a sua construção parece assumir outra realidade. A este propósito, veja-se a definição proposta por Emanuel Gaspar aquando do seu estudo em *Arte e Património*:

As Casinhas de Prazer são pequenas construções de invenção madeirense que parecem derivar das Casas de Fresco que os palácios europeus dos séc. XVIII e XIX exibiam nos seus jardins e que terão passado à Madeira, sofrendo as devidas adaptações regionais, através da opulenta comunidade britânica, que aqui vivia na centúria de oitocentos.

Ora estas pequenas e belas estruturas arquitectónicas ficam situadas em um dos extremos dos jardins das quintas funchalenses, sobranceiras à rua, sempre estrategicamente colocadas para aproveitar a paisagem, avistando-se ao fundo o mar. São espaços de lazer que se integram nos magníficos jardins, de que são, na verdade, a sua continuação. [...] Era nestas construções românticas e lúdicas que se tomava um chá em família ou com os amigos, se tinha um momento de leitura ou bordado, um namorisco ao resguardo de inconfidências ou, até, espreitar os passantes sem ser visto.²⁸

²⁷ Freitas, Paulo. “Casinhas de Prazer”. In *Isleña*, n°8, jan.-jun. 1991(p.87)

²⁸ Definição disponível no site: <http://casinhasdeprazer.no.sapo/aaa.htm>. Consultado a 15-08-2015.

A insistência de Helena Marques na referência a esse espaço físico parece ser justificada visto que “tudo isto se devia a pessoas bem educadas, com boas casas e bons móveis que influenciavam os madeirenses e a mim própria.”²⁹

Mas de outros lugares da ilha a autora dá conta em *O Último Cais*, onde é possível destacar-se pormenores da orografia da Madeira. Disso, podem ser exemplo as ruas inclinadas, que dificultavam os passeios a pé, e os transportes de tração animal que não conseguiam chegar a todos os lugares, o que, por vezes, desagradava os locais e os visitantes: “ [Raquel] Manuel, os bois não podem andar mais depressa? Os bois não andam mais depressa. A calçada é íngreme e o pesado trenó arrasta-se vagarosamente sobre o basalto escorregadio” (UC: 30). Uma realidade reconhecida por Marcos quando regressava das suas longas viagens e tinha de subir a íngreme rua que o levava até casa:

[Marcos] Salta na praia, agradece os marinheiros que logo se afastam de regresso ao navio, e mete-se a caminho, as mãos bem enfiadas nos bolsos [...]. No seu passo largo, corta a Rua da Praia e a Praça da Constituição, ladeia a Sé, sobe a Rua de João Tavira, contorna o Colégio dos Jesuítas, atravessa a pequena ponte sobre a Ribeira de Santa Luzia e começa a íngreme subida para casa. (UC: 50)

Às características particulares da orografia da Madeira, acrescem as referências aos períodos festivos celebrados em toda a Ilha. Disso pode ser exemplo *O Último Cais*, ao reencaminhar o leitor para aspetos culturais e identitárias da Ilha da Madeira: O Natal. João Cabral do Nascimento, reconhecido intelectual madeirense, dedicou um artigo divulgado na revista *Eva*, em dezembro de 1947, no qual “reproduz

²⁹ Marques, Helena. “O fim do caminho”, in *e depois? sobre cultura na Madeira* – Organização e posfácio de Ana Isabel Moniz, Diana Pimentel, Thierry Proença dos Santos, Universidade da Madeira 2005.

muito da vida e dos costumes dos madeirenses, antes da segunda metade do século XX”³⁰. Este escritor exprime que, apesar de o Natal ser “uma festa de todos e em especial da família”³¹ na Madeira, o sentimento que gira à sua volta é individual, ou seja, cada pessoa sente e vive o “seu” Natal, à sua maneira. Uma ideologia passível de ser constatada na casa de Raquel, no modo como a narradora leva o leitor a sentir a azáfama desta quadra natalícia, que passa pelos pormenores de limpeza da casa, pela decoração, pela elaboração “das provisões de boca” aos rituais religiosos:

Porque o Natal era mais bela e sentida das festas da ilha e porque Dezembro se mantinha, por norma, ameno e soalheiro, empreendiam-se então as grandes limpezas anuais. Caiavam-se de branco as paredes exteriores das casas e retocavam-se, a tinta verde-escura, as venezianas das janelas e os portões de ferro dos jardins. Os bolos de mel, tão indispensáveis como o presépio, eram feitos no dia da Imaculada Conceição. [...] Raquel cumpria o ritual todos os anos, menos por convicção do que pelo encanto teatral dos gestos (UC: 22-23).

Os detalhes descritivos que foram objeto de reflexão neste subcapítulo constituem deste modo referências socioculturais da identidade insular madeirense, da sua história, recriadas sob o imaginário da autora e moldado pelas suas memórias. Por outro lado, no percurso dos dois romances que constituem objeto particular da nossa atenção nesta dissertação, o espaço geográfico, desde a ilha da Madeira até à ilha de Malta, parece ser explorado pela autora com um sentido significativo na trajetória de vida da mulher. Ao longo dos tempos, dada a sua periferia, parece ter havido sempre a

³⁰ Nepomuceno, Rui. “A Madeira na obra de Cabral do Nascimento”. In : <http://ruinepomuceno.blogspot.pt/2010/02/madeira-na-obra-de-cabral-do-nascimento.html>. Consultado em 16-08-2015.

³¹ *Id ibidem*

tendência de considerar as ilhas como referências espaciais secundárias. Helena Marques parece quebrar esse mito, tornando-as centrais na quase totalidade das suas narrativas. Numa possível analogia com a ilha, também o papel reservado à mulher na sociedade tende a assumir esse lugar periférico. Contudo, apesar da sua condição de mulher, adorno do homem, conseguiu tornar-se dona de si própria, ganhando direitos mas também maiores responsabilidades. Em *A Deusa Sentada*, essa transformação da mulher portuguesa poderá ser entrevista nas figuras de Matilde e Laura. Casada com Lourenço, personagem masculina sem qualquer papel relevante na narrativa, Laura é dona de uma livraria, enquanto a sua prima Matilde, que fora casada com Artur, vítima da guerra, é tradutora de livros. Ambas parecem assumir a relevância das transformações sociais do século XX, sugerindo que à exceção da morte não existem obstáculos intransponíveis desde que se tenha coragem, determinação e autoestima. Helena Marques parece ter a perceção destes valores porque os faz representar Em *A Deusa Sentada* através das suas protagonistas, mas também do próprio espaço geográfico em que alicerçou a ação: A ilha de Malta. Para Mónica Rector, “Malta tem a pequenez e a fragilidade aparente das mulheres”³², mas assume-se também como “a ilha-mãe acolhedora, sedutora, misteriosa, terna e eterna ” (DS: 189).

II – A narrativa ficcional: estórias no feminino

“... nenhuma de nós é a Super-Mulher.

Somos sucessivamente mulheres diligentes,

mulheres atormentadas, mulheres organizadas

³²Rector, Monica. “Helena Marques” In <http://vidaslusofonas.pt>. Consultado em 04.02.2016.

e por vezes mulheres astutas,
porque todas entendemos que é sempre
possível encontrar tempo, por muito difícil
que a vida seja, para fazer aquilo que realmente
desejamos fazer, seja dançar o tango,
tocar harpa ou escrever um livro.”

Valerie Groveⁱⁱ

Em *O Último Cais*, a autora parece oferecer a oportunidade de conhecer fragmentos de vidas registados numa matriz temporal em que as mulheres não eram ouvidas, nem tinham escolha, e onde lhes era unicamente esperado que cumprissem as suas obrigações conjugais, revelando-se boas mães e exímias “fadas do lar”.³³ Contudo, é essa voz coletiva e silenciosa da condição feminina que Helena Marques faz questão de lembrar, honrar e perpetuar na sua narrativa, na qual o real e o imaginário se fundem no silêncio das mulheres subjugadas no meio familiar às vontades das figuras masculinas dominantes, sejam pais, irmãos ou maridos. A insistência pelo descortinar da complexidade do mundo feminino nas suas histórias parece pretender realçar preocupação da autora sobre a questão da dominação masculina sobre o feminino, que ao longo da história da humanidade distinguiu o indivíduo de acordo com o seu género e não com a sua competência. Julgamos pertinente referir que enquanto jornalista Helena Marques teve oportunidade de presenciar situações de discriminação social, de injustiças e de desrespeito pela condição da mulher. Assim, os percursos de vida das personagens, que dão corpo às suas narrativas poderão constituir um recurso reflexivo

³³ Pinho, Maria Eugénia. In *Entre Garçonnes e Fadas do Lar : Estudos Sobre As Mulheres Na Sociedade Portuguesa Do Séc. XX*. Coordenação de Irene Vaquinhas. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, novembro de 2004.

sobre o modo de vida do passado e um olhar sobre o presente. É esta “alternância entre o olhar e o dizer, no escoar lento do tempo e das palavras” (Mathias,1993:117) que parece caracterizar a escrita literária de Helena Marques.

A organização textual de *O Último Cais* encontra-se dividida em treze capítulos, oito dos quais se ocupam individualmente de personagens femininas, que sob a voz da narradora expõem as suas vidas vazias, os seus amores conturbados, os seus (des)afetos. Tal individualidade e centralidade na temática feminina poderá traduzir uma vontade da autora em resgatar estereótipos da mulher a fim de denunciar uma mentalidade secular que terá contribuído para que a mulher fosse encarada como um ser diferente do homem. “Penélope”, título atribuído ao primeiro capítulo que dá particular destaque a uma personagem feminina, introduz Raquel Vaz de Lacerda, vista como socialmente perfeita e aparentemente feliz no casamento, que aguarda de modo paciente o regresso do marido, Marcos Vaz de Lacerda. Julgamos pertinente sublinhar que a semântica do título tende a assinalar uma nota de tristeza, silêncio e solidão que as regras sociais impunham, modelando assim grande parte da teia dos relacionamentos ficcionais do universo feminino de *O Último Cais*.

Por outro lado, *O Último Cais*, título que abre caminho à narrativa, é também uma designação simbólica e metafórica, já que exprime relatos de memórias e relatos de viagens, emergindo na diegese em dois momentos distintos: o primeiro capítulo, intitulado “Diário de Bordo”, é referido pela narradora para apresentar ao leitor o segundo protagonista do romance: Marcos Vaz de Lacerda, marido de Raquel. Esta primeira referência ao título da obra também se encontra relacionada com a estrutura da narrativa, toda ela construída através do recurso estilístico da analepse. Deste modo, pela voz de um narrador, Marcos Vaz Lacerda chega até nós, nos últimos dias da sua vida:

Marcos vivia então na Penha, numa casa sobranceira ao porto, instalara cadeiras de *deck* na varanda, estendia-se ao sol olhando os barcos através dos seus potentes binóculos, velho marinheiro na ponte de um navio ancorado, à espera de chegar ao seu último cais. (UC:9)

Assim, após proceder a uma apresentação simbólica dos protagonistas, a narradora prossegue com a narrativa, oferecendo ao leitor uma galeria de retratos femininos que se movem silenciosamente em direção à concretização de um sonho: a libertação das amarras masculinas. Neste livro, cada mulher tem uma história para contar, apresentando-se como a expressão de experiências e sensibilidades de uma época histórica, embora todas elas partilhem do mesmo sentimento: a solidão. Numa época em que o universo feminino ainda não tinha voz na estrutura da sociedade, Helena Marques, através da narradora, tende a dar uma maior visibilidade à solidão social, desdobrada no isolamento do espaço geográfico, da época histórica e do meio, em que a comunicação com o mundo ainda era restrita e se fazia unicamente através dos navios e do telégrafo.

E de novo aguardam um navio, a vida é assim numa ilha, os barcos levam e trazem, ligam e desligam, sem os navios as ilhas não seriam mundo, ninguém saberia delas nem das suas gentes, seria como se não existissem, não estariam representadas em nenhum mapa, nenhum livro daria notícias delas (UC: 109).

Helena Marques, como escritora de narrativas romanescas, dá enfoque ao amor, sentimento que rege a história da humanidade e que se projeta em várias

personagens femininas de *O Último Cais*, assim como em *A Deusa Sentada*, para além de outras narrativas da sua autoria. Todavia, os amores de Helena Marques apresentam-se na sua maioria como “amores fortes, indissolúveis, resistentes e bem realizados”³⁴, o que nos leva a pontuar a autora como uma escritora não de contos cor-de-rosa, mas de estórias pautadas por uma visão otimista da vida.

Considerando o simbolismo que o romance encerra, não podemos deixar de fazer referência à epígrafe de Herberto Helder, que à semelhança do título, que dá nome ao romance, se apresenta como um paratexto simbólico, ao surgir isolado a meio da página cinco para dar início ao texto, anunciando a consideração do universo feminino: “Começa o tempo onde a mulher começa”. Nesta epígrafe, Helena Marques parece vincar a importância da Mulher no seu universo ficcional. Será, pois, através de Raquel Vaz Lacerda que a autora não deixará de mostrar atitudes de inconformismo com a situação da mulher de então, apresentando-a como construtora do seu tempo. Sublinhe-se que Raquel se apresenta pela voz de Helena Marques como uma mulher multifacetada com comportamentos vanguardistas para a sua época. Surge na intriga como a guardiã da família, mas também como catalisadora da modernidade feminina.

À luz da simbologia do nome, Raquel, do hebraico rachel, que significa “ovelha” e por extensão, também o significado de “mansa”³⁵, apresenta-se na diegese como uma mulher tranquila, que “gosta de manter as tradições, gosta de sentir-se continuadora do passado, transmissora de hábitos delicados e sãos, espera que os filhos prossigam os rituais da família” (UC:59). Fonte de segurança, garante a felicidade da família Vaz Lacerda, poderá comparar-se com a mítica *Penélope*, que também aguarda pacificamente a chegada de um marido ausente, tendo por companhia os filhos, a casa e

³⁴Rector, Mónica. “Helena Marques”. In *www.vidaslusofonas.pt*. Consultado a 03-02-2016.

³⁵ In *Dicionário de Nomes Próprios*, Lisboa, Casa das Letras, 2002 (p .224).

o mar: “O meu quinhão é esperar. Dentro de casa. Fiando. Ou olhando o mar. Sorri, apesar de tudo. É feliz apesar de tudo” (UC:25).

Por sua vez, no seu estudo consagrado aos nomes próprios, Ana Belo explica que “Raquel é a esposa preferida de Jacó (Antigo Testamento, livro do *Gênesis* 35)”. Raquel possui um temperamento profundamente feminino. É muito generosa, mas é também muito exigente, tanto com os outros como consigo própria. A sua beleza (Raquel é geralmente muito bela) não é nada perto do seu encanto e sedução. A sua faceta racionalista desconcerta muita gente, principalmente quando ela a utiliza juntamente com a sua arma, a sedução” (Belo, 1992:163).

Podemos afirmar que Raquel será também a esposa amada de Marcos, a única com quem se casou, bonita, “ajuizada, sensata, respeitável” (UC:31) e culta, a mulher perfeita que lhe deu quatro filhos, embora um (o terceiro) tivesse morrido tragicamente no momento de um parto difícil. Tal como a figura bíblica, Raquel apenas ficará com dois filhos e morrerá durante o parto do seu quarto filho, uma menina a quem dariam o nome de Clara: “É uma rapariga, Marcos, é a Clara da nossa madrugada” (UC:100).

A morte de Raquel ao dar à luz parece ilustrar a complexidade da maternidade, sobretudo do parto, numa época onde a medicina revelava insuficiência de recursos técnicos, pondo em perigo a vida da mãe ou da criança. Em *O Último Cais*, a limitação da medicina relativamente a esta situação verifica-se não só com Raquel, que não sobreviveu ao parto, mas também com a empregada Peregrina que dera à luz uma criança morta.

Retornando aos textos bíblicos, mais precisamente ao *Antigo Testamento* (Gn3:16), a maternidade tendia a impor-se como um castigo para a mãe, por se ter deixado seduzir pela serpente. A morte de Raquel, bem como a decisão de Marta e de

Maria de renunciarem à maternidade face ao sofrimento da mãe, Maria Alexandrina, que gritava intensamente em todos os partos e fazia promessas de “nunca mais, nunca mais”(UC: 68), vem demonstrar o quanto a maternidade era temida por muitas mulheres, facto que já não se parece colocar nos tempos modernos visto que, para a mulher de hoje, a maternidade é uma opção de vida cuja importância está a par de outras escolhas pessoais. Em *O Último Cais*, o estatuto de mãe, para Maria dos Anjos, tem uma conotação negativa por influência da sua própria mãe, Maria Alexandrina:

Os sucessivos partos de Maria Alexandrina haviam-se tornado num tormento também para Maria. Ser-lhe-ia impossível esquecer, por muitos anos que vivesse, os gritos descontrolados da mãe cortando a casa de cima a baixo, de um lado ao outro, parando por escassos minutos para logo recomeçarem ainda mais dolorosos e aflitos. Partirás na dor, rezavam as Escrituras para horror de Maria que, refugiada na capela, apavorada e trémula, procurava fugir aos gritos da mãe que, uma vez mais enchiam a casa (UC:65).

Contudo, Raquel tende a afastar-se desse mito ao abençoar a sua maternidade, mesmo sabendo que a sua vida corria perigo. A sua morte prematura torna-se devastadora para todos, exceto para ela própria, visto que afirma com serenidade de que morrerá feliz:

Raquel recebeu o bebé nos braços [...]. Ela pareceu adivinhar-lhe o sofrimento, pois não era tão grande a sua identificação? , afagou-o muito, “estou feliz, meu amor, tão feliz, não lamentemos nada, Marcos, tivemos tudo, encontrámos tudo, fomos absolutamente felizes (UC:100).

Poderíamos talvez firmar que a morte de Raquel não desvirtua a sua relevância na narrativa, já que a protagonista teria atingido o seu clímax diegético. Ao contrário de outras personagens, Raquel, descobrira o prazer e o amor abençoara a sua maternidade cumprindo o seu dever de mulher, ao assegurar uma família com descendentes, transmitindo assim ao leitor a ideia de que a sua missão ficara cumprida.

Raquel é a mulher dos tempos modernos, a defensora de ideais, da liberdade e da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Na perspectiva de Zina Abreu, Jesus Cristo já revelava “a sua preocupação em pôr homem e mulher em pé de igualdade [...] ao aceitar mulheres como discípulas e companheiras no seu percurso de evangelização de aldeia em aldeia, lado a lado com os Doze [...]”.³⁶

Nesta perspectiva, Raquel, “rebelde desde a infância” (Rector, 2009:172), anseia por uma viagem para sair da ilha em busca da sua identidade, viagem cujo destino seria Malta, ilha de onde provinha o seu trisavô, e assim as suas raízes e origens, viagem essa que não se concretizará.

Ao contrário de outras entidades ficcionais de que Constança e Catarina Isabel poderão ser exemplo, Raquel apresenta-se apenas como uma criação literária, um ser de papel. Talvez por essa razão a autora a tenha feito sobressair de entre as restantes, expondo-a como a personagem predileta da narradora, eleita para representar e dar voz a todas as mulheres que ansiavam pela emancipação, numa época em que as leis e o poder continuavam sob a alçada dos homens e a sociedade espelhava ainda uma estrutura patriarcal no que diz respeito os códigos morais e sociais. As mulheres que eram coniventes com esse domínio masculino,

³⁶Abreu, Zina. “O Sagrado Feminino: a mulher na génese da Igreja Cristã”. In *Mulheres: Feminino, Plural*. (.Coord.) Cristina Santos Pinheiro. *et al.* Editora Nova Delphi, 2013(p.116).

mulheres obedientes, cordatas, respeitadoras da hierarquia masculina e severas transmissoras da inquestionada observação do seu lugar e das suas limitações, não entravam nas memórias de Carlota. Se eu perguntasse pela tia A, pela prima B ou pela avó C, ela limitava-se a uma síntese lacónica e cáustica, inesperadamente grosseira, de letal desprezo: era uma porcaria de gente. (UC: 114)

Para além de Raquel, outras mulheres ocupam um espaço de relevo nas memórias da narradora do romance, mulheres “insubmissas” (UC:114), mulheres que se destacaram de outras do seu tempo, por contrariarem as convenções e as imposições de costumes seculares, e assim abrindo caminho a uma nova posição na sociedade e na vida:

Apenas interessavam Carlota as mulheres de fibra e coragem, só respeitava e recordava as insubmissas, [...]. Carlota evocava as insubmissas à luz do que nelas mais a impressionara: a integridade, a fidelidade aos projectos, a capacidade de desafio, o desprezo pelas convenções mesmo quando as convenções eram razoáveis, a recusa em reconhecer a qualquer pessoa – por maior que fosse o preço ou o risco – competência de tutor, de juiz ou de carrasco (UC:114,115).

Através da narradora, Helena Marques revela protótipos sociais que são objeto de admiração ou de repúdio da narradora, revelando a sensibilidade e as convicções da autora. A permeabilidade da sua escrita, o modo como desenha as suas personagens e lhes acrescenta ou tira valor poderá ser um espelho das suas dúvidas, das suas preocupações ou vontades, traduzidas pela ação de distinguir entidades ficcionais mergulhadas em turbilhões de afetos e fantasias.

Em *A Deusa Sentada*, a semântica do título permite reenviar-nos para o campo da mitologia, a mulher-deusa do templo de Hagar Quim, em Malta, em analogia com a terra-mãe, entidade criadora, forte e imperturbável com a passagem do tempo.

Neste romance, o peso do passado apresenta-se de modo intenso a ponto de tomar conta do presente, aniquilando-o. É este passado que une as protagonistas, levando-as a desvendar o enigma de família, apesar de ambas já terem vidas muito diferentes das mulheres do século XIX: a vida de Laura e de Matilde já em nada se assemelha à vida de sua bisavó Raquel. Ambas são mulheres do mundo moderno e o produto das conquistas realizadas pelas gerações anteriores, mulheres profissionais, de atitude, independentes, fortes, que expressam as suas convicções de forma livre, não se deixando subjugar por preconceitos sociais e patriarcais. Em nosso entender, as primas Laura e Matilde poderão mesmo fundir-se numa única personagem, na medida em que, ironicamente, são reféns de uma influência geracional. Como refere Mónica Rector, “Laura realiza a irrealização de Raquel.”³⁷ Nesta perspetiva, podemos referir que o título que dá nome ao romance *A Deusa Sentada* poderá ser entendido como a projeção de Raquel, a matriarca, que aguarda serena e pacientemente que, cada mulher descubra a sua verdadeira identidade e autonomia e, assim, a chave para a sua felicidade.

1. A educação e os valores tradicionais

O século XIX é considerado uma época de grandes mudanças com reflexos na vida social e cultural não só em Portugal, mas também no mundo. O desenvolvimento industrial, das comunicações e dos meios de transporte nos grandes centros urbanos aproximou o país do resto da Europa. Disso poderá ser exemplo a educação, ao surgir um nível elementar de escolaridade obrigatória para todos os

³⁷ In *Ecofeminismo* em Helena Marques, 2009 (p. 174).

cidadãos. Nas classes mais privilegiadas, assiste-se a um particular interesse pelo estudo das línguas estrangeiras, como é o caso da aristocracia e da alta burguesia, classes sociais onde era habitual os filhos deixarem o país para estudar.

Na literatura, o tema da educação é também uma tónica recorrente. Já Eça de Queirós insistia nessa temática, através das suas personagens, afirmando que “uma viciosa educação tradicional e a literatura romântica são a causa dos desastres” (Saraiva, 1955: 928). Marcos parece partilhar dessa ideologia ao aproximar Clara de uma tutora inglesa, Miss Campbell, desvalorizando o modelo educacional português, tal como o fizera Afonso da Maia, personagem da obra queirosiana *Os Maias*, preterindo o modelo português relativamente ao expresso pela máxima "alma sã num corpo sã".

Em *O Último Cais*, Helena Marques irá escolher Clara para realçar o modelo educacional inglês. Assim, a filha de Raquel “aprendia inglês e boas maneiras” (UC: 158) sob a orientação de Mrs Anderson, a pedido de Marcos. Porém, também ele complementa a sua educação, oferecendo-lhe livros novos chegados de Inglaterra que faziam “a completa delícia de Clara” (UC:158). A preocupação de Marcos para que a sua filha iniciasse o estudo da língua inglesa desde criança e tivesse uma educação mais humanista põe em relevo a sua forma de estar, demonstrando um espírito aberto ao conhecimento, o que tendia a contrastar com a educação portuguesa, tradicional e conservadora, apoiada em conhecimentos teóricos. Marcos pretendia proporcionar à sua filha Clara uma educação mais liberal, embora com método e rigor, à maneira dos britânicos: “Clara come à mesa com os adultos, é estimulada a conversar, tornou-se desde muito cedo a companheira do pai” (UC:159). Neste sentido, a educação de Clara foi bem sucedida pois a criança cresceu feliz e saudável, embora privada do seu modelo maternal, pelas circunstâncias da vida:

Sentada na banquetta, Clara poussa a cabeça no ombro do pai, vem do corpo de Marcos um calor vivo que a conforta, a respiração é suave e lenta, não consegue acreditar na iminência da sua morte. A morte foi-lhe sempre familiar, quando nunca se conheceu a mãe é porque se viveu sempre à sombra da morte, mas o pai nunca permitira que essa sombra ensombrasse a sua vida, a sua vida foi cheia de sol, criança feliz, adolescente feliz, fora-lhe sempre ensinada a prevalência da vida sobre a morte, o seu crescimento processara-se em função de uma referência sólida e estável, à volta da árvore forte que era o pai, junto dele nunca tivera inquietações, os dias haviam sido seguros e ricos [...] (UC:190-191).

Clara herdara da sua mãe, Raquel Vaz de Lacerda, que morrera ao dar à luz, a assertividade, a tranquilidade, o gosto pela natureza e pelo conhecimento, três recursos fundamentais para a tornar a mulher do futuro. Neste âmbito, Raquel, fora também uma mulher do amanhã para a época em que viveu. Ao falar com Benedita, Luciana alertou-a para “tua mãe [Raquel] é um mito!” (UC:180), fazendo-a perceber que aos olhos dos outros, e, pela sua diferença, Raquel se tornara num ser quase mitificado.

Raquel herdara dos seus antepassados a cultura italiana e o gosto pelas viagens; porém, a preferência pela literatura inglesa, de que escritores como Jane Eyre, Jane Austen e Dickens podem ser exemplo, moldaram a sua personalidade rebelde, tornando-se uma sonhadora. Contudo, o seu sentido crítico e capacidade inata para comunicar, jamais a faziam perder uma oportunidade para discutir e opinar sobre matérias da atualidade, seja com o marido, Marcos, ou com o cónego Nicolau: “é consolador verificar que os Europeus se entregam a tarefas nobres e úteis” (UC:55), ou ainda com outras figuras da sociedade. Durante a sua viagem a Guiana, é possível depreender-se que Raquel não se esquivava de intervir nas conversas, ao dar a sua opinião sobre matérias políticas, embora o fizesse sempre de forma sensata:

Entre os passageiros britânicos e holandeses vibra um mau estar latente. A situação na África do Sul reflete-se nos comportamentos e formam-se grupos [...] Raquel entende-se bem com ambos os lados, fugindo a qualquer discussão que francamente não lhe interessa (UC:90).

O seu espírito assertivo revela-se em diversas ocasiões sociais, sobretudo em conversas que versam sobre os direitos humanos, temas mais abordados no seio do grupo masculino. Raquel intervém com o maior entusiasmo, demonstrando um *background* cultural pouco frequente nas senhoras daquela época, e assim também a marca da sua distinção das mulheres da sua época: “Fala-se de escravos e ela defende calorosamente, o abolicismo, proclamando com orgulho que o seu marido serviu na Marinha de Guerra portuguesa em operações de fiscalização e repressão de escravos” (UC:90).

O envolvimento nas questões políticas, a atitude e entusiasmo em defender o seu ponto de vista dão a ver uma mulher vanguardista e com uma vasta cultura, facto que impressiona o marido, e que o leva a elogiá-la publicamente: “Enquanto bebem um cálice de madeira num recanto do salão, Marcos cumprimenta Raquel pela sua *verve*: “estavas severa, convincente, magnífica”(UC:91).

Raquel e Marcos representam o modelo do casal realizado no casamento e no amor, que se admira mutuamente, que comunica de forma aberta, sem reservas, respeitando as fronteiras de cada um em nome da privacidade individual e da estabilidade familiar. Também Laura, bisneta de Raquel, e Lourenço, seu marido, parecem ter herdado dos seus antepassados uma conduta que os tornou harmoniosamente felizes, partilhando conhecimentos, revelando cumplicidades e comungando silêncios, “não o silêncio da indiferença mas o silêncio da partilha”(DS: 209). A tranquilidade que pontua a relação de Laura e Lourenço é claramente elogiada

pela personagem Auntie: “Pessoas como você [Laura] são construtores de felicidade, dadores de felicidade, que vivem a felicidade num conceito multiplicador e solidário, pessoas como vocês são indispensáveis ao equilíbrio do mundo”(DS: 186).

Neste romance, verifica-se uma nova forma de conduta, individual e social do feminino. Laura e Matilde são a expressão da emancipação e autoconfiança do modelo feminino do século XX, da renovação e do futuro, mas também da nostalgia e do saudosismo de experiências vividas:

Perdi os pais, perdi os avós, pensa Laura entre dois goles de café, e foi como se perdesse a Inglaterra e a Madeira, Lisboa tornou-se o meu único território, o meu espaço, o meu lugar, sem Clara, sem Henrique e sem Gladys, sem Bi e sem Mathew, já não existem as casas onde se inscreveu a minha infância, os recantos, os jardins e os cheiros em que cresci e onde sempre me acolhia, já não há nenhum lugar aonde chegar, nenhum coração a bater, longe, à minha espera, nenhuma mão a desenhar o afago inteiro de que falava Torga, é como se Clara, Henrique e Gladys, como se Bi e Mathew tivessem consubstanciado o apelo da terra e o seu abraço, como se preservassem, eles só, as insubstituíveis memórias da infância (DS: 26,27).

A temática da morte é transversal em todas as obras de Helena Marques, mas parece ser em *A Deusa Sentada* que a autora lhe dá mais ênfase. Laura convivera de perto com a morte já que os seus pais faleceram de uma forma abrupta num “acidente aéreo que vitimara os dois ao mesmo tempo, que os colhera na mesma surpresa, por certo no mesmo horror”(DS:11), e nunca se recompusera da tragédia que lhe roubara aqueles que mais amava. Trata-se de um facto que se funde na ficção, que recupera o trágico acidente aéreo ocorrido no aeroporto de Santa Catarina, na Madeira em 1977.

Laura vivia na capital e “conseguiu lugar no primeiro avião que saía de Lisboa para a Madeira após a tragédia” (DS:11) para poder despedir-se de ambos e vê-los pela última vez. O trauma da morte dos pais vai manifestar-se na narrativa quando Laura divaga sobre a sua relação com Lourenço e toma consciência que um dia a morte irá destruir a sua felicidade com o marido, deixando-a só e entregue ao vazio da solidão. Essa visão é confidenciada a Matilde quando esta, aterrorizada, lhe relata um pensamento sobre a morte e se apercebe, no silêncio da prima, que o sentimento é recíproco:

Tu tiveste também uma experiência assim ...

Não exatamente assim. [...] houve um momento qualquer, a partir do qual passei a ter consciência de que a morte, um dia, iria separar-me do Lourenço e eu ficaria só, qualquer que fosse o lado da morte em que ficasse... Lamento que tenhas chegado tão depressa a esse conhecimento que nunca nos abandona, Matilde, a essa dor que coabitará connosco até ao fim (DS: 209).

Laura, porém, é uma mulher racional e rapidamente se desvia dos pensamentos negativos adotando um estilo inteligente de viver a vida, não antecipando o futuro e adotando uma postura de reconciliação com o passado e acreditando serenamente que, tal como os seus pais, Bi e Mathew, e os seus bisavós, Raquel e Marcos, a morte para ambos será apenas uma momentânea separação física. Esta atitude de resignação e de silêncio perante a crueldade da morte parece descortinar um comportamento feminino que não se extinguiu com o passar dos tempos.

1.1. Casamento, maternidade e família

Tal como a maioria das mulheres da Europa, a educação da mulher portuguesa no século XIX não parecia ser muito diferente. Por herança histórica, a mulher ocupava um papel de subalternidade na estrutura familiar. Submissa ao poder marital, ocupava-se da casa e dos filhos. Sempre que se tentava fazer ouvir, logo era silenciada pela figura que liderava a sua vida, em prol da preservação dos valores morais e tradicionais, já que cabia ao homem falar por ela, não permitindo que pudesse ser alvo de comentários que pudessem colocar em causa a sua honra e dignidade. A mulher queria-se “virgem, honesta e virtuosa” (Pereira, 1968:535).

A representação da imagem do feminino subjugada por valores ideológicos patriarcais tem sido desde sempre testemunhada pela literatura universal. Educadas para a contenção das palavras e das emoções, cedo aprenderam a tomar uma postura de submissão, resignação e discrição face a padrões milenarmente instituídos pela sociedade que a fizeram acreditar que era um ser inferior ao homem nas suas capacidades físicas e intelectuais. Esta ideologia não era inócua, pois pretendia entregar o poder ao homem discriminando a mulher e remetendo-a para uma posição de subalternidade que recua a tempos remotos, nomeadamente aos textos bíblicos, nos *Génesis*, com a história da criação da mulher a partir de uma costela de Adão. Esta supremacia masculina, que irá influenciar o pensamento da história da humanidade, ao longo dos séculos, irá gradualmente desvirtuar a figura feminina, cuja imagem na literatura romântica ocidental é traduzida, muitas vezes, pelo estereótipo mulher-anjo ou mulher-demónio.

Nos romances de Helena Marques, o relevo da sua voz poderá ter o propósito de demarcar a insatisfação feminina, os seus dramas sociais e a esperança

pela chegada de um tempo diferente. *O Último Cais* e *A Deusa Sentada* apresentam-se, pois, como narrativas de mulheres que vagueiam por entre a linha do tempo, ora recuando ao passado ora deixando-se ficar no presente, mas sempre com o futuro nos seus horizontes. Para a grande maioria da classe feminina burguesa, o futuro passava pelo casamento, aguardado como o grande acontecimento das suas vidas, já que a partir dele poderiam adquirir prestígio social e cumprir a sua missão: tornarem-se mães, perpetuando a geração do marido, dando por frequentes vezes cumprimento à escolha e contrato estabelecidos entre os pais de ambos. O matrimónio impunha-se como um compromisso pessoal, assumindo-se como um jogo de interesses vários do qual o amor não era tido em consideração. Contudo, cabia ao marido a administração e o usufruto dos bens de ambos assim como a autoridade sobre os filhos. Acresce o facto de a mulher casada não poder exercer profissão, exceto se o marido lhe desse autorização para tal. Deste modo, a estrutura familiar assentava num rol de restrições para a mulher, que o sistema religioso silenciosamente apoiava e mantinha.

Sublinhe-se, no entanto, que mesmo com tanta opressão, o casamento parecia ser desejado pela grande maioria das mulheres, uma vez que à luz da época não se ousava questionar a tradição. Nas classes sociais mais elevadas, o casamento podia tornar-se num problema para a família quando não surgia um pretendente ao nível do estatuto social da jovem. Nesse caso, para as meninas nascidas em famílias de classes sociais elevadas e brasonadas, a entrada para o convento era a solução mais digna e mais discreta. Todavia, na perspetiva de Claudia Amorim, o espaço conventual também poderia ser procurado como

um lugar para se escapar do controle rigoroso dos possíveis maridos a que estariam submetidas pelo casamento. Atrás das paredes conventuais, portanto,

algumas mulheres, distantes de um efetivo controle masculino, acabavam por dedicar-se às letras, aos estudos e muitas acabaram mesmo produzindo algumas obras. E por estes e outros motivos, os espaços conventuais tornaram-se os lugares onde algumas dessas mulheres realizaram a vontade de escrever, de saber, convertendo-os também em espaços onde minimamente era possível produzir cultura.³⁸

Pontualmente, o retiro religioso era também uma possibilidade concedida a outras mulheres que, por opção, se retiravam da vida mundana como consequência de uma necessidade de autopunição decorrente de relações amorosas proibidas ou mal sucedidas. Trata-se de uma situação que Helena Marques não deixa de apontar como é o caso de *O Último Cais*, ao conceder visibilidade significativa ao casamento como destino social da mulher. A maioria das personagens femininas aguardava por esse acontecimento com ansiedade, ainda que temendo as escolhas dos pais, já que não tinham espaço para serem ouvidas, sublinhando, pela voz da autora, as convenções da época. Como já tivemos oportunidade de sublinhar, o casamento possibilitava o aumento do património entre famílias de estrato social elevado e a garantia da continuidade da linhagem. Deste modo, o casamento e a concepção estavam estreitamente ligados, enquanto o amor e os afetos eram considerados pormenores em nada determinantes para a celebração do contrato matrimonial.

Se o casamento possibilitava à mulher distanciar-se da tutela dos pais e/ou parentes e ganhar prestígio social, na prática, a subjugação a uma autoridade masculina mantinha-se como quando era solteira, porque o poder parental dava lugar ao poder marital, ao ponto da mulher continuar privada da liberdade e autonomia financeira.

³⁸ Amorim, Claudia. “De clausuras e de paixões ou de paredes e de flores: uma leitura das *novas cartas portuguesas*”. In *O Marrare* – Revista de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa, nº9. <http://www.omarrare.uerj.br/numero9/claudia.html>. Consultado a 04-10-2015.

As irmãs Adelaide e Maria dos Anjos, primas de Raquel, emergem na narrativa como protótipos das mulheres que ansiavam por se casar para não serem estigmatizadas pela sociedade. Porém, a obsessão pelo casamento fê-las apaixonarem-se pelo mesmo homem, Xavier, que, por sua vez, as iluiu e as enganou vilmente. Sublinhe-se que ambas não se revoltaram contra o homem que amavam e que as traía, mas contra elas próprias, ilibando o verdadeiro traidor. Maria dos Anjos conhecera primeiro Xavier, mas fora a irmã que se casara com ele. Chamando-a de traidora, Maria continuou a relacionar-se com Xavier, acabando por ter um filho deste, facto que gerou a discórdia na família e ódios entre as irmãs que, de modo trágico, acabariam sozinhas no convento, embora em celas separadas para que nunca mais se falassem e paradoxalmente o ódio pudesse alimentar as suas vidas.

A história das duas irmãs exprime um comportamento social recorrente na época, um perfil de mulher que sendo vítima da mentira e traição dos homens, se autodestrói, mas sem jamais os responsabilizar pelos seus atos, encontrando antes na clausura de um convento um espaço de refúgio às frustrações da vida.

A par de Maria dos Anjos e de Adelaide, surge Constança. Com esta personagem, levanta-se o véu sobre o tema bigamia e da sua ilegalidade em países ocidentais, como é o caso de Portugal. Constança foi vítima de bigamia de Frederico Magalhães, que já era casado em Lisboa. Todavia, Constança também fora vítima da sua impulsividade porque prometera casar-se “com o primeiro homem que lho pedisse” (UC: 40). A sua vulnerabilidade passava pela idade, vinte e oito anos, e pela perda da mãe, após uma longa vida de dedicação. Em menos de um ano, e após um mês de galanteios com Magalhães, recém-chegado ao Funchal para instalar uma delegação de seguros, Constança casou-se. Mas, com a mesma rapidez com que tudo aconteceu, “três semanas depois o mundo desmoronou-se sobre Constança” (UC: 43).

Uma carta chegada da capital [...] revelava que Frederico de Magalhães era casado, com residência [...] em Lisboa” (UC: 43 - 44).

Descoberto o crime, o casamento foi anulado. A partir desse dia, desfeita pela crueldade dos factos, Constança fechou-se para o mundo. Todavia, o seu exílio não foi no espaço fechado de “uma cela penitencial”(UC: 45) de um convento, mas na clausura da sua própria casa, a Quinta das Tílias:

Constança fez da Quinta das Tílias uma cela penitencial onde expiava na solidão e no remorso, a incapacidade de odiar Frederico, de esquecer as exaltantes alegrias das suas noites, a desoladora saudade do seu abraço, da sua voz, da sua vitalidade. Vestiu-se de preto. Repuxou para a nuca, numa cólera fria, os cabelos louros que guardavam um brilho forte e insolente. E prendeu ao cinto do vestido, símbolo de renúncia e devoção, o rosário de ametistas trazido do Brasil para a sua mãe (UC:45).

O grande desejo de viver e de conhecer o amor seria severamente punido pelas convenções sociais e dogmas de índole religiosa que a afastaram do homem que escolhera para casar, tornando-a numa personagem singular. O malogro do seu casamento tende a despertar no leitor um sentimento de piedade, pelo percurso da sua vida, percurso que revela as pesadas condições da mulher nas suas reduzidas opções que as regras sociais deixavam em situações desta natureza.

Constança vivera desde sempre oprimida pelos pais para dar resposta aos ideais da mãe, Maria dos Prazeres, mulher doente e beata, modelo da passividade e da resignação. Aos quinze anos, sentiu que “o princípio do seu destino” (UC: 36) estava traçado para a “sua submissão e sua servidão” (UC: 36) quando surgiu o seu primeiro pretendente, homem de quarenta anos, que felizmente o seu pai recusara por ter mais

idade do que ele. Constança tinha sido educada assim, repetindo o modelo no qual as mulheres tinham um único papel: o de serem mães, cumpridoras dos seus deveres para além de respeitadoras dos seus maridos. Constança “não discutia – mas repudiava em silêncio aquela passividade e aquela aceitação que não lhe parecia provirem da fé mas de uma resignada abdicção da própria vontade” (UC:38). Mais tarde, em consequência da doença da mãe, que durou anos, Constança “vivia dentro do quarto da mãe, passava horas à sua beira, só fazia pequenas incursões ao jardim quando alguma visita mais íntima a substituía” (UC: 39).

Constança apresenta-se em *O Último Cais* como o exemplo da serenidade e resignação, mas também da impulsividade, como já tivemos oportunidade de referir, talvez por influência do seu enorme isolamento social que a doença da mãe a votara. Nesta perspetiva, julgamos poder encontrar em Constança o exemplo de como o meio geográfico em que se nasce, a família que se tem e a época em que se vive condiciona as escolhas, no universo feminino.

Não deixa de ser irónico o topónimo “Quinta das Tílias” para designar a residência de Constança. Helena Marques afirma que Constança encarna uma figura que conheceu na Madeira, embora não tenha sido possível apurar se a mesma tinha por sua residência essa quinta localizada no Monte ou se a autora a terá escolhido pela simbologia toponímica de modo a enquadrar Constança num cenário silencioso e isolado, como forma de sublinhar a sua solidão, mas também a autopunição. Sabemos que a Quinta das Tílias, herança de sua mãe, fora o local escolhido por Constança para fixar temporariamente residência depois de casada, e enquanto não “montasse casa no Funchal” (UC: 43). O presente herdado poderá ser entendido como presságio para a sua desilusão amorosa, uma vez que todo o ambiente carregava tristes recordações da “máscara terrível da mulher que fora sua mãe e se recusara a morrer, a enfrentar a

morte” (UC: 39). Também em Adelaide e Maria dos Anjos, o presságio da infelicidade perene entre ambas surge com a morte do filho de Maria dos Anjos e de Xavier, aos cinco anos, sem nunca ter chegado a conhecer o pai.

Assim, entrelaçam-se as *estórias* de Constança, Adelaide e Maria dos Anjos como personagens que morreram para o mundo, personagens mortas-vivas, enclausuradas na amargura e no ódio como consequência contingências da vida e convenções sociais que não lhes deixava outra alternativa em situação de abandono ou traição por parte dos maridos. A sua conduta social espelha uma sociedade permissiva para os homens e castradora para as mulheres.

Há, contudo, uma pequena diferença entre Constança e Adelaide e Maria dos Anjos. Essa diferença manifesta-se na relação de Constança com o seu sobrinho Marcos e com os seus filhos, em particular, com André, muito parecido com Marcos, pelo amor que sente por ambos. É Raquel, pela sua sensibilidade, quem lhe reconhece essa exceção ao afirmar: “Foste tu que a prendeste à vida. Quando tudo se desmoronou, ainda restavas tu para amar” (UC: 92).

É de salientar que esse trio feminino jamais ousou proclamar uma palavra de desagrado para com os homens que psicológica e socialmente as aniquilaram. Essa estranha subserviência feminina ao género masculino permite revelar o peso das convenções sociais e a enorme falta de amor-próprio que as leva a se autodiscriminarem para não se sentirem excluídas pela sociedade.

O tema do casamento, maternidade e família é também notório através do desempenho da profissão de Catarina Isabel que, para além de médica se tornava também na confidente das pacientes, ouvindo-as com dedicada atenção atentamente e procurando ajudá-las em tudo o que podia. A infelicidade e o desgaste do matrimónio revelam-se nos desabafos no consultório, quando as mulheres, pacientes de Catarina,

expunham os seus relacionamentos conjugais, queixando-se da brutalidade e egoísmo dos maridos que as levava a sentirem-se mulheres-objeto e procriadoras:

Todas diziam “ele fez, ele quis, ele disse”, eram usadas e abusadas, deixavam-se usar e abusar, consideravam ter nascido com esse destino e ser o acto sexual um prazer privativo dos homens, de que as mulheres recebiam apenas a fecundação, sua glória e respeitabilidade. (UC:119)

Assim, no decorrer da rotina do consultório, Catarina, médica e mulher solteira, vai se sentindo cada vez menos atraída pelo casamento, interrogando-se frequentes vezes se existiria felicidade numa vida a dois. Luciana alerta-a para a “total servidão da maior parte das mulheres”(UC: 121) a que Catarina contra-argumenta, referindo-se a uma nova consciência social que estava a surgir. Todavia, Catarina sabia que Luciana tinha razão, pois ela própria tinha conhecimento do quanto sofriam as mulheres por serem subjugadas aos prazeres do leito e aos deveres da maternidade. Para as criadas, a submissão era total porque muitas vezes eram pressionadas a dispor do seu corpo, sem poder de escolha, para satisfazer os súbitos apetites sexuais dos senhores, com ou sem conhecimento da senhora. O contacto com essa realidade torna-se penoso para Catarina que, no seu íntimo, confia que apenas um homem poderia desposá-la, e esse homem seria Marcos:

O casamento cada vez me interessa menos”, reflecte Catarina. “E ainda que me interessasse ...” Não ignora que só um homem de coragem poderia desposá-la[...] para não temer a sua igualdade social, suficientemente esclarecido e forte para desprezar a cobarde suspeição com que a cidade, apesar de publicamente a acarinhar e orgulhar-se dela [...] persiste em olhá-la (UC: 119).

Apesar disso, imediatamente rejeita o seu pensamento por saber que essa relação seria impossível, na medida em que o mesmo teria sabor “a incesto” (UC:120). Por outro lado, a experiência de Luciana quanto ao matrimônio fá-la perder qualquer ilusão que restasse sobre a eventual felicidade no casamento. A interrogação de Luciana no seu mais genuíno sarcasmo: “Que queres tu saber, doutora Catarina? Se fui feliz na cama?” (UC:120) parece sugerir a existência da sexualidade feminina reprimida ao longo dos tempos. A atitude de Luciana demonstra, assim, uma evolução no plano da consciência da sexualidade que se afasta do conceito de sexualidade/gravidez/maternidade. Mas o vazio semântico deixado na inexistência de resposta traduz os medos de Catarina quanto à sexualidade feminina, reprimida nas mulheres em nome de uma moral imposta pelos discursos religioso e burguês conservador, que negavam à mulher o direito ao prazer.

A sexualidade aliada ao prazer feminino apresenta-se subtilmente abordada, na escrita de Helena Marques, em Raquel através do simbolismo da “clara madrugada” (UC:100) em que fora concebida Clara:

Que bom, amor, que bom teres descoberto o prazer do teu corpo. Como é possível que eu, um médico, não te tenha ajudado melhor e mais cedo a chegar onde hoje chegaste? Tenho sido tão egoísta, amor, estás cansada, queres dormir agora, Raquel?

Raquel não quer dormir, não depois da espantosa descoberta. Nunca tina sentido aquela urgência, aquela necessidade imperiosa de permanecer encostada ao sexo de Marcos, movendo-se, movendo-se, à espera de qualquer coisa que havia de vir e seria muito melhor e mais forte do que o perturbante prazer que já então sentia (UC: 53).

A descoberta de Raquel parece demonstrar que o prazer sexual apenas seria consentido e explorado pelos casais que se amavam, mas cabia ao homem permitir essa descoberta, dando-lhes espaço para serem amantes e não exclusivamente mães, como problematiza Marcos quando afirma que “O amor não pode estar condenado a servir a procriação, esta é uma das áreas em que definitivamente nos distinguimos de outras espécies que só acasalam para reproduzir-se” (UC: 151).

Uma afirmação que encontra eco em Luciana que, ao desejar conquistar Marcos, quando este já era viúvo, e ter uma experiência amorosa feliz com ele, aguarda pacientemente o momento certo para insinuar-se e “tornar-se-lhe a mulher óbvia, desejável” (UC: 164). Luciana fora infeliz num casamento imposto por seu pai, que a casara com um homem muito mais velho, que a levaria para a Calheta onde já tinha casa. Apesar de atencioso para com ela na noite de núpcias, destruir-lhe-ia, por completo, a possível imagem romântica que tinha do casamento. Ao desejar Marcos, Luciana “sentia-se com todo o direito de exigir da vida uma experiência amorosa intensa que a redimisse da sujeição e do desprazer do casamento”(UC: 164).

O modo como a autora expõe a vida matrimonial das suas entidades ficcionais permite ilustrar os diferentes modos de como a experiência sexual era vivida por muitas mulheres da época.

Acresce um outro tipo de mulher no *Último Cais*: o grupo das criadas, que se distingue das já atrás referidas. Aparentemente, a relevância deste grupo seria mostrar de maneira discreta as fragilidades das grandes famílias, já que elas conheciam melhor que ninguém as fraquezas dos patrões, assim como denunciarem um trabalho explorado, sem quaisquer direitos sociais. Um outro modo de dizer da existência de um mundo rural, anônimo, em confronto com um mundo citadino e privilegiado. É também a confirmação da existência de uma classe analfabeta e de um servilismo que

ultrapassava frequentes vezes os limites morais. Muitas criadas vinham trabalhar para a serventia como forma de garantir a sua própria sobrevivência em virtude de os progenitores terem muitos filhos e não terem condições para os sustentar. Desse modo, o destino de muitas raparigas do campo era servir famílias ricas em troca de um prato de comida e uma cama para dormir. Em épocas especiais, era-lhes concedido visitar a família no campo, embora permanecessem pouco tempo, na maior parte das vezes, porque os laços familiares se tinham desvanecido com o tempo e se sentiam melhor nas casas onde trabalhavam, apesar da exploração de que eram, muitas vezes, alvo.

É de salientar que nos seus romances, a atenção que a narradora concede a este grupo de mulheres leva-nos a inferir que, para além representarem o quadro doméstico da época, permite denunciar a realidade degradante do ambiente de algumas famílias no que diz respeito à sexualidade. As criadas eram objeto de abuso sexual dos senhores e, por vezes, dos filhos, que pela “calada” da noite satisfaziam os seus apetites sexuais. Foi o caso do marido de Luciana que quando a levava para a Calheta, as criadas eram já suas amantes. Na sua maioria, quando as senhoras tinham conhecimento do assunto, faziam de conta que nada sabiam em nome do bem estar da família e da preservação do estatuto social. Não foi, contudo, essa a atitude de Luciana que, ao tomar conhecimento do adultério do marido quis despedir as empregadas, tendo exigido um quarto só para si e disciplinado as suas visitas noturnas. Porém, já as criadas pouco podiam fazer para se defenderem dos abusos sexuais de que eram alvo e em silêncio tudo suportavam e nada comentavam, sobretudo para não perderem o emprego, pois temiam o seu regresso a casa dos pais. Estranhamente, mantinham-se fiéis e dedicadas aos seus patrões, e algumas até se tornavam confidentes das senhoras, acompanhando-as em acontecimentos sociais ou consolando-as quando os maridos eram severos para com elas. Quando casavam, deixavam a casa dos patrões para cuidarem da sua própria

família ou então tornavam-se mulheres a dias ou costureiras de modo a poderem colaborar na gestão financeira da sua própria família:

Algumas das velhas criadas casavam, trocavam o lugar de mando e confiança pela oportunidade de terem a sua própria casa quando ainda dispunham de tempo para gerar meia dúzia de filhos. Recebiam a bênção e as prendas dos senhores, transformavam-se em costureiras ou mulheres-a-dias, continuavam a frequentar as casas e a partilhar da vida das famílias. Outras mantinham-se solteiras, perenemente, eternamente à margem da vida, ouvindo contar experiências e desastres [...] que, com o decorrer dos anos, chegavam a pensar que haviam protagonizado [...] cada um dos eventos (UC:71).

Mas se algumas as criadas eram exploradas pelos senhores, Helena Marques parece querer sublinhar que em algumas casas as velhas criadas eram tratadas com dignidade e afeto. Era o caso da casa de Raquel e Marcos. Raquel tinha sido educada pelo seu avô a valorizá-las, pois aprendera que sem o apoio delas nada poderia ser feito. Na sua casa, as criadas eram tratadas com respeito e pareciam saber fazer e controlar tudo: a limpeza da casa, as compras, as refeições, bem como o cuidar das crianças. Raquel exigia-lhes profissionalismo e dedicação e em troca tratava-as com respeito, agradecendo-lhes o serviço prestado, em particular quando havia festas: “Quando todos já saíram, Raquel vai à cozinha, como sempre faz, dar as boas-noites e combinar as refeições do dia seguinte. Em ocasiões de festas, como aquela, Raquel agradece o esforço dos criados, o trabalho suplementar, o esmero do serviço. (UC:59)

Raquel mantém com alguns dos seus subalternos uma relação de proximidade e afeto. É o caso de Felismina, criada de Constança, mas também de Ludovina, Rosa e Madalena. Todas as serviçais apresentam-se como o seu grande apoio quando tinha de tomar grandes decisões:

Tenho de levar a tia para o Funchal, Felismina. O senhor doutor está a chegar e não ficará feliz sem a tia Constança em casa. Ajuda-me a convencê-la, Felismina. A velha criada afaga-lhe as mãos com a mesma doçura submissa com que os cães as lambeiam momentos antes. Numa confiança inteira e apaziguadora, Raquel apoia a testa nas mãos rugosas que prendem as suas e pensa: Que faríamos nós sem elas, sem Felismina, Ludovina, Rosa, Madalena, que faríamos nós sem elas? (UC: 48).

No universo feminino a relevância deste grupo sobressai em *Terceiras Pessoas*, terceiro livro da autora publicado em 1998, já não como criadas, mas como empregadas, as facilitadoras domésticas da classe média alta. Quando não estava disponível, Natália transferia os seus deveres de mãe para a empregada; Joaquina e Eugénia eram as velhas empregadas de Teresa e Ildefonso, que tudo sabiam e discretamente se moviam em prol da organização e do bem estar da família.

A questão do casamento, maternidade e família é também visível em *A Deusa Sentada*, com particular destaque na personagem Matilde, que dá visibilidade a comportamentos da época, de que são exemplo a instabilidade das relações amorosas, o divórcio, a homossexualidade, o planeamento familiar e o aborto. No que nos é permitido saber, Matilde afirmava-se contra a moderada lei do aborto, no sentido em que o recurso à “contraceção se encontrava ao alcance de todos” (DS: 54), mas, por outro lado, defendia-a para que “quem em consciência, o quisesse. Era o direito de decisão, a liberdade de decisão, a liberdade de consciência que estavam em causa.” (DS: 55)

O casamento parece também assumir novos contornos através da fragilidade emocional de Matilde, que a conduz a vários malogros sentimentais, mas também em Laura, pelo equilíbrio da sua relação matrimonial com Lourenço, a qual é

testemunha: [Ian] “Preciso de conhecer o seu marido, Matilde diz maravilhas dele” (DS: 125).

Em *O Último Cais* e em *A Deusa Sentada* há, contudo, referência a casamentos sólidos e felizes, pois Helena Marques apresenta-se como uma romancista de histórias felizes. É o caso de Raquel e Marcos, Bi e Mathew, Laura e Lourenço e de Matilde e Ian, uma felicidade que parece ser genética se direcionarmos a nossa atenção para os laços de consanguinidade que unem as personagens femininas. Nesta perspectiva, podemos afirmar que a relação amorosa e duradoura de Raquel e Marcos se desdobra em outras personagens de *A Deusa Sentada*, parecendo demonstrar que as relações amorosas bem sucedidas surgem em mulheres seguras, livres e confiantes, tal como foram Raquel, Bi, Laura e Matilde porque souberam atrair para si um homem que se pontuou pelas mesmas qualidades, Marcos, Mathew, Lourenço e Ian, respetivamente. Também Laura revela ter consciência de que “uma mulher bem amada [...] gosta sempre de si própria”(UC: 82), já que afirma “aconteceu com Bi, acontece comigo” (UC:82).

2. Vozes de mudança: protagonismo no feminino em *O Último Cais* e *A Deusa Sentada* de Helena Marques.

Em *O Último Cais*, nem todas as personagens femininas evocadas pela autora adotam uma postura de submissão e de fragilidade, característica da época. Helena Marques tende a dar mais enfoque às mulheres determinadas e rebeldes para as

posicionar como pioneiras do movimento da emancipação feminina que vai caracterizar o início do século XX. Neste âmbito, desfilam, em primeiro lugar as irmãs Marta e Maria, primas de Constança.

Na perspectiva de Mónica Rector, “Maria e Marta são duas solteironas por opção” (Rector,2009:165). Contudo, diríamos que essa opção parece decorrer de uma consequência de uma acumulação de experiências de vida decorrentes de décadas em que tinham que cuidar dos irmãos mais novos porque a sua mãe, desde os seus dezassete anos, não fizera outra coisa senão ter filhos, descurando as suas obrigações de mãe e transferindo-as para os filhos mais velhos, em particular para as filhas Maria e Marta. Aos trinta e poucos anos, ambas atingiram o seu limite de amas e manifestaram a revolta para com a progenitora, que ano após ano se submetia às vontades do pai que irresponsavelmente lhe fazia filhos, mas também de incompreensão para com a igreja que abençoava tamanha natalidade. Assim, ao decidirem afastar-se daquele padrão de vida para irem viver sozinhas, habitando uma “pequena casa que fica[va] no limite da propriedade”(UC: 69), romperam com as convenções da época que não permitia que as mulheres fossem social e economicamente independentes. Sob este ponto de vista, Maria e Marta apresentam-se como pioneiras na emergência das mulheres modernas para quem o casamento e a maternidade já começava a deixar de ser encarado como uma prioridade.

A corroborar esta mentalidade está também a atitude de ambas: “[Marta e Maria] Fazem a sua mudança de vida com uma espantosa economia de palavras e atitudes. Não pedem, anunciam. Não se rebelam, simplesmente, decidem”(UC: 68-69).

Ambas são também convincentes, pois em pouco tempo conseguiram convencer o pai que, horrorizado com tal decisão, as tentou dissuadir, mas em vão. Provaram ao pai que possuíam recursos económicos e competências que permitiam a

sua autonomia e independência: “[Marta] Tenho dinheiro que herdei da madrinha Carolina. Maria e eu daremos aulas de francês, de música, canto, dança, pintura, pirogravura, rendas e bordados.” (UC: 69)

A atitude destas duas irmãs parece comprovar que começa a ser dada à mulher a possibilidade de mudança, quando manifesta a coragem de aceder a determinadas competências pessoais que lhe permitirá conquistar a sua liberdade e, assim, de ocupar um lugar na sociedade. Contudo, a mulher terá de ter ousadia e de mostrar-se firme nas suas escolhas e tomadas de decisão.

Em *O Último Cais*, Catarina e Luciana apresentam-se como vozes de mudança, mulheres vanguardistas para a época em que vivem. Ambas eram esclarecidas, defendiam os valores da República, sabiam discutir diversas matérias e condenavam a hipocrisia da sociedade. Luciana procura estar informada sobre os principais acontecimentos que ocorrem no mundo, e comenta-os com Catarina, com enorme espírito crítico. Lê habitualmente *O Diário de Notícias* e indigna-se com o atraso da Madeira no que diz respeito às comunicações: “E a Madeira ainda sem telefones! Que atraso...” (UC:116). Por sua vez, a autora apresenta Luciana como extremamente mordaz nas críticas que tece à falta de progresso nacional, facto que a faz distanciar-se de Catarina, que é mais pacífica e assertiva: “Sempre mazinha, Luciana. É da ociosidade. Se trabalhasses, não tinhas tempo para o sarcasmo” (UC:116). A sua impaciência e o seu pragmatismo são muitas vezes interpretados por Catarina como uma grande carência de sentimentalismo, mas que, para a amiga, significava realismo. Na verdade, Luciana tivera uma história de vida difícil. Fora casada, não por opção sua mas como mandavam as convenções da época, aos dezassete anos, com um homem de quarenta e cinco que, apesar de sempre a ter tratado com atenções, nunca a fizera feliz. Por causa desse casamento forçado, onde

não fora ouvida, Luciana jamais perdoara os pais. No entanto, a frustração decorrente desse casamento acabaria por torná-la numa mulher forte e contestatária, confiante e individualista que até soube disciplinar o marido nas visitas noturnas, abandonando o leito conjugal e mudando-se para outro quarto, mas gerindo com firmeza as intimidades com o esposo. Luciana não temia os comentários dos criados nem da sociedade. A sua súbita viuvez fê-la ainda mais lutadora, afirmando que tinha chegado a sua vez de viver.

A imagem da juvenzinha da Calheta, que chegava à cidade pelo braço de um homem mais velho para fazer compras, tinha finalmente acabado para Luciana que, em pouco tempo, se desfez do luto e procurou uma nova vida, no Funchal. Essa vontade de viver refletia-se na sua forma exuberante de se vestir, sempre atenta à moda, aos vestidos com decotes, alguns até com comprimento acima do tornozelo, que mandava fazer para usar nos bailes do Clube Funchalense, escandalizando a sociedade, atitude agravada pelo facto de querer sair sozinha sem a companhia das criadas. Luciana sabia que chocava a sociedade, mas isso não a incomodava. Curiosamente, fora essa faceta de mulher ousada, mas com um enorme sentido crítico e uma boa dose de autoestima, que viria a conquistar Marcos e o afastara de Charlotte. Marcos não queria “uma esposa com todo o rol de convenções” (UC:161), mas precisava de “uma companheira, uma mulher inteligente com quem [pudesse] também conversar, discutir, discordar e rir” (UC: 161), e essa mulher acabaria por ser Luciana, mulher moderna, sem preconceitos que não precisava do estatuto de esposa para aceder a viver maritalmente com Marcos.

Por outro lado, Catarina representava a discrição, a instrução e a educação: “[Luciana] Queres causa melhor, tu que simbolizas a mulher madeirense instruída e independente?” (UC:122). A sua grande ousadia foi competir profissionalmente com o género masculino, facto que lhe exigiu determinação e

autoconfiança para conseguir um lugar de carreira no hospital, lado a lado com homens. No binómio Catarina - Luciana, a primeira acreditava que “uma nova consciência social estava a nascer” (UC:121), e isso encorajava-a a seguir em frente. Neste âmbito, Catarina e Luciana estavam de acordo e ambas defendiam “o direito das mulheres ao sufrágio, partilhando opiniões e ideologias, tentando estimular as outras mulheres a fazerem o mesmo, embora na maior parte das vezes as conversas acabassem por ficar entre as quatro paredes do consultório.

Assim, Catarina e Luciana apresentam-se pela voz da autora como modelo da mulher moderna, apesar de ter sido Luciana a que melhor soube tirar partido das suas ideologias, da sua liberdade. A vida premiou-a fazendo-a conhecer o amor, superar o trauma do casamento e vivendo feliz ao lado de Marcos, um homem que respeitava as mulheres.

A par de Luciana e de Catarina, a narradora apresenta ainda outra personagem moderna: Charlotte Campbell, que Mónica Rector define como a sufragista comedida” (Rector, 2001:171). A parca caracterização desta personagem contraria, contudo, a sua relevância neste romance, tendo em conta que Charlotte é, por excelência, a mulher britânica que aparentemente vai servir de modelo educacional para Clara, filha de Marcos e Raquel. Charlotte teria vindo viver para a Madeira a mando dos pais, que a queriam afastar da participação ativa nos movimentos das mulheres sufragistas que ocorriam em Inglaterra. Era defensora do “direito ao voto” (UC: 158) para as mulheres, do “direito a uma vocação e a uma profissão”(UC:158), objetivos que nem toda a erudita sociedade londrina entendia e permitia. Assim, a exigência parental para afastar-se desses movimentos sufragistas fê-la exilar-se durante algum tempo na ilha, instalando-se provisoriamente no hotel onde residia Marcos com a filha. Esse acontecimento permitiu-lhe conhecê-lo e aceitar o seu pedido para educar Clara, de

cinco anos que, na opinião de seu pai, precisava “do convívio de uma senhora, de ganhar maneiras, comportar-se em sociedade, afastar-se um pouco das histórias pitorescas da boa e ignorante Peregrina e, também, da irremediável desadaptação social do pai...” (UC:159) para além de aprender a falar a língua inglesa.

De qualquer modo, a influência de Charlotte na vida de Clara parece ter tido mais impacto na vida de Marcos. A quotidiana convivência entre ambas acabou por aproximar Marcos da londrina, fazendo-o repensar a sua solidão ao sentir o desejo de uma presença feminina na sua vida, desejo também partilhado pela filha Benedita que não desejava ver o pai entregue à solidão: “Benedita deseja, sem reservas, que o pai volte a casar [...], que o pai não deve ficar condenado à solidão e Charlotte Campbell significaria uma vida toda nova, sem recordações nem passado”(UC: 159).

Porém, a permanente presença de Raquel na vida de Marcos levá-lo-ia a estabelecer comparações, percebendo rapidamente que Charlotte nunca poderia substituí-la:

Charlotte é demasiadamente comedida, até o seu interesse pelas sufragistas se deteve em fronteiras muito prudentes, acatou as ordens dos irmãos, abandonou a luta, submeteu-se, Raquel teria defendido as suas convicções e jamais teria abandonado o terreno, Raquel era uma lutadora, a mais suave e imbatível das lutadoras. (UC:161)

Charlotte acabaria por partir para Inglaterra sem que Marcos se dignasse a despedir-se presencialmente. Do mesmo modo, não pareceu tomar consciência de como a sua presença fora determinante para o seu novo começo ao lado de Luciana, que se tornou no melhor antídoto para a sua solidão.

Em *O Último Cais*, a presença de Charlotte contrasta com o poder histórico que se esconde por detrás da sua imagem. Charlotte funciona na organização da diegese como o pretexto para levar o leitor a refletir sobre o movimento pelos direitos da mulher, que teve o seu início na Europa do século XIX, nomeadamente, ao direito a voto, porque inibidas de votar, os seus pontos de vista não eram tidos em consideração, eternizando o poder sob a alçada dos homens. Nesta época, foram as mulheres inglesas que mais se debateram pela conquista de direitos e ripostaram contra a exploração a que estavam submetidas, sem direito à educação, à propriedade e ao divórcio, entre outros, organizando manifestações e distribuindo panfletos pelas ruas de Londres. Porém, muitas foram punidas e perseguidas pela polícia por ousarem enfrentar o poder político e masculino; outras recorreram a greves de fome para se fazerem ouvir pelo mundo e agitar a opinião pública. Contudo, o momento de viragem só ocorreria no início do século XX, após o fim da Primeira Guerra Mundial, quando foi aprovada, em Inglaterra uma lei que concedia o direito ao voto às mulheres com idades a partir dos 30 anos, desde que comprovassem que eram possuidoras de bens. Em Portugal, em 1931, o direito ao voto foi reconhecido a mulheres com qualificações superiores, mas só após a revolução do 25 de abril de 1974 é que as mulheres puderam votar livremente, sem quaisquer restrições. Ganha a vitória da batalha do voto e o conseqüente aparecimento das mulheres deputadas no Parlamento, doravante o universo feminino via acontecer mudanças na estrutura organizacional da sociedade, ainda que lentamente, mas que se iriam prolongar por tempo indeterminado. A presença de Charlotte na narrativa poderá ainda ser entendida como uma homenagem a todas as mulheres que lutaram incondicionalmente pela afirmação da voz feminina e que numa sociedade que se quer democrática quanto “mais mulheres entrarem para o governo e ganharem poder político para mudar as leis, mais a sociedade mudará.” (Parker, 2000:120)

No último capítulo de *O Último Cais*, a autora dá relevo à personagem Clara, ainda que de forma breve, apresentando-a, num primeiro momento, já como uma jovem mãe de 24 anos com dois filhos, muito próxima do seu pai e, posteriormente com o seu marido, ambos septuagenários: “Henrique [seu marido] e Clara eram um casal de septuagenários burgueses se bem que um pouco, um tudo-nada boémios (UC:187).

A presente caracterização permite mostrar que Clara é uma mulher mais livre e feliz do que fora sua mãe, e até a sua irmã Benedita, e que apesar de ter ficado órfã de mãe e, assim, privada do amor maternal mas incondicionalmente substituído pelo amor da ama Peregrina, crescera feliz. A sua vida fora “cheia de sol, [fora] criança feliz, adolescente feliz, fora-lhe sempre ensinada a prevalência da vida sobre a morte, o seu crescimento processara-se em função de uma referência sólida e estável, à volta da árvore forte que era o seu pai” (UC:191).

Clara, fazendo jus ao seu nome, reporta-se como a mulher angelical, doce e serena, que na opinião de Mónica Rector, é “a mulher cândida, que reúne em si a paz e a harmonia” (Rector,2001:171). Esta personagem “herdara a essência da mãe (*Id Ibidem*), a predisposição para a felicidade e, como filha do amor, fora escolhida para desempenhar o papel de mensageira de mudanças no futuro. No final do romance, a sua apresentação parece estratégica já que Clara, em nosso entender, simbolizará a vitória da vida sobre a morte, a vitória do bem sobre o mal, da liberdade sobre a opressão, da verdade sobre a mentira, congregando desse modo determinados princípios que Helena Marques parece querer fazer despertar e passar às gerações vindouras. Assim, a longevidade de Clara, estender-se-á até à *Deusa Sentada*, apresentando-se como o elemento aglutinador das duas narrativas: Clara é mãe de Bi e avó de Laura, e precursora de uma atitude vanguardista entre os seculares conflitos de gerações: “A tua

avó tem o dom raro de saber ouvir”, dissera Bi a Laura, “é fácil conversar com ela” (DS: 23).

Para além de Clara, Catarina Isabel, Luciana e Charlotte inserem-se neste perfil de mulheres vanguardistas, cada uma à sua medida. Catarina “é a mulher profissional, nos primórdios do trabalho feminino; [...] Luciana [é] a mulher livre, que anuncia a mulher do século XX [...] e Charlotte é a sufragista comedida” (Rector: 2001: 171), a mulher que projeta o futuro no âmbito da autonomização em relação à dominação masculina, mas também da continuidade da luta feminina para alterar princípios e dogmas solidificados numa sociedade ancestralmente patriarcal.

Em *A Deusa Sentada*, a voz que se abre ao futuro far-se-á ouvir, sobretudo, a partir da figura de Laura:

As mulheres saberão fazer a mudança, Joanna. Sabem-no sempre. E é inevitável. Já não somos as tais sombras numa cidade sem cidadãs. Cada vez assumimos mais a integridade da nossa cidadania. E se ainda rezamos em igrejas onde a Virgem está nos altares e os oficiantes são homens, já há confissões cristãs, as tais que tanto perturbam o Vaticano onde as mulheres celebram os sacramentos. A mudança é imparável e já não é possível filtrar nem acondicionar a palavra escrita porque as mulheres já tomaram a palavra, elas próprias redigem os seus testemunhos e a sua história, publicam-nos, e rejeitam as tutelas, mesmo as de mais respeitável aparência... (DS: 152).

Trata-se da atitude feminina que viria a transformar o século XX no que concerne a procedimentos sociais e legais dos direitos da mulher em toda a Europa. “O reconhecimento social do trabalho feminino estava intimamente ligado à emancipação sexual da mulher” (Lipovetsky, 1997: 224), proporcionando resistências em diversos núcleos socioculturais. A publicação de obras de autoria feminina poderá instituir-se

como exemplo à resistência masculina no espaço do mercado literário, que impunha a criação de estratégias como a ocultação da identidade por um pseudónimo masculino, que em muitos casos partia de uma sugestão dos próprios agentes. Ainda nos nossos dias, a escritora Joanne Rowling, autora da coleção Harry Potter, revê-se nesta situação já que para criar ambiguidade assinava apenas com as iniciais seguidas do apelido: J.K. Rowling .

Em *A Dominação Masculina* (1998), o sociólogo Pierre Bourdieu expõe outros mecanismos de dominação masculina na estrutura social quando explicita que apesar de se ter verificado um “forte aumento de representação de mulheres nas profissões intelectuais ou na administração e nas diferentes formas de venda de serviços simbólicos (jornalismo, televisão, cinema, rádio, relações públicas, publicidade, decoração) [...], continuam vendo-se praticamente excluídas dos cargos de autoridade e de responsabilidade, sobretudo na economia, nas finanças e na política” (Bourdieu, 1999:54). Visto por este ângulo, podemos depreender que Pierre Bourdieu afirma que as mulheres continuam ainda a desempenhar cargos de menor relevância social, demonstrando que na viragem para o século XXI as mudanças operadas na organização social não foram ainda suficientes, pois em determinadas áreas parece ainda imperar o patriarcalismo anterior à revolução de abril de 1974.

Pierre Bourdieu desmascara ainda outras realidades quando se refere à hierarquia de determinadas especialidades profissionais, por exemplo nas faculdades de Medicina, em que algumas especializações estão interditas às mulheres, como a cirurgia, enquanto que outras lhes pareciam estar reservadas. No que concerne ao mundo dos negócios e ao da administração pública, as mulheres continuam em inferioridade. Na sua opinião, este “princípio de divisão sexuada (e não sexual)” (Bourdieu,1999:62) estende-se socialmente de variadas formas, na remuneração

inclusive, já que parece continuar a ser atribuído aos homens “o mais nobre, o mais sintético, o mais teórico e às mulheres o mais analítico, o mais prático, o menos prestigioso”(Bourdieu,1999:55). Na sequência desta perspectiva, julgamos que no topo da pirâmide do mundo do trabalho, o homem continua a figurar e quanto maior for a escala hierárquica menor será a presença da mulher.

2.1. A Busca de identidade

Até ao século XIX, a quase totalidade dos estudos sobre questões em torno do universo cultural e identitário feminino havia sido realizada por homens, dando a ver a realidade da mulher através do olhar masculino. Virgínia Woolf veio denunciar essa realidade ao afirmar que “é preciso reescrever a História”³⁹. José Matoso subscreve a afirmação de Virgínia Woolf ao considerar que “a análise dos problemas que lhes dizem respeito” necessita que a História seja revista porque já fora descoberto que “o único protagonista da História não era, como se julgava, o Homem, mas também a Mulher”(Mattoso, 1985:35).

Em *Estudos Sobre as Mulheres*,⁴⁰ Carlos Ceia leva-nos a crer que o tema da identidade feminina ainda não se esgotou. Citando Maggie Black, “O reconhecimento da mulher como chave do desenvolvimento teve como consequência a nível científico (e, de algum modo, prático) a proliferação de estudos e relatórios sobre o posicionamento das mulheres no caminho da sociedade justa que se deseja para

³⁹ Cf. Mattoso, José. “A Mulher e a Família”. In *A Mulher na Sociedade Portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais, Actas do Colóquio*, Instituto de História Económica e Social Faculdade de Letras – Coimbra, 20-22 de março de 1985(p.35).

⁴⁰Ceia, Carlos. “Estudos sobre as mulheres” in *EDTL*. <http://www.edtl.com.pt> . Consultado em 18-08-2015.

todos”⁴¹. Nesse seu estudo, o autor deixa transparecer que a sociedade moderna terá ainda um longo caminho para trilhar no que concerne à gestão de pensamentos e atitudes. Sublinhe-se que a sua origem remonta aos primórdios das relações humanas, como a de Adão e Eva, que viria a condicionar toda a História da Humanidade. A epígrafe de Herberto Helder que abre *O Último Cais*, “Começa o tempo onde a mulher começa”, e de que já tivemos ocasião de referir, anuncia a essência do ser, a da sua origem e longevidade, mas também o lugar relevante que ocupa na história da existência humana.

Nos romances de Helena Marques, a busca de identidade, das origens, seja de ordem individual, familiar ou social, sobressai na figura feminina, pondo em evidência a sua vulnerabilidade, mas também a sua enorme vontade de conhecimento. Sublinhe-se, pois, que esta recorrência temática é transversal a toda a sua produção, justificando a dimensão de uma busca identitária ao longo de gerações, na maioria das vezes sustentada em três gerações.

Em *O Último Cais*, Raquel já sonhava em conhecer Malta, a terra do seu trisavô André Villa; em *A Deusa Sentada* verifica-se a insistência pelo tema da procura pela identidade “quer como retorno quer como descoberta do que é ser mulher” (Rector,2001:173). Laura e Matilde, protagonistas do romance, dão voz ao desejo da sua bisavó Raquel, partindo ambas para Malta em busca das suas raízes. Laura tem pouco mais de quarenta anos, é uma mulher casada e feliz. É o seu desejo de desvendar a sua identidade, com origens num seu antepassado André Villa, que chegara ao Funchal em pleno século XVIII, que a leva a partir em direção a Malta. Matilde não partilha com a prima essa curiosidade, mas acompanha-a nessa viagem que, para ela, resultará na descoberta do amor, numa segunda oportunidade de vida amorosa, face à

⁴¹ Black,Maggie. *Girls and Women: a UNICEF Development Priority* ,1994.

desilusão de um casamento desfeito. Nessas duas narrativas distintas, encontramos um triângulo feminino com Raquel no topo da pirâmide e Laura e Matilde na base.

Todavia, o tema da identidade feminina estende-se a outras obras de Helena Marques, nomeadamente em *Terceiras Pessoas*, publicado em 1998, onde o leitor é confrontado com o enigmático triângulo, João Bernardo – Natália e Sofia. Nessa narrativa, cuja ação se situa já no século XXI, o dilema da identificação do “Eu” permanece centrado, em particular, na atitude de Natália perante a vida. A protagonista da narrativa debate-se assim entre o que o presente lhe oferece, a realização pessoal encontrada no desempenho da sua profissão, e o passado, sedimentado no amor pelo marido, João Bernardo, e pelos filhos, mas que lhe condicionam os sonhos profissionais. Através de Natália, a autora parece preparar o leitor para os conflitos da mulher moderna, que se expõe ao mundo, mas que se debate com os dilemas do acumular de responsabilidades, adicionando ao seu trabalho profissional os habituais deveres da família e do lar, tarefas essas herdadas desde os primórdios da sua condição e a ela reservados. Deste modo, e sob o olhar da autora, Natália permite considerar o papel acrescido das tarefas atribuídas à mulher, numa época em que as conquistas adquiridas já não lhe permitem abdicar delas, não sem deixar de notar um preço a pagar. Em *Terceiras Pessoas*, podemos ver o outro lado do espelho feminino, os dilemas da mulher contemporânea, que se move no labirinto da gestão das relações família e trabalho, pais e filhos, marido e mulher. Em Natália, o dinamismo da mulher dos tempos atuais mostra-se comprometido, uma vez que se constata o desmoronar do pilar familiar. A atitude de João Bernardo, o seu marido, parece revelar que o homem não está ainda preparado para assumir outros papéis na estrutura da organização familiar, para abdicar da presença quotidiana da esposa em prol da sua realização pessoal e profissional.. A rutura conjugal eminente no início da narrativa acaba por concretizar-

se, conduzindo o leitor a uma outra reflexão: a do papel do homem na sociedade contemporânea, quando confrontado com a necessidade de se ajustar a novos padrões sociais.

Segundo Lipovetsky, “A questão do poder feminino assombra o imaginário masculino” (Lipovetsky, 1997: 257). Esta afirmação poderá ajustar-se a João Bernardo como protótipo do domínio masculino, que procura paz e tranquilidade no seio familiar, já que entra em choque com a inquietação profissional da sua mulher que procura mudança. Bernardo vai então recuperar o seu equilíbrio em Vinhais, lugar das suas raízes, junto de Sofia, uma terceira pessoa. Deixando-se levar pelas emoções e memórias que brotavam do seu espaço de infância, acaba por perder Natália na medida em que optou pelo passado e a sua mulher pelo presente da mudança da sua condição. Contudo, Natália parece não ser capaz de fazer a escolha certa com outra terceira pessoa, ainda que tivesse tido uma segunda oportunidade com Cristián, mas que não foi bem sucedida porque novamente absorvida pela sua profissão se recusou a abdicar das suas conquistas. É Inês, a sua filha, que a alerta para o possível fracasso da nova relação: “Vejo que já escolheu ser diretora-geral para a América Latina ... Se calhar, até já pensou que poderá estar com com Cristián de meses a meses ... Isso basta-lhe, não basta? Mas a ele não, Cristián nunca aceitará esse tipo de arranjos como o pai também não aceitou.” (TP:188)

De certa forma, o sucesso profissional de Natália transforma-se em derrota já que a própria se culpabiliza da desistência da família em relação a ela, bem como questiona as conquistas do seu sucesso profissional: “mas onde está a vitória? Que faço dela? Ou que fez ela de mim? (TP: 190). O vazio da resposta de Natália sugere que há sempre há um preço a pagar pelas opções feitas. Nesta perspetiva, Natália parece ter pago um elevado preço visto que a realização profissional lhe roubou a

estabilidade de uma vida familiar. Poderemos nós afirmar que em *Terceiras Pessoas* vislumbra-se não sem alguma ironia a existência de dois modos de sentir e viver que para a mulher representam o palco da vida profissional.

Nas narrativas de Helena Marques, o conflito entre o passado e o presente e as origens que estão na base da busca da identidade sobressaem como tónica dominante das suas personagens, sobretudo femininas. Em *Os Íbis Vermelhos da Guiana*, o desejo de reencontro com o passado descortina-se na figura de Anne, bisneta de Simão, mas também de Camila que, incentivada pela mãe, deseja conhecer as origens do trisavô que emigrara para Guiana, no primeiro quartel do século XIX.

Desses homens [Simon Adams, James Adams], desses sonhos e desses ventos falava Anne a Camila, efabulando as suas vidas e os seus desejos como se de uma história tratasse, e evocava a terra distante onde tinham vivido, uma terra habitada por povos diferentes, vindos de distantes lugares do Planeta, uma terra quente e fecunda, cortada por rios e cataratas, a que os nativos chamavam País das Águas.

Nunca lá foi, mãe?

Não, meu amor.

Porquê? Eu gostava de ir.

Então irás, quando fores grande. (IV:206)

Julgamos poder afirmar que o desejo partir, de conhecer as origens poderá estabelecer a ligação deste romance ao *O Último Cais*, já que Raquel também ansiava por partir à procura das suas raízes e, embora não tivesse ido a Malta, fora a Guiana com o seu marido. Também Simão, personagem de *Os Íbis Vermelhos* desde cedo alimentara o sonho de partir, de deixar a vida árdua da pobreza do Ilha, de poder mudar toda a sua vida, inclusive o seu nome. Simão concretizaria o seu sonho ao emigrar para a colónia britânica da Guiana:

Nesse ano de 1837 em que Simão haveria de partir à aventura, como lhe impunham o sonho e a vontade [...], não era a agricultura, naturalmente, o objetivo de Simão, que sempre se imaginava a trabalhar à imagem do seu mestre e amigo [...], escrevendo cartas comerciais na sua bela caligrafia límpida e regular, num escritório de exportação-importação em Georgetown [...], trabalhando afanosa e delicadamente, ano após ano, até obter o dinheiro e a experiência necessários à instalação dos seus próprios negócios, ao início da fortuna que si próprio prometera alcançar. (IV:32)

Julgamos entender que, na escrita, Helena Marques propõe a ideologia de que o presente se constrói a partir do passado, que ultrapassa todas as barreiras, geográficas inclusive, e quanto melhor for esse conhecimento sobre esse outro tempo, melhor se construirá o presente e o futuro. Sob esta perspectiva, redesenha-se a busca da identidade feminina que principia quando a mulher se questiona e resgata a sua voz e a sua alma do aprisionamento imposto, mas não procurado.

Retornando ao *O Último Cais*, Benedita, filha de Raquel, aparece na narrativa como uma personagem apagada e conservadora, que anula a sua própria identidade, vivendo na sombra da mãe, copiando-lhe as atitudes, o vestuário e a liderança doméstica. Benedita esmagava a sua identidade para assumir a identidade mitificada da sua mãe e o desejo de lhe querer ser igual tornar-se-ia numa obsessão que quase lhe ia destruindo a vida, se não tivesse sido alertada a tempo por Luciana: “Benedita, porque persistes em perseguir um mito? Abre os olhos, menina, a Raquel é um mito [...] . E os mitos não se copiam, veneram-se mas não se copiam” (UC: 180).

A anulação da identidade pessoal de Benedita atinge o expoente máximo no dia do seu casamento. Nesse dia, Benedita surpreendeu toda a gente quando se apresentou vestida com o vestido de noiva que fora de sua mãe, que lhe assentava maravilhosamente bem, de acordo com a opinião de alguns convidados, mas que lhe

retirava a verdadeira identidade, a sua essência. Uma atitude que dá a ver a imagem feminina que se deixa subjugar por representações que idolatra, mas que não se adequam ao seu perfil. Sublinhe-se então que são mulheres com um fraco amor-próprio, sem capacidade para lutarem e vencerem as adversidades, mulheres que constroem a própria infelicidade pela falta de objetivos e extrema passividade e subserviência a padrões sociais. Na verdade, não são vítimas do destino, são vítimas delas próprias, dos seus comportamentos, da pouca vontade para lutar pelos seus ideais, mesmo quando isso implicasse ir de encontro a convenções sociais. A atitude de Benedita, a da filha que se esconde detrás da figura materna, poderá justificar-se na sua súbita orfandade maternal e na vontade de agradar ao pai e à família, uma atitude característica das mulheres já que herdada do sistema patriarcal dos tempos de Adão e Eva. Todavia, essa atitude retratada pela ficção certamente simbolizará a atitude muitas outras Beneditas sem identidade, que precisam de crescer e de partir para a descoberta do seu “Eu”, libertando-se das amarras socioculturais, a fim de poderem construir o seu percurso e, desse modo, poderem ir ao encontro da sua felicidade.

Em Helena Marques, a temática da busca da identidade não parece encontrar-se dissociada da temática do amor, sentimento que ocupa um lugar central nos seus romances. A autora faz notar que quando o homem e a mulher optam pelo amor correspondido, ambos são felizes. Por outro lado, parece sublinhar ainda que o amor não tem que estar ligado à juventude, porque é um sentimento que se renova desde que se tenha lugar para ele. A estória de Matilde e Ian disso poderá ser exemplo: “Quando disse há pouco, que reaprendi a viver, não era frase feita Laura. Reaprendi mesmo. Reaprendi tudo. [...] Ian levou-me por espaços desconhecidos, acompanhei-o de surpresa em surpresa, descobri-me e descobri-me... Ele diz que também se descobriu...” (DS: 206).

A viagem de Laura e de Matilde, na década de 90 do século XX, resulta também de uma procura de identidade ainda que ambas se encontrassem na faixa etária de maturidade. Laura, de quarenta e seis anos, e Matilde, de trinta e oito, são mulheres livres e autónomas que partem para Malta à procura de novas experiências e de novos conhecimentos que as direcionem para a essência das suas raízes. Trata-se de uma viagem que se tornou bem sucedida porque permitiu a ambas a concretização dos seus objetivos. Laura conseguiu desvendar o mistério que herdara da sua bisavó Raquel, tomando conhecimento que o seu trisavô André Vella nascera em Malta, mas que num dado momento da sua vida, o seu apelido passara para Villa. Laura conseguira “o conhecimento direto do seu ponto de partida, o princípio do seu princípio” (DS: 176). Por sua vez, Matilde conseguiu reencontrar-se e recuperar a sua alegria de viver que a caracterizava antes da turbulência do malogro do seu casamento com Artur: “E não querias vir a Malta...”, observou Laura sorrindo para a prima. “És tu quem fica, afinal, na terra do avô André...” (DS: 212). A observação de Laura parece impor uma reconciliação com o passado e com o amor que determinará o *terminus* da ação que contempla as duas narrativas; *O Último Cais* e *A Deusa Sentada*.

2.2. A rutura com estereótipos

Na perspetiva de Ivone Leal, “as transformações operadas em Portugal, entre 1807 e 1838, não parecem ter sido bastante suficientes para levarem de imediato ao questionamento profundo e generalizado dos papéis feminino e masculino tradicionais nas camadas urbanas da população” (Leal, 1985: 24). O seu estatuto de

menoridade não sofreu alterações significativas até ao século XX. Por exemplo, sabemos que só a partir de 1911 é que a mulher obteve autorização para trabalhar na função pública, assim como em 1969 foi permitido à mulher transpor as fronteiras do país sem que tivesse que pedir autorização ao marido. Deste modo, na prática, até à instauração da Constituição de 1976 que legislou a igualdade de direitos entre homens e mulheres em todos os domínios, as mulheres eram educadas para o exercício de determinadas funções, do mesmo modo que aos homens eram transmitidos conhecimentos que estavam já bem firmados nas gerações anteriores e que lhes cabia dar continuidade. A definição dos papéis de cada um estava tão bem interiorizada que traduziam a sua identidade individual, raramente sendo questionados por cada um dos sujeitos: homem ou mulher. Porém, julgamos útil assinalar, que a mulher burguesa ao cultivar frequentes vezes uma vida de ócio e de tédio em consequência dos papéis que lhe eram permitidos e de casamentos infelizes, por vezes deixava-se levar por impulsos de índole emocional que pontualmente a conduziam a situações de infidelidade com consequências drásticas para a própria, porque o sistema legislativo era penoso sobretudo para a mulher, que até podia ser morta e quanto mais estatuto social tivesse, mais rigorosa e diferenciada era a punição. Os filhos eram as principais vítimas, porque ficavam sob a tutela do pai que não raras vezes os privava do contacto com a mãe. Na literatura de âmbito realista são comuns as histórias de mulheres que viram as suas vidas destruídas por terem cometido adultério. Desde Emma, protagonista de *Madame Bovary* (1857) de Gustave Flaubert, Marguerite em *A Dama das Camélias* (1848) de Alexandre Dumas Filho, Anna em *Anna Karenina* (1877) de Leon Tolstoi a Luísa em *o Primo Basílio* (1878) de Eça de Queirós, todas viriam a sentir as consequências das atitudes de desvio de regras morais, consequências essas mais gravosas apenas por serem mulheres.

Como já tivemos oportunidade de referir, a literatura de âmbito feminino publicada nessa época era escrita por homens; as revistas e os periódicos femininos que as mulheres liam abordavam temas que se enquadravam com os seus papéis de âmbito doméstico. Escreviam também sobre o que lhes interessava, transmitindo como devia ser o comportamento da mulher na sociedade uma vez que ao homem lhe era atribuído o papel de detentor do saber e assim veiculador de uma visão patriarcal e machista:

Não podemos esquecer”, observou Joanna [...] que a história das mulheres, a verdadeira história das mulheres conta apenas vinte anos. Tudo o resto foi filtrado pelos homens, pelos que escreviam ou pelos que mandavam escrever. As fontes históricas não são límpidas, foram inquinadas na nascente pelo poder masculino e pela sua perspectiva (DS: 148).

A abertura de ideias fez-se sentir como consequência de movimentos feministas que emergiam na Europa e influenciavam as mulheres portuguesas, nomeadamente as burguesas mais cultas e informadas, que se afirmavam no desempenho de profissões relacionadas com a escrita e com o ensino. Contudo, se na primeira metade do século XIX muitas ocultaram a sua identidade sob o anonimato, já na segunda metade do século verifica-se que algumas mulheres conseguiram transpor algumas barreiras sociais na medida em que foram capazes de avançar para a fundação e direção de revistas e jornais que divulgavam ideias emancipadoras, apelando aos seus direitos, desde o direito à educação, ao trabalho e à autonomia, à integridade do seu corpo e ao aborto, à proteção e ao exercício da cidadania. Em meados do século XIX, o periódico intitulado *Assembleia Literária* foi o primeiro jornal a demonstrar a rutura com estereótipos já que reclamava para as mulheres a liberdade intelectual, excluindo

temas considerados fúteis, como por exemplo a moda. O jornal extinguir-se-ia dois anos mais tarde, mas a ousadia da diretora e proprietária do jornal, D. Antónia Gertrudes Pusich,⁴² deixaria raízes que se viriam a desenvolver décadas mais tarde, com o surgimento de novos periódicos dirigidos igualmente por mulheres, de que podem ser exemplo *A Voz Feminina e o Progresso* em 1868, ambos dirigidos por Francisca Wood, *O Almanaque das Senhoras* em 1870, por Guiomar Torreão, *A Mulher*, em 1883, por Elisa Curado e *A Ave Azul* por Beatriz Pinheiro. Todos esses periódicos tinham por missão educar e instruir a mulher para que ela pudesse participar ativamente na sociedade, escolhendo uma carreira ao lado do homem, sem diferenciação de privilégios. Designados por jornais feministas, uma vez que eram feitos por mulheres, estes periódicos acabaram por revolucionar mentalidades e contribuir para o aparecimento de movimentos feministas que abriram portas para a democratização da sociedade portuguesa e para a aquisição de direitos que perduram no presente.

Em *O Último Cais*, a profissão de Catarina Isabel não terá sido escolhida ao acaso pela autora. A personagem da jovem médica não é uma criação literária, mas uma tentativa de recriação, pela memória, da primeira mulher médica madeirense, Henriqueta Gabriela, formada pela Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, que desde a sua abertura em 1837 até ao seu encerramento em 1910, formou 240 médicos, dos quais apenas dois foram mulheres. Catarina Isabel simboliza, assim, a rutura com estereótipos sociais, na medida em que se tornou pioneira num curso que era reservado apenas para homens. Essa ousadia permitiu-lhe desafiar mentalidades que lhe poderiam ter sido fatais no desempenho da sua profissão. Catarina Isabel é da geração de Benedita e André. Este seria seu colega de curso mas, para ele, ser médico não constituiria nada de

⁴² Leal, Maria Ivone, “A Assembleia Literária: Jornal de Instrução (1849-1851)”. In *Um Século de Periódicos Femininos: arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926*. Cadernos Condição Feminina n.º 35. Lisboa. Edição da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1992 (p. 56).

especial, enquanto que para Catarina Isabel era a afirmação das suas capacidades intelectuais num curso talhado só para homens. A sua coragem é elogiada por Luciana num misto de admiração e êxtase: “Mas tu, Catarina, tu [...] serás a primeira, a única, que coragem!” (UC: 125). Todavia, vale a pena sublinhar que Catarina teve a sorte de ter “um pai e um padre que haviam apoiado os seus audaciosos planos” (UC: 115). Ao querer exercer a profissão de médica, Catarina Isabel contou ainda com outro aliado, Nicolau Villa, o cônego da cidade, que se insurgira contra as más línguas que se indignavam com a escolha profissional de Catarina, “uma menina solteira, bem educada e de boas famílias, pensar em estudar coisas tão impróprias, tão feias, ver todas as partes do corpo, gente nua, até!” (UC: 124). Nesta perspetiva, Nicolau revela-se um homem fora de época, vanguardista, ao dizer-lhe que “já vai sendo tempo de as mulheres serem tratadas por mulheres.” (UC: 124)

À semelhança de outras personagens criadas pela ficção de Helena Marques, Catarina Isabel desde cedo que se mostrou “como uma mulher do futuro, racional, desassombrada e firme” (UC:115) nas suas intenções. Fora alvo de comentários variados, desde hostis a elogiosos, quando obteve uma excelente qualificação no exame final do liceu a par do “segundo melhor rapaz” (UC:123). Quando anunciou aos seus amigos Benedita e André que se tinha matriculado na Escola Médica do Funchal, André, pasmado, não resistiu ao comentário “Estás a brincar?” (UC:123).

Ao tomarem conhecimento da escolha académica de Catarina, Raquel e André tiveram reações distintas. Raquel “aplauiu deliciada. Mas Marcos previu inevitáveis problemas de rejeição e antagonismo” (UC:96) que se confirmaram sobretudo quando Catarina iniciou a carreira no hospital e “os diretores dos serviços hospitalares se aperceberam de que os seus estudos não eram caprichos nem título

académico para exibir em sociedade e enterrar com o casamento” (UC: 126). Marcos parece assim ter tido razão, porque Catarina teve que lutar “por um lugar no hospital, por turnos de serviço, por responsabilidades, por um estatuto de igualdade” (UC: 126). É notória a sua determinação e sua perseverança para conseguir ultrapassar os obstáculos que a sociedade lhe impunha ao ousar desafiar as convenções enraizadas. Podemos pois, concluir, pondo a tónica em Catarina, que a sua voz parece fazer eco dos princípios e valores de Helena Marques, que admira as mulheres ousadas, resistentes e determinadas, porque nelas reside a força motriz do pensamento inovador e assim do progresso e da mudança. Esta mesma visão pode ser encontrada em *A Deusa Sentada*, através de Laura, a sua protagonista:

As mulheres saberão fazer a mudança, Joanna. Sabem-no sempre. E é inevitável. Já não somos as tais sombras numa cidade sem cidadãs. Cada vez assumimos mais a integridade da nossa cidadania. E se ainda rezamos em igrejas onde a Virgem está nos altares e os oficiantes são os homens, há já confissões cristãs, as tais que tanto perturbam o Vaticano, onde as mulheres celebram os sacramentos. A mudança é imparável e já não é possível filtrar nem condicionar a palavra escrita porque as mulheres já tomaram a palavra, elas próprias redigem os seus testemunhos e a sua história, publicam-nos, e rejeitam as tutelas, mesmo as de mais respeitável aparência... (DS: 152).

Sobressai nesta personagem um voto de confiança no futuro. Porém, julgamos pertinente assinalar que mais do que uma afirmação, sublinha-se a vontade da autonomização do feminino em relação ao masculino, demonstrando que a atitude da mulher será determinante para desintegrar construções estereotipadas da sua imagem já que a condição da mulher na sociedade assentava numa visão e orientação patriarcal. Este quadro regista-se também em *Os Íbis Vermelhos*, quando Simão Inácio

condena a sua mãe por o ter abandonado, embora o seu professor, Moisés de Campos Carvalho, o justifique, sensibilizando-o para a condição da mulher da época:

Nunca seja severo com a sua mãe, Simão. As mulheres, sobretudo quando são muito jovens, encontram-se à completa mercê dos pais. Foram os seus avós que a impediram de ficar consigo e se opuseram ao casamento com o seu pai [...]. Não se esqueça de que as mulheres vivem num mundo regido e regulamentado pelos homens, passam do poder do pai para o marido e nunca dispõem, sequer, dos bens que possam herdar. (IV:21)

III – Do passado ao presente

1. A Ilha da Madeira, hoje: das ideias às ações

A Ilha da Madeira dos nossos dias e a sua capital apresentam enormes mudanças da ilha caracterizada por Helena Marques em *O Último Cais* ou até mesmo em *A Deusa Sentada*. Uma transformação que poderá ser lida quando a autora afirma que:

Uma pequena revolução social operava-se, entretanto no Funchal. Os velhos costumes patriarcais, que não consentiam a uma mulher a frequência de lugares públicos sem uma companhia masculina respeitável, pai irmão ou marido, mudavam do dia para a noite [...]. Privadas da presença dos maridos, reuniam-se às três e às quatro para irem ao café ou às casas de chá, para passear as crianças nos jardins públicos, para frequentar cinemas e teatros [...], o Funchal transformou-se nos hábitos e no aspecto, ganhou modernidade, desfez-se em boa hora de velhos preconceitos caricatos que limitavam os passos das mulheres e as tratavam como seres perigosos que não podiam ser deixados entregues a si próprios. (DS:157)

A cidade do Funchal converteu-se numa cidade moderna, cosmopolita, à semelhança de outras cidades europeias. Dotada de uma boa rede de comunicações e transportes aéreos, marítimos e terrestres, longe vão os tempos das referências da autora no seu romance, nomeadamente, aos tempos áureos dos carros de bois e outros meios de transporte de tração animal ou humana, que circulavam nas principais artérias da cidade para conduzirem os senhores até as suas casas. Desses meios de transporte típicos da Ilha, hoje apenas resta a tradicional descida da colina do Monte pelos carros de cestos, mas com outra função, como uma das muitas atrações turísticas que a ilha oferece. Da imprensa escrita, *O Diário de Notícias* sobreviveu e continua a ser lido pelos madeirenses. Com as novas tecnologias, o uso do telégrafo perdeu-se no tempo e assim o fonógrafo passou a ser uma peça decorativa; os jogos de entretenimento, tais como dominó, loto, bilhar, xadrez e bridge, que animavam os serões das grandes famílias, foram então substituídos pela televisão, pelos jogos eletrónicos e pela internet. Por outro lado, o elevado índice de analfabetismo deixou de ser uma realidade, graças ao ensino obrigatório que se prolonga por doze anos de escolaridade. Curiosamente, o curso de medicina voltou a ser lecionado na região, através da sua universidade, embora a formação dos futuros médicos deste curso específico tenha que ser complementada numa universidade do espaço continental.

Da Madeira antiga recordada pela autora permanece o culto de algumas tradições, em particular, as religiosas. O Natal e a Páscoa têm ainda grande expressão na Madeira, um facto que pode ser observado na realização de exposições e diversos eventos que ocorrem por toda a Ilha e que atraem não só muitos populares como também estrangeiros. Das Quintas e casinhas de prazer, típicas propriedades de madeirenses e estrangeiros residentes na ilha, e referenciadas frequentes vezes pela autora nos seus romances, muitas foram vendidas para fins comerciais e/ou transformadas em grandiosos hotéis de charme, carregados de memórias, muitas delas transportadas para a ficção de Helena Marques.

Não obstante o progresso, o fenómeno da emigração continua a ser uma realidade, ainda que com contornos específicos. Hoje, assiste-se a uma emigração qualificada e previamente preparada a partir dos diversos recursos tecnológicos existentes. Contudo, a emigração continua a ser um meio de sobrevivência, uma alternativa na procura de uma resposta que a Pátria não tem conseguido dar. Materializa-se então esse desejo de encontrar uma melhor qualidade de vida, quer seja na área dos bens materiais quer seja na área do reconhecimento de competências individuais, técnicas, culturais ou artísticas, que faz com que a emigração continue a ser um movimento intemporal, mas sempre com consequências negativas para o País e sobretudo para as famílias.

2. A transformação do papel da mulher no seio familiar e social

Na viragem do século XIX para o século XX ocorreram mudanças significativas no panorama sociocultural português e europeu.

Em *O Último Cais*, assiste-se, de modo particular, à transformação da mulher do século XIX até ao século XX, século que a autora escolheu para o contexto temporal de *A Deusa Sentada*. Em *Terceiras Pessoas* deparamo-nos com a imagem da mulher dos nossos dias. Com o passar do tempo, a mulher portuguesa viria a conquistar direitos mas também responsabilidades acrescidas, tendo havido uma notória mudança estrutural da sociedade, embora no espaço insular madeirense ocorresse um pouco mais lentamente do que no continente. Um dos possíveis contributos dos dois primeiros romances é o facto de o leitor poder acompanhar essas conquistas, bem como tomar conhecimento e poder refletir sobre a imagem e o lugar da mulher madeirense nesse período histórico.

Como já tivemos oportunidade de referir, a transformação do papel da mulher no seio familiar e social iniciou-se em toda a Europa, em particular como consequência do surgimento da Primeira Guerra Mundial que obrigou à partida dos homens para a guerra. Uma situação que levou as mulheres a se confrontarem com o facto de terem que ocupar os lugares, na estrutura familiar, deixados vagos pelos homens. Tratou-se de acontecimento foi determinante para se compreender que a natureza feminina não era inferior à dos homens, apenas lhes tinham sido negadas oportunidades sociais e educacionais porque os homens as mantinham em casa fechadas, privando-as do saber, num ato repetido geração após geração. No entanto, só após a Segunda Guerra Mundial é que se verificou, “um pouco por todo o mundo industrializado, um aumento percentual da mulher no conjunto da população ativa [...] facto que acarretou reflexos na vida social e económica do mundo contemporâneo” (Caetano, 1985: 383). A ideologia dominante da sociedade anterior aos anos 50 era a de “considerar a família como o destino da vida da mulher, sendo o homem o garante da satisfação das necessidades materiais e financeiras. Posteriormente, não só se verificou

uma mudança de atitude da sociedade perante o trabalho da mulher fora do lar, como se abriu para ela o leque de hipóteses de emprego, num número mais diversificado de ramos de atividade” (*Id Ibidem*), embora muito limitado nas áreas da economia, da política e da religião. A par da experiência laboral, a cultura foi ganhando cada vez mais espaço devido à melhoria das condições de vida da classe média e, conseqüentemente, a educação/instrução configurou-se como uma das preocupações deste grupo social, sem distinção de género.

No que diz respeito à mulher, sabe-se que a notória mudança de atitudes e comportamentos a terá levado à sua ascensão e credibilidade social. Esta visibilidade foi conquistada também graças à instrução, negligenciada até ao século XX, e conseqüente crescente domínio dos saberes que a colocou numa plataforma de igualdade e até de competição com o homem. Alberto Vara Branco reforça essa posição ao afirmar que

a educação é essencial para a realização plena da igualdade entre mulheres e homens. Os estereótipos, as imagens e as atitudes relativamente às mulheres são obstáculos à igualdade, e poderão ser eliminados através da educação formal e não formal, nomeadamente através dos meios de comunicação social (os ditos mass media), organizações não governamentais - programas de partidos políticos e ações concretas, por exemplo, a promoção de atividades de investigação para identificar e desmontar as práticas discriminatórias nos manuais escolares.”⁴³

Já Virginia Woolf, em 1928, considerava que o acesso à educação é que tornaria a mulher autónoma ao nível económico e social. Neste âmbito, a mulher poderia usar a escrita para denunciar desigualdades e afirmar-se no mundo dos homens, nomeadamente no universo da publicação literária: “It is necessary to have five hundred

⁴³ In *O Posicionamento da Mulher na Sociedade Portuguesa*. http://www.ipv.pt/forumedia/f2_idei1.htm, consultado em 01-02-2016.

a year and a room with a lock on the door if you are to write fiction or poetry” (Woolf,2005: 628).

Segundo Maria Antónia Palla, “a noção de condição feminina implica não só inventariar, estudar e analisar a situação da mulher, mas criar condições para a eliminação de todas as discriminações existentes no seu estatuto” (Palla,1985:7). Assim, depreende-se que passou a haver na sociedade uma maior consciência e reconhecimento dos direitos da mulher, tendo esta começado a assumir-se e a tornar-se construtora do seu percurso e da sua felicidade. O casamento e a maternidade tornou-se uma opção de vida que poderia estar ou não articulada com o seu mundo laboral. Neste sentido, a família como instituição social viria a sofrer alterações e determinados procedimentos legislativos foram atenuados, assim como Dogmas de índole religiosa foram ultrapassados em prol da liberdade pessoal. Por outro lado, o reconhecimento do princípio de igualdade entre os sexos desencadeou uma enorme transformação nos direitos civis, reivindicados de modo insistente pelos movimentos feministas, que acabaram por permitir à mulher encontrar espaço nos diversos domínios da sociedade, nomeadamente no da produção literária de autoria feminina. Segundo Elisabeth Sousa, “a posição da mulher dos nossos dias oscila entre a adesão ao mundo do trabalho e aos valores masculinos, e a preservação das formas tradicionais de poder, condicionada [...] pelas responsabilidades na esfera da família, pelo bem-estar da criança” (Sousa,1985: 407).

Retomando o tema da família, este já não se circunscreve ao sistema tradicional de três gerações, pais, filhos e netos, porque gradualmente foi-se modificando dando origem a novas formas de famílias, “reconstituídas, monoparentais, de colocação, adotivas”(Alarcão, 2008: 6) em resposta às transformações socioculturais e económicas operadas no século XX.

Na arquitetura da família, os campos de atuação entre os cônjuges passaram a ser mais flexíveis e adaptados ao modelo de vida do casal, como podemos constatar em *A Deusa Sentada*, no ambiente familiar de Laura e Lourenço, e na vida de Matilde e Ian. A economia familiar merece particular atenção porque ambos, marido e mulher, passaram a contribuir para o equilíbrio da mesma, assim como passaram a ser sujeitos intervenientes na educação dos filhos. Nasceu, deste modo, uma nova identidade familiar onde as mulheres, esposas e mães e filhos podem ser chamados a tomarem parte nas decisões que afetam o todo familiar.

Em oposição, em *O Último Cais*, o conceito de família não se poderia enquadrar no modelo atual porque se trata de uma narrativa do século XIX na qual os padrões sociofamiliares eram outros, bem sedimentados em modelos ancestrais. Todavia, é possível depreender-se na narrativa alguns indícios de mudança, profetizados por Catarina Isabel quando se referia ao aparecimento de uma nova consciência social, e por Luciana quando ousa sair à rua sozinha. Também Raquel vaticinara essa transformação social quando acreditava que uma neta ou bisneta sua ia ser mais livre do que ela

e poderia partir sozinha à descoberta de La Valetta e das raízes maltesas que desabrochavam em mulheres de cabelos cor de vinho velho, olhos cinzentos e resoluta insubmissão. Raquel, que nunca saiu sozinha, nem para o colégio, nem à missa, nem às visitas, nem às compras, não consegue imaginar bem essa posse total de si própria que será estar no meio de desconhecidos, sem preocupar-se com os cumprimentos de quem passa, com olhos suspeitosos atrás das persianas, com as perguntas incessantes das mil primas com quem se cruza a cada esquina (UC: 27-28).

Em *A Deusa Sentada*, é dado ao leitor a oportunidade de verificar que os vaticínios de Raquel e Catarina se tornariam realidade, já que a ação narrativa se

desenrola no século XX, cujo *modus operandi* se afigura semelhante ao da vida urbana dos dias de hoje. Laura e Matilde emergem no texto como mulheres livres, independentes, que desempenham uma profissão de que gostam e não se intimidam com opiniões diversas, pois são ambas informadas. Laura, tal como sua bisavó Raquel, feliz e realizada ao lado do marido Lourenço, expõe-se como construtora da felicidade; Matilde também acaba por descobrir a sua felicidade com Ian, em Malta, ultrapassando os primeiros medos decorrentes da angústia do malogro do seu casamento e reaprendendo a amar. Curiosamente, em *Terceira Pessoas* é possível depreender-se uma desconstrução da felicidade que parece provir da oposição entre homem-mulher, radicada no conflito familiar-profissional.

As mulheres de *O Último Cais* procuram construir a sua identidade, a sua singularidade, a sua intimidade: não são ainda mulheres escolarizadas, à exceção de Catarina Isabel e de Charlotte, com hipóteses de se fazerem ouvir. Mas na passagem para o século XX, a transmutação social da mulher do universo feminino foi processada em passos de gigante nos vários domínios do saber, que se alargam até ao século atual. No âmbito da escrita literária verificou-se um despontar de mulheres escritoras que se afirmaram contra um sistema patriarcal e ditatorial que as oprimia, silenciando a sua escrita e a sua vontade, secularmente escondida no seio da vida monástica. A este propósito, Cláudia Amorim reafirma que “o número de mulheres escritoras [...] que buscam redimensionar o papel e o lugar da mulher na sociedade” (Amorim, 2008: 8) aumentou significativamente, possibilitando uma escrita feminina revolucionária, inspirada pelas ideologias de Simone Beauvoir em *O Segundo Sexo*, obra publicada em 1949, que incita à discussão e conseqüente revisão do papel da mulher na sociedade. Em Portugal, as escritoras Maria da Graça Freire e Judite de Carvalho poderão ser exemplos das muitas mulheres escritoras que abordaram o tema da condição da mulher.

A pluralidade da voz feminina deu assim lugar a novas formas de pensar, ser, estar e agir em prol dos direitos universais das mulheres que revolucionaram o mundo ocidental. “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (Beauvoir, 2015:13). A afirmação de Simone Beauvoir em *O segundo Sexo: A experiência vivida*, publicada em 1949, é considerada uma insígnia do movimento feminista, por chamar à atenção para o facto de a mulher ter sido moldada a partir de regras definidas pela sociedade. Nessa obra que acabaria por romper com os padrões da época, Simone de Beauvoir não esconde a convicção de que ao longo dos tempos as mulheres foram educadas para viverem numa posição de subalternidade em relação aos homens que eram os detentores da autoridade.

No contexto sociocultural português, o período de maior expressão na publicação de obras literárias de autoria feminina, que desconstruem a imagem padronizada da mulher, parece situar-se no início da década de 70. Como exemplo, citamos *As Novas Cartas Portuguesas*, obra escrita em conjunto por três mulheres que, no entanto, não assinaram individualmente qualquer um dos textos, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa. Publicada em 1972, esta obra veio dar início a uma nova era literária no que concerne à escrita de autoria feminina, denunciando a repressão ditatorial existente e reclamando o direito da mulher à sua sexualidade. Esta publicação, apreendida pelo regime salazarista por ser considerada uma ofensa aos valores e costumes da época, gerou uma súbita e inédita onda de protestos em prol das “Três Marias”, como ficaram então conhecidas internacionalmente, mas também a instauração de um processo às escritoras pelo Estado Novo, que só não foram julgadas porque a vitória dos cravos se concretizaria dois anos depois.

Maria Elisa Seixas relembra que as conquistas femininas estão no seguimento da “longa luta das sufragistas em relação ao direito de voto [...] que em

Portugal foi plenamente reconhecido apenas após o 25 de abril de 1974. Antes disso, somente a partir de 1931 as mulheres puderam constituir-se como eleitoras, mas apenas se fossem instruídas”. (Seixas, 2013: 189). Em Portugal, a primeira mulher e única a poder exercer o seu direito de voto antes da década de 30 fora Carolina Beatriz Ângelo, em 1911, porque fazendo uso da sua condição de viuvez e de chefe de família recorreu a uma cláusula da lei que lhe permitia exercer esse direito. Contudo, esse privilégio pontual foi de imediato extinto uma vez que depois desse episódio passou a ser requisito obrigatório pertencer ao sexo masculino para exercer o direito de voto. Contudo, a 16 de dezembro de 1934, concretizar-se-ia uma grande “aspiração das feministas e sufragistas da 1ª República” (Esteves, 2015: 11), já que em 90, foram eleitos para o Parlamento, três eram mulheres: Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho, Maria Cândida Bragança Parreira, Maria Baptista dos Santos Guardiola. Com a participação destas três mulheres deputadas pioneiras à Assembleia Nacional que integraram o regime de Oliveira Salazar (1889-1970), as mulheres portuguesas viram descortinar-se novas aspirações sobretudo nas áreas da educação e saúde na medida em que eram as leis que concediam à mulher direitos que secularmente lhe tinham sido negados.

Mas se no mundo ocidental o século XX se demarcou como o século da conquista de direitos, podemos vaticinar que o presente século e milénio deverá ser o da conquista de valores e da garantia de oportunidades sem diferenciação de géneros. Muito se tem escrito sobre a crise de valores que a sociedade atual enfrenta, nomeadamente o direito à proteção e à segurança consagrados na Constituição já que muitas mulheres ainda são alvo de violência, em particular, a doméstica, o que parece demonstrar não só algum retrocesso em relação às conquistas realizadas, como o facto de o legado machista ainda imperar na sociedade. Não obstante, o crescimento intelectual feminino é um facto e a atual existência de universidades para seniores é a

prova desta realidade. O fenómeno designado de feminização do ensino superior é um facto já que as mulheres são maioritárias em grande parte das áreas universitárias. Por outro lado, o apreço social pelos livros de autoria feminina reflete uma voz que é audível nos vários estratos da sociedade e que gradualmente vai estilhaçando os preconceitos pré-estabelecidos em prol do seu protagonismo. Se tivermos em atenção que no presente século mais de metade da população mundial é constituída por mulheres que cada vez mais (se) procuram e conquistam esferas de poder, talvez possamos afirmar que a sua demanda na sociedade será (im)previsível.

No âmbito da escrita feminina, mantida no silêncio durante séculos, Patrícia Machado divulga um estudo de Isabel Allegro de Magalhães ao pretender ilustrar que a escrita poderá denunciar traços estilísticos da identidade de quem escreve e desse modo poder compreender melhor quem está por detrás da escrita. Em *O Sexo dos Textos*, Isabel Allegro, afirma que “aparentemente, só os autores têm sexo, não os textos. No entanto, [...]os textos são tecidos linguísticos e a matéria da língua – em particular a das línguas latinas, no Ocidente – é toda ela sexuada” (Magalhães,1995:9). Nesta perspetiva, pretende assinalar que se a língua expressa uma diferenciação de género, também a escrita irá sublinhar uma “maneira de estar no mundo própria dos homens e outra própria das mulheres”(Id *Ibidem*).

Patrícia Machado afirma que Allegro de Magalhães se serve de diferentes *corpus* linguísticos de diferentes sujeitos para tecer uma apreciação. Dá como exemplo “a escrita Simone de Beauvoir (*Mémoires d'une fille rangée*) como prova da possibilidade da existência de um discurso caracterizado pelo masculino, embora de autoria feminina, e apresenta a escrita no feminino de Virginia Woolf como termo de comparação. De Beauvoir desenvolve uma escrita repleta de factos e datas, enquanto que a de Woolf se caracteriza pela fragmentação, por uma escrita em harmonia com a

vida.”⁴⁴ Notamos, no entanto, que a experiência de Isabel Allegro não gera consenso entre diversos teóricos e investigadores já que quem escreve não limita a sua escrita ao seu género. Contudo, a opinião generalizada é de que parecem ser as mulheres aquelas quem mais marcas femininas deixa na escrita.

No estudo de Isabel Allegro sobre o estilo de escrita feminina, somos levados a considerar que a produção literária de Helena Marques regista um estilo feminino, embora sem ser feminista. Também o conceito de feminino parece não ser consensual entre diversos teorizadores, sobretudo quando o relacionam com feminismo ou ser feminista. Para Macedo e Amaral, o feminino “pode ser entendido como imitação e conformidade com os padrões sociais e sexuais tradicionalmente identificados como pertencentes à mulher” (Macedo e Amaral, 2005: 68). Todavia, Maria Elisa Seixas é de opinião que não há um feminismo mas feminismos, insistindo na “sua pluralidade e múltiplos sentidos: do feminismo igualitário ao radical, do ecofeminismo à epistemologia feminista, o feminismo é plural [...], o que existe é antes uma pluralidade de feminismos, uma multiplicidade de discursos de natureza filosófica, política, social, cultural sobre a mulher e as relações que estabelece com o mundo”(Seixas, 2013: 187-188). Helena Marques, quando confrontada com a sua posição em afirmar-se como feminista, preferiu centrar-se na questão da identidade feminina, na relação que se estabelece entre um Eu e um outro:

sou feminista no sentido de justiça histórica na medida em que eu acho que as mulheres foram discriminadas ao longo dos séculos. Não sou feminista por razões pessoais, ressentimentos nem queixas, porque sempre fui bem tratada e tive sempre uma relação de camaradagem muito correta com todos os homens com quem trabalhei. Aliás, a minha carreira como jornalista mostra bem que eu nunca fui discriminada em coisa nenhuma. Assim as minhas razões feministas são apenas teóricas, de observação da realidade.⁴⁵

⁴⁴ Machado, Patrícia. “Escrita Feminina”. In *EDTL*, coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9, <<http://www.edtl.com.pt>>, consultado a 03-02-2016.

⁴⁵ Helena Marques em entrevista concedida a Catarina Sá de Fernandes e Maria do Carmo Freitas. In *Notícias da Madeira*, 3 novembro de 1993 (pp.4-5).

Deste modo, Helena Marques posiciona-se como mais uma voz de índole feminina que, no âmbito da literatura ficcional, dá particular enfoque à luta pela condição da mulher, equacionando dificuldades e fragilidades femininas de uma determinada época e num determinado lugar.

Parece-nos importante acentuar que *O Último Cais* é narrado sob o ponto de vista da autora, enquanto mulher, pois evoca histórias que a sua memória preservou. Todavia, vai mais além, quando regista outras “estórias”, caricaturando lugares, modelando personagens que subtilmente exprimem a vibração emocional das suas próprias experiências. Caberá ao leitor perceber o seu percurso ideológico no jogo labiríntico da narrativa ficcional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da leitura da produção literária de Helena Marques, em particular de *O Último Cais* e *A Deusa Sentada*, no decorrer desta dissertação deu-se particular atenção a um conjunto de três unidades: Memória, Ilha, [espaço insular] e Identidade feminina.

Foi nossa intenção demonstrar que o universo ficcional de Helena Marques se constrói sobre o pilar da memória, o que nos levou a pensar que a sua escrita tinha de antemão um destinatário, o leitor, que a absorve, visualizando aquilo que a autora pretende dar a conhecer e explicar. Neste pressuposto, encontramos vestígios de uma escrita própria de uma profissional de jornalismo, como foi Helena Marques, cidadã do mundo e de causas humanitárias.

Nas narrativas que constituíram o principal *corpus* deste trabalho, julgamos ter explicitado como as personagens femininas das suas narrativas ficcionais retratam a mulher portuguesa na busca da sua identidade, no espaço temporal do século XIX e XX, os quais a autora considerou como um período emblemático no que concerne à história da condição da mulher e da sua cidadania. A questão do espaço insular como duplo aprisionamento da mulher foi também abordado no decorrer da presente investigação, na medida em que ao longo da sua vida, a mulher fora sempre uma ilha cercada por mar e esse mar se consolidara nas amarras ao passado.

Assim, tentámos demonstrar que *O Último Cais*, em estreita ligação com *A Deusa sentada*, estatui-se como uma obra de ficção que traz à memória o protagonismo do (eterno) feminino, numa fase de autodescoberta, de novas conquistas para a sua condição e assim para a procura de uma identidade própria. Neste âmbito, *O Último Cais* poderá revelar-se como uma metáfora da viagem do “eu” que só terminará com o fim da vida: “O fim do caminho” aguardado por uma “deusa sentada”. A morte não só está presente nos romances da autora como caricatura dos seus medos, julgamos nós, mas como fazendo parte do amor e da essência da própria vida. Por outro lado, ao depararmo-nos com uma flexibilidade de comportamentos humanos, em particular, através das entidades ficcionais femininas, depreendemos que na ficção de Helena Marques a imagem da identidade feminina não parece assentar apenas em estereótipos pré-definidos, já que essa imagem vive em constante mutação, sobretudo através de personagens arrojadas que não receiam marcar a diferença da sua condição.

Salientamos que na origem desta dissertação está, em primeiro lugar, a redescoberta da autora e da sua génese, mulher de afetos e de nostalgias, que emerge de impulsos de descoberta ou redescoberta, que viaja pelo tempo visitando ou revisitando lugares, pessoas, sonhos ou crenças, para tecer a sua história. Segue-se a redescoberta

da ilha da Madeira, da nostalgia pelo mar e da forma como este temporariamente lhe pareceu intransponível, mas permitindo-se a transpô-lo e a procurar uma nova forma de vida. Em segundo plano, redescobre-se a obra, circunscrita a um determinado espaço geográfico de onde era difícil sair ou entrar, em estreita ligação com memórias e experiências de vida, ainda que ficcionadas. Neste capítulo, o leitor é confrontado com as estórias, o amor, as lutas, sofrimentos e preconceitos, viajando no tempo e relembrando factos marcantes da história portuguesa e ocidental. Tentamos demonstrar que na transição do século XIX para o século XX, os acontecimentos ocorridos produziram enormes mudanças ideológicas na sociedade patriarcal, contribuindo para uma melhoria substancial do *modus vivendi* feminino. O primeiro marco representativo dessas mudanças surge na representatividade da escrita literária feminina no seio de uma literatura de cariz masculino. Por outro lado, a crescente educação da mulher permitiu-lhe conquistar espaço social essencial para a conquista de direitos de plena equidade com o homem. Por fim, procurámos identificar, no presente século e milénio as consequências das mudanças operadas, no que concerne à posição da mulher na sociedade ocidental, sobretudo ao nível sociocultural e económico. Nesse contexto, *O Último Cais e A Deusa Sentada* encerram em si uma história insular que prefigura a liberdade individual da cada uma das mulheres e das suas vozes, mantidas no silêncio ou sob a forma de anonimato, ao longo dos tempos. Helena Marques fecha, deste modo, um ciclo para determinar outro – o contemporâneo – que iniciou com *Terceiras Pessoas*, no qual a mulher e o homem são ambos heróis das suas vidas, das suas escolhas, dos seus sentimentos e das suas verdades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia ativa:

- **MARQUES**, Helena. *O Último Cais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 7ª Edição, maio de 1992.
- **MARQUES**, Helena. *A Deusa Sentada*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2ª Edição, novembro de 1994.
- **MARQUES**, Helena. *Terceiras Pessoas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1ª Edição, março 1998.
- **MARQUES**, Helena. *Contos das Ilhas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1ª Edição, novembro de 1999.
- **MARQUES**, Helena. *Os Íbis Vermelhos da Guiana*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 3ª Edição, outubro 2002.
- **MARQUES**, Helena. *Ilhas Contadas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1ª Edição, 2007.
- **MARQUES**, Helena. *O Bazar Alemão*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1ª Edição, 2010.

Bibliografia passiva:

- **ABREU**, Zina. “O sagrado feminino: a mulher na génese da Igreja Cristã”. In *Mulheres: Feminino, Plural*. Coordenação de Cristina Santos *et al.* Editora Nova Delphi, 2013.

- **ALARCÃO**, Madalena. “Variações em torno do ciclo Vital”. In *(Des)Equilíbrios Familiares – Uma visão Sistémica*. Editora Quarteto, 3ª edição, janeiro de 2008.
- **BAKHTINE**, Mikhaïl. *Esthétique et théorie du roman*. Paris: Gallimard, 1978.
- **BEAUVOIR**, Simone de. *O Segundo Sexo*. Volume 1- “Os factos e os mitos”; Volume 2- “A Experiência vivida”. Lisboa, Quetzal editores, 2ª ed., janeiro de 2015.
- **BELO**, Ana. *Nomes Próprios*. Lisboa, Arte Plural, 1992.
- **BOURDIEU**, Pierre. *A Dominação Masculina*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- **BRAGA**, Maria Ondina. *Mulheres escritoras: da biografia no texto ao texto da biografia*. Amadora: Bertrand, 1980.
- **BUESCU**, Helena Carvalhão. 2001. *Grande Angular. Comparatismo e práticas de comparação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2001.
- **CAETANO**, Lucília. “A Participação da Mulher na Indústria Transformadora”. In *A Mulher na Sociedade Portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*, Actas do Colóquio, Coimbra. Instituto de História Económica e Social Faculdade de Letras, 1985.
- **CASTRO**, Zília Osório (dir); Esteves, João; Sousa, António Ferreira de, (coord.); Stone, Maria Emília, (coord.) *et al. Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*. Lisboa, Livros Horizonte, 2005.
- **CASTRO**, Zília Osório (dir). *Falar de Mulheres, Da Igualdade à Paridade*. Lisboa, Livros Horizonte, 2003.
- **CHAVES**, José António. *As Vozes das Mulheres - Uma escrita acerca das mulheres e das viagens interiores de Maria Ondina Braga*. Amarante, Editora Labirinto, 2008.
- **CHEVALIER**, Jean; **GHEERBRANT**, Alain. *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa: Teorema, 1982.

- **COSTA**, João Carlos Sequeira da. “*O Último Cais de Helena Marques: Imagens da mulher madeirense do século XIX.*” In *Mulheres: Feminino, Plural*. Coordenação de Cristina Santos *et al.* Editora Nova Delphi, 2013 (pp.195-205).
- **DIEGUES**, António Carlos. *Ilhas e Mares: Simbolismo e Imaginário*. Editora Hucitec, São Paulo, 1998.
- **ENGELMAYER**, Elfriede. *Tempo das Ilhas, Tempo das Mulheres*. Actas do 4º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas. Lisboa/Porto/Coimbra: Lidel, 1995.
- **ESTEVES**, João. “Voto feminino, primeiras parlamentares e cidadãs: relendo Maria Reynolds de Souza”. In *Estudos sobre as Mulheres e Biografias no Feminino: Contributos de Maria Reynolds de Sousa*. Organização de Ana Borges, Fátima Duarte, Leonor Gaspar Pinto. Editora CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Lisboa 2015.
- **HEIDEGGER**, Martin. *L'Être et le Temps*. Paris: Gallimard, 1964.
- **HORTA**, Maria Teresa Costa. *Novas Cartas Portuguesas-Edição Anotada*. Lisboa: D. Quixote, fevereiro, 2012.
- **LAMAS**, Maria. *Arquipélago da Madeira – Maravilha Atlântica*. Editorial Eco do Funchal, 1996.
- **LEAL**, Ivone. “Os Papéis tradicionais Femininos: Continuidade e Rupturas de Meados do SÉC.XIX a Meados do SÉC. XX”. In *A Mulher na Sociedade Portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*, Actas do Colóquio, Coimbra. Instituto de História Económica e Social Faculdade de Letras, 1985.
- **LEAL**, Maria Ivone. “A Assembleia Literária: Jornal de Instrução (1849-1851)”. In *Um Século de Periódicos Femininos: arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926*.

Cadernos Condição Feminina n.º 35. Lisboa: Edição da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1992.

- **LIPOVETSKY**, Gilles. *A Terceira Mulher: Permanência e Revolução do Feminino*. Tradução de Maria João Batalha Reis. Lisboa, Instituto Piaget, 1997.

- **LOPES**, Ana Maria Costa. *Imagens da Mulher na Imprensa Feminina de Oitocentos: percursos de modernidade*. (rev.) Ana Abranches. - 1ª ed. - [S.l.] : Quimera, 2005.

- **MACEDO**, A.G.; **AMARAL**, A.L.(org). *Dicionário da Crítica Feminista*. Porto, Edições Afrontamento, 2005.

- **MAGALHÃES**, Isabel Allegro. *O Sexo dos Textos*. Lisboa, Editorial Caminho, 1995.

- **MAGALHÃES**, Isabel Allegro. *O Tempo das Mulheres*. Lisboa, Imprensa nacional Casa da Moeda, 1987.

- **MARQUES**, Helena. “O fim do caminho”. In *e depois? sobre cultura na Madeira*. Funchal: Universidade da Madeira, 2005. Org. Moniz, Ana Isabel; Pimentel, Diana e Santos; Thierry Proença. (pp.169-176).

- **MATOS**, R.C. *As Origens do Turismo na Madeira - Quintas e Hotéis do Acervo da Photographia Museu - «Vicentes»*, Funchal: Delegação Regional da OE e DRAC, 2013. [edição bilingue, português/inglês].

- **MATTOSO**, José. “A Mulher e a Família”. In *A Mulher na Sociedade Portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*, Actas do Colóquio, Coimbra 20 a 22 de março, 1985. Instituto de História Económica e Social Faculdade de Letras.

- **MONIZ**, Ana Isabel. “Percursos de memória em Helena Marques”. In *Filologia, Memória e Esquecimento, Act 20*. Fernanda Mota Alves, Sofia Tavares, Ricardo Gil Soeiro, Daniela Di Pasquale (org.). Ribeirão: Edições Húmus, 2010 (pp. 535-546).

- **MONIZ**, Ana Isabel. “Memória e Identidade Cultural. *O Último Cais* de Helena Marques”. In *Anais do XXII Congresso Internacional da ABRAPLIP*, 2011.

- **MONIZ**, Ana Isabel. “Deslocação e (des)construção de Identidades na obra de Helena Marques”. In *Cadernos de Literatura Comparada 14/15, Textos e mundos em Deslocação*. Tomo 2, Edições Afrontamento, 2006.
- **MONIZ**, Ana Isabel. “Da Ilha ao Mundo: a Escrita de Helena Marques”. In Nelson Veríssimo e Thierry Proença dos Santos (eds.). *Universidade da Madeira: 25 anos*. Funchal, 2015.
- **MORÃO**, Paula. *Viagens na Terra das Palavras - Ensaio sobre Literatura Portuguesa*. Edições Cosmos, Lisboa, 1993.
- **MORÃO**, Paula; **CARMO**, Carina Infante (org.). *ACT 16 - Escrever a Vida: Verdade e Ficção*. Campo das Letras – Editores, S.A., 2008.
- **MOTA**, Victor Silva. *Homenagem à Mulher*. Asa Editores, 2ª edição, setembro de 1999.
- **NEPOMUCENO**, Rui Firmino Faria. *A Madeira Vista por Escritores Portugueses (Séculos XIX-XX)*. Coleção 500 anos, nº6. Edição Empresa Municipal “Funchal 500 Anos”, 2008.
- **NEVES**, Orlando. *Dicionário de Nomes Próprios*. Casa das Letras, Lisboa, novembro de 2002.
- **OSÓRIO**, de Castro; **ESTEVES**, João. *Dicionário no Feminino – Séculos XIX-XX*. Editora Livros Horizonte, 2005.
- **PALLA**, Maria Antónia. *O Essencial sobre a condição feminina*. Lisboa: Imprensa Nacional, Maio, 1985.
- **PARKER**, Victoria. *Women’s Rights*. Tradução de Maria Inês, Editora Gradiva, fevereiro de 2000. (Edição apoiada pelo Ministério para a Igualdade).
- **PEREIRA**, Eduardo C.N. *Ilhas de Zarco (Volume II)*. Funchal: Edição da Câmara Municipal do Funchal, 1968.

- **PINHO**, Maria Eugénia; **MARQUES**, Maria Gabriela; **GUIMARÃES**, Maria Alice. *Entre Garçonnes e Fadas do Lar: Estudos Sobre As Mulheres Na Sociedade Portuguesa Do Séc. XX*. Coordenação de Irene Vaquinhas, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, novembro de 2004.
- **REAL**, Miguel. *Romance Português Contemporâneo, 1950-2010*. Editora Caminho, 2ª edição, 2012.
- **RECTOR**, Mónica. “Ecofeminismo em Helena Marques”. Comunicação apresentada na Samla Convencion, em Atlanta (Georgia, USA), realizada de 9 a 11 de novembro de 2001. In *SIGNÓTICA*, v.21, n.1, pp 169-186, jan/jun. de 2009.
- **RECTOR**, Mónica. *Mulher. Objeto e Sujeito da Literatura Portuguesa*. Porto: Fundação Fernando Pessoa, Edições Universidade Fernando Pessoa, 1999.
- **RELVAS**, A., & Alarcão, M. *Novas formas de família*. Lisboa: Quarteto, 2002.
- **RODRIGUES**, Urbano Tavares. *Imagens da Mulher na Literatura Portuguesa do Séc. XX. Ensaios de Escrever*. Col. “As Palavras e as Coisas”. Secção Cultura Literária. Porto: Editorial Inova Limitada, 1970.
- **SARAIVA**, José Hermano. *História de Portugal*. 4ª ed. Lisboa: Europa-América, 1993.
- **SEIXAS**, Maria Elisa Rosa de Albergaria. “Habitar o Feminino – uma perspectiva feminista”. In *Mulheres: Feminino, Plural*. Coordenação de Cristina Santos *et al.* Editora Nova Delphi, 2013.
- **SOUSA**, Elisabeth Silva. “Concepções de Família e Trabalho em Portugal”. In *A Mulher na Sociedade Portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*, Actas do Colóquio. Coimbra, 20 a 22 março, 1985. Instituto de História Económica e Social Faculdade de Letras.

- **SOUSA**, Fábila; **Beja**, Maria João. “A Mulher no Ensino Superior: aspectos do desenvolvimento intelectual”. In *COLÓQUIO INTERNACIONAL “A Mulher em Debate: Passado e Presente”*, coord. Cristina Santos Pinheiro... [et al.]; comis. cient. Arnaldo Espírito Santo... [et al.]; [org.] Centro de Competências de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira. Funchal, Nova Delphi, D.L. 2013.
- **TAVARES**, Manuela. *Feminismos, percursos e desafios (1947-2007)*. Texto Editores. 1ª Edição, 2011.
- **WOOLF**, Virginia. *O estatuto intelectual da mulher; Profissões para mulheres*. Tradução de. Manuela Felício. 1ª Edição - Lisboa : Padrões Culturais, 2008.
- **WOOLF**, Virginia. *Selected Works of Virginia Woolf*. London, Wordsworth Editions, 2005.

Artigos; entrevistas; periódicos; revistas.

- **AMORIM**, Claudia. “De Clausuras e de Paixões ou de Paredes e de Flores: Uma Leitura das Novas Cartas Portuguesas”. In *O Marrare – Revista de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa*, nº 9, 2008. <http://www.omarrare.uerj.br/numero9/claudia.html>. Consultado em 08-01-2016.
- **BARBAS**, Helena “Helena Marques – *O Último Cais*”. In *O Independente*. Secção “Escolher Livros”. 9 de outubro de 1992 (p. 52).
- **BATISTA**, Carla. “Helena Marques à JJ”. In *JJ*, julho/setembro de 2001 (pp. 57-64).
- **BERNARDES**, Lília. “Helena Marques” – Sucesso no jornalismo e na Ficção”. In *Diário de Notícias da Madeira*, Revista. 3 de Janeiro de 1993 (pp. 5 a 8).

- **BERNARDES**, Lília – “As ilhas de Helena Marques”. In *Diário de Notícias da Madeira, Revista*. 20 de novembro de 1994 (p. 15).
- **BUESCU**, Helena Carvalhão. “Helena Marques – *O Último Cais*”. *Colóquio Letras*. 132/133. abril a setembro de 1994 (pp. 248-249).
- **CALDEIRA**, Ivo. “Helena Marques: Não tenho tempo a perder”. in *Diário de Notícias, Funchal*. 2 de julho de 1995 (p.10).
- **CARITA**, Rui. “A Emigração Madeirense na 2ª Metade do Século XIX, através de dois Álbuns Fotográficos. *Islenha*, nº 42 – janeiro-junho de 2008 (pp. 100-110).
- **CARDOSO**, Sandra. *Diário de Notícias*, Funchal, Revista Mais, 10 junho 2012.
- **CEIA**, Carlos. “Estudos sobre s mulheres”. In *Dicionário de Termos Literários (EDTL)*. <http://www.edtl.com.pt>. Consultado a 10-09-2015.
- **COSME**, João. “Nótulas sobre a emigração madeirense na segunda metade do século XIX”. *Islenha*, nº 41 – julho-dezembro de 2007 (pp. 41-58).
- **FERNANDES**, Catarina Sá; **FREITAS**, Maria do Carmo. “Helena Marques, autora de *O último cais*”. *Notícias da Madeira*, 3 novembro de 1993 (pp. 4-5).
- **FREITAS**, Paulo. “Casinhas de Prazer”. In *Islenha*, nº8, jan/jun. de 1991 (p. 87).
- **HORTA**, Maria Teresa. “Último Cais: a serenidade da escrita”. *Diário de Notícias*. Caderno 2, Lisboa, 29-03-1993 (pp. 2-4).
- **HORTA**, Maria Teresa. "Balanço do ano literário de 1980 em Portugal / A mulher e a literatura" / Maria Teresa Horta. *Revista Colóquio/Letras*. Balanço, n.º 60, março de 1981 (pp. 44-45).
- **HORTA**, Maria Teresa. “O direito à alegria é fundamental”. In *Diário de Notícias*, Lisboa, 17 de abril de 1998 (p. 48)
- **HORTA**, Maria Teresa. “Ser feliz não é nada fácil”. In *Jornal de Notícias*, 14 de abril de 2002.

- **LETRIA**, José Jorge. “Helena Marques: Último Cais, Nova Aventura”. In *Tempo Livre*, junho de 1992.
 - **LIVRAMENTO**, Marco. “*Os Íbis vermelhos da Guiana: a lei da memória e o código do afecto*”. In *Isleña*, nº 45, julho-dezembro de 2009.
 - **LOJA**, Roberto – “Helena Marques. A escrita mais livre”. In *Diário de Notícias da Madeira*, Revista Diário. 25 maio de 2002 (pp 10-13).
 - **MACEDO**, Hélder. “O império revisado”. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Lisboa, nº 488; 12 novembro de 1991 (pp. 8-9).
 - **MACEDO**, João Torcato de Sepúlveda. “*As lhas femininas*”. In *Livros*, 21-27 de abril de 2007.
 - **MAGALHÃES**, Isabel Allegro. “Os Véus de Ártemis: Alguns Traços de Ficção Narrativa de Autoria Feminina.” In *Colóquio Letras*, julho de 1992, nºs 125-126 (pp. 151-168).
 - **MARQUES**, Helena “Helena Marques entrevista Helena Marques: Sou uma jornalista que escreveu um romance”. *Jornal de Letras*. 30 março de 1993 (pp. 16-17).
 - **MARQUES**, Helena. A angústia da morte numa mulher feliz. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Lisboa, n. 624. 14 de setembro de 1994 (pp. 12-13). Entrevista concedida a Rodrigues da Silva.
 - **MARQUES**, Helena. “Raízes no mar”. In *Jornal de Letras*, 08 de outubro de 1997 (p.92).
 - **MARTINS**, Maria João. “Trabalho do coração”. In *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Lisboa, n. 537, 20 outubro de 1992 (p. 10-11).
- http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103632/ferreira_jc_dr_assis.pdf?sequence=1 Consultado a 12 de janeiro de 2016.

- **MARTINS**, Maria João – “Entrevista a Helena Marques”. *Jornal de Letras*, 6 de abril de 1993 (pp. 15-17).
- **MATOS**, R.C., 2013. *As Origens do Turismo na Madeira - Quintas e Hotéis do Acervo da Photographia Museu - «Vicentes»*, Funchal: Delegação Regional da OE e DRAC [edição bilingue, português/inglês].
- **MELO**, João de “O Complexo de Ítaca nas literaturas Insulares – Açores, Madeira, Cabo Verde”. In *Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, julho-setembro de 1999 (pp. 65-72).
- **MONIZ**, Ana Isabel. “Ilha de esperança e desejos – sobre Ilhas Contadas de Helena Marques”. In *Islenha* nº 41, julho-dezembro de 2007 (pp. 186-189).
- **NEPOMUCENO**, Rui. “A Madeira na Vida de Norton de Matos”. In <http://ruinepomuceno.blogspot.pt/2010/02/madeira-na-vida-de-norton-de-matos.html>. Consultado a 15-09-2015.
- **NEPOMUCENO**, Rui. “A Madeira na obra de Cabral do Nascimento”. In: <http://ruinepomuceno.blogspot.pt/2010/02/madeira-na-obra-de-cabral-do-nascimento.html>. Consultado a 17-09-2015.
- PAIXÃO**, Paixão. “Memória”. In *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)*, coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9. <http://www.edtl.com.pt>. Consultado a 10-10-2015.
- **RECTOR**, Monica. “O Ciclo de vida e morte em Helena Marques”. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v.8, n.15, 2004 (pp. 92-105). http://www.ich.pucminas.br/cespuc/Revistas_Scripta/Scripta15/Conteudo/N15_Parte01_art06.pdf . Consultado a 5 maio 2016 .

- **SEIXO**, Maria Alzira. "Narrativa e ficção : problemas de tempo e espaço na literatura europeia do pós-modernismo". *Revista Colóquio/Letras*. Ensaio, n.º 134, outubro de 1994 (pp. 101-114).
- **SEPÚLVEDA**, Torcato. "As ilhas femininas". In *Diário de Notícias de Lisboa, Revista*. n.º 67, 21 abril de 2007 (p. 69).

ⁱ Registo fotográfico de Raul Perestrelo no miradouro de Câmara de Lobos, atualmente designado por miradouro Winston Churchill. Foto disponível em:
<http://www.essential-madeira.com/index.php/temas/647-a-visita-dos-ilustres>. Consultado a 18-10-2015.

ⁱⁱ I *The Complete Woman*